ASSOCIATION OF SHELTER VETERINARIANS
(ASSOCIAÇÃO DE VETERINÁRIOS DE ABRIGOS)



DIRETRIZES SOBRE OS PADRÕES DE CUIDADOS EM ABRIGOS DE ANIMAIS

Autores - Sandra Newbury, Mary K. Blinn, Philip A. Bushby, Cynthia Barker Cox, Julie D. Dinnage, Brenda Griffin, Kate F. Hurley, Natalie Isaza, Wes Jones, Lila Miller, Jeanette O'Quin, Gary J. Patronek, Martha Smith-Blackmore, Miranda Spindel

PremieRpet®
ALIMENTOS DE ALTA QUALIDADE

Autores - Sandra Newbury, Mary K. Blinn, Philip A. Bushby, Cynthia Barker Cox, Julie D. Dinnage, Brenda Griffin, Kate F. Hurley, Natalie Isaza, Wes Jones, Lila Miller, Jeanette O'Quin, Gary J. Patronek, Martha Smith-Blackmore, Miranda Spindel

DIRETRIZES SOBRE OS PADRÕES DE CUIDADOS EM ABRIGOS DE ANIMAIS

Edição: 1ª Edição
Local: São Paulo
Data: 2018

Versão em Português

Equipe técnica: Ariane Galdino de Oliveira, Camila Alves Pimentel, Camila Baptista da Silva, Flavio Lopes da Silva, Michele Araujo de Camargo, Keila Regina de Godoy, Thais Naomi da Silva Ishida
Tradução: Fabiana Buassaly Leistner
Revisão técnica: Profª Drª Rita de Cassia Maria Garcia
Capa e Institucionais: Sapien Design
Agradecimento Especial: Association of Shelter Veterinarians e à Médica Veterinária Stefanie Sussai

Diretrizes sobre os padrões de cuidados em abrigos de animais; [tradução Fabiana Buassaly Leistner]. – 1 ed. – São Paulo : PremieRpet® 2018.

Título original: Guidelines for standards of care in animal shelters – 1 ed. – 2010.

PremieRpet®
ALIMENTOS DE ALTA QUALIDADE

ASSOCIATION OF SHELTER VETERINARIANS

(ASSOCIAÇÃO DE VETERINÁRIOS DE ABRIGOS)



CARO LEITOR

Cães e gatos abandonados têm suas vidas completamente modificadas quando são resgatados. Acolhidos, não precisam mais lutar por abrigo, pela comida do dia, para não serem atropelados ao cruzar a rua ou escapar de maus-tratos. Porém, mesmo dentro de extraordinárias instituições, existem dificuldades e desafios a enfrentar. Eles passam a conviver com dezenas de outros animais, muitas vezes em contato direto, muitas vezes sem local destinado para aqueles que estão em recuperação ou com alguma condição clínica especial.

O grande desafio dos abrigos é garantir o bem-estar dos animais e cuidar de suas necessidades individualmente, sem perder o foco no grupo como um todo. Os espaços são projetados para acolher, cuidar e encaminhar os animais para adoção o mais breve possível, e muitos não estão preparados para atender demandas (tanto físicas quanto comportamentais) em longas permanências. Mas a realidade do abandono crescente e as dificuldades para manutenção dos abrigos tornam a rotina muitas vezes diferente do que a melhor das intenções no momento do resgate.

É comum que, com o passar do tempo e em condições adversas, a população aumente ao invés de diminuir. Como consequência, muitos abrigos, por falta de estrutura, preparo ou treinamento perecem por não alcançar o propósito da adoção.

Pensando nesse cenário, a PremieRpet®, através do Instituto PremieRpet®, realizou a tradução inédita no Brasil do *Guideline for Standards of Care in Animal Shelters*, guia criado pela *Association of Shelter Veterinarians* dos Estados Unidos, que é considerado o guia modelo sobre padrões de cuidados para Abrigos de Animais.

Com a iniciativa, buscamos difundir e fomentar os conhecimentos e boas práticas da Medicina de Abrigos para Médicos Veterinários, profissionais e voluntários que atuam junto a ONG's e abrigos de animais, visando aumentar o bem-estar e as taxas de adoção nessas instituições.

Esta publicação constitui forte ferramenta que corrobora com o objetivo do Instituto PremieRpet®: apoiar e incentivar ações que promovam a saúde, a qualidade de vida e a longevidade de cães e gatos.

Instituto PremieRpet®



QUEM SOMOS

Fundada por um grupo de pessoas apaixonadas por animais de estimação, a PremieRpet® nasceu com a missão de oferecer o que há de melhor e mais sofisticado em nutrição para cães e gatos. Somos pioneiros no desenvolvimento e produção de alimentos Super Premium no Brasil.

Para nós, a qualidade de vida do seu pet vem em primeiro lugar, assim, todos os nossos alimentos são preparados com os mais nobres ingredientes, cuidadosamente selecionados e produzidos sob rigoroso controle de qualidade.

Nossos alimentos atendem completamente às necessidades nutricionais de seu animal de estimação e são elaborados de acordo com o estilo de vida de vocês. Nós nos orgulhamos em poder contribuir para que seus cães e gatos sejam felizes e saudáveis.







NOSSO COMPROMISSO

A PremieRpet® produz exclusivamente alimentos de alta qualidade para cães e gatos. Nosso maior compromisso é que você e seu pet estejam completamente satisfeitos. Caso isso não aconteça, nós devolveremos o valor pago pelo produto mais 10% ou substituiremos o mesmo por produto equivalente*.



(*) Procedimento realizado exclusivamente pela PremieRpet® desde que haja, no mínimo, metade do peso total do pacote em sua embalagem original. A troca por produto equivalente ou dinheiro fica limitada a 2 embalagens de qualquer item da linha PremieR, podendo ser requisitada apenas 2 vezes por consumidor a cada 6 meses (apuração ocorrerá através do cruzamento das informações de nome, endereço e CPF). As devoluções em dinheiro serão feitas através de depósito bancário mediante apresentação da nota fiscal de compra. Para ter acesso ao regulamento completo acesse www.premierpet.com.br ou ligue para 0800 55 6666.

PremieRpet®
ALIMENTOS DE ALTA QUALIDADE

ORGULHOSAMENTE BRASILEIRA

INSTITUTO PremieRpet

premierpet
premierpet
premierpet
0800 55 6666 • *2ª a 6ª das 8h30 às 17h30*

universopremier
www.premierpet.com.br
sac@premierpet.com.br

INSTITUTO PremieRpet®

QUEM SOMOS

O Instituto PremieRpet® é uma associação sem fins lucrativos, mantida prioritariamente com recursos oriundos da venda dos alimentos PremieR Nutrição Clínica.

Temos por finalidade promover e apoiar atividades e pesquisas que visem melhorias à saúde, qualidade de vida e longevidade de cães e gatos, colaborando para uma convivência harmoniosa e de longo prazo com seus tutores. Apoiamos também ações sociais diversas.

A paixão pelos animais e a crença de que iniciativas individuais podem trazer grandes benefícios para a sociedade é o que nos move desde a criação até a implantação dos nossos projetos.

NOSSAS ATIVIDADES

Colaboramos com Organizações Não Governamentais (ONGs) que se dedicam a cuidar de cães e gatos abandonados e também com instituições de caráter humanitário.

Apoiamos pesquisas científicas desenvolvidas para beneficiar cães e gatos, com foco em nutrição animal e saúde coletiva.

Promovemos e incentivamos atividades que levam informações aos tutores sobre posse responsável.

CONHEÇA ALGUNS DOS PROJETOS QUE APOIAMOS:

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO DA UFPR

A Universidade Federal do Paraná possui o programa de residência em Medicina Veterinária do Coletivo, o que inclui a capacitação para a Medicina de Abrigos.

Foi firmado acordo de cooperação entre o Instituto PremieRpet® e o programa de residência da UFPR com o intuito de proporcionar aos residentes conhecimento prático relacionado à realidade dos abrigos brasileiros, que, em contrapartida, recebem acesso à consultoria especializada e capacitação de seus colaboradores para as boas práticas da Medicina Veterinária de Abrigos.

O objetivo final é colaborar para o bem-estar, saúde e aumento das chances de adoção dos animais acolhidos por estas instituições.

PROJETO CÃO-GUIA DE CEGOS

Embasado no princípio de igualdade física e na reintegração da pessoa com deficiência visual na sociedade, o Projeto Cão-Guia de Cegos do Distrito Federal desenvolve um trabalho pioneiro no Brasil, treinando cães para atuarem como guias para deficientes visuais. Os cães do projeto são da raça Labrador e o Instituto PremieRpet® tem um enorme orgulho em alimentá-los com PremieR Raças Específicas Labrador desde filhotes e durante todo o treinamento.

PRÓ-CARNÍVOROS

O Instituto para a Conservação dos Carnívoros Neotropicais (Pró-Carnívoros) é uma ONG que luta pela preservação e conservação dos mamíferos carnívoros e seus habitats. Desde a sua fundação, a PremieRpet® apoia as pesquisas científicas, estratégias e manejo para a sobrevivência das populações de carnívoros, bem como para proteção de áreas preservadas, educação ambiental e conscientização da comunidade.

CASA HOPE

Instituição 100% filantrópica, oferece apoio biopsicossocial e educacional a crianças e adolescentes portadores de câncer e transplantados de medula óssea, fígado e rins. O Instituto PremieRpet® apoia o programa “Adote um leito” que garante a permanência de uma criança e seu acompanhante durante o tratamento. Além disso, uma parceria solidária entre o Clube Brasileiro do Gato e a PremieRpet® arrecada doações de leite em pó para a Casa Hope em todos os principais eventos do Clube ao longo do ano.

DIRETRIZES SOBRE OS PADRÕES DE CUIDADOS EM ABRIGOS DE ANIMAIS

ASSOCIATION OF SHELTER VETERINARIANS
(ASSOCIAÇÃO DE VETERINÁRIOS DE ABRIGOS), 2010

AUTORES

Sandra Newbury, DVM, Chair, Editor

Koret Shelter Medicine Program (Programa Koret de Medicina de Abrigos), Center for Companion Animal Health (Centro Veterinário para Animais de Companhia), University of California (Universidade da Califórnia) – Davis, Davis, Califórnia. Professora Assistente Adjunta de Medicina de Animais de Abrigos, Department of Pathobiological Sciences (Departamento de Ciências Patobiológicas), University of Wisconsin-School of Veterinary Medicine (Escola de Medicina Veterinária da Universidade de Wisconsin), Madison, Wisconsin.

Mary K. Blinn, DVM

Veterinário de Abrigos, Controle e Cuidado Animal de Charlotte, uma divisão do Departamento de Polícia de Charlotte-Mecklenburg, Carolina do Norte.

Philip A. Bushby, DVM, MS, DACVS

Professor de Ética Humana e Bem-Estar Animal (Endossado por Marcia Lane), College of Veterinary Medicine (Faculdade de Medicina Veterinária), Mississippi State University (Universidade do Estado do Mississippi), Estado do Mississippi, Mississippi.

Cynthia Barker Cox, DVM

Veterinária-Chefe de Abrigos, Massachusetts Society for the Prevention of Cruelty to Animals (Sociedade de Massachusetts para a Prevenção de Crueldade contra os Animais), Boston, Massachusetts.

Julie D. Dinnage, DVM

Diretora Executiva, Association of Shelter Veterinarians (Associação de Veterinários de Abrigos), Scottsdale, Arizona.

Brenda Griffin, DVM, MS, DACVIM

Professora Associada Adjunta de Medicina de Abrigos, College of Veterinary Medicine (Faculdade de Medicina Veterinária), University of Florida (Universidade da Flórida), Gainesville, Flórida.

Kate F. Hurley, DVM, MPVM

Koret Shelter Medicine Program (Programa Koret de Medicina de Abrigos), Center for Companion Animal Health (Centro Veterinário para Animais de Companhia), University of California (Universidade da Califórnia) – Davis, Davis, Califórnia.

Natalie Isaza, DVM

Professora Assistente de Clínica, Merial Shelter Medicine Clerkship (Estágio Merial de Medicina de Abrigos), College of Veterinary Medicine (Faculdade de Medicina Veterinária), University of Florida (Universidade da Flórida), Gainesville, Flórida.

Wes Jones, DVM

Veterinário de Abrigos, Napa Humane (uma sociedade humanitária), Napa, Califórnia.

Lila Miller, DVM, Editor

Vice-Presidente, Consultora Veterinária, ASPCA[1], Nova Iorque.

Professora Assistente Adjunta, Cornell University College of Veterinary Medicine (Facul-

[1] N. de T.: American Society for the Prevention of Cruelty to Animals, Sociedade Norte-americana para a Prevenção de Crueldade contra os Animais.

dade de Medicina Veterinária da Universidade de Cornell), Ithaca, Nova Iorque. University of Pennsylvania School of Veterinary Medicine (Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade da Pensilvânia), Filadélfia, Pensilvânia.

Jeanette O'Quin, DVM

Veterinário em Saúde Pública, Ohio Department of Health (Departamento de Saúde da Universidade de Ohio), Zoonotic Disease Program (Programa de Doenças Zoonóticas), Columbus, Ohio.

Gary J. Patronek, VMD, PhD, Editor

Vice-Presidente de Bem-Estar Animal e Desenvolvimento de Novos Programas, Animal Rescue League of Boston (Liga de Resgate de Animais de Boston), Boston, Massachusetts. Professor Assistente de Clínica, Cummings School of Veterinary Medicine at Tufts (Faculdade de Medicina Veterinária Cummings na Universidade Tufts), North Grafton, Massachusetts.

Martha Smith-Blackmore, DVM, Editor

Diretora de Serviços Veterinários, Animal Rescue League of Boston (Liga de Resgate de Animais de Boston), Boston, Massachusetts. Membro do Tufts Center for Animals and Public Policy (Centro para Animais e Políticas Públicas da Universidade de Tufts). Professora Assistente de Clínica, Faculdade de Medicina Veterinária Cummings na Universidade Tufts, North Grafton, Massachusetts.

Miranda Spindel, DVM, MS

Diretora de Extensão Veterinária, ASPCA, Fort Collins, Colorado.

SUMÁRIO

PÁG. 13 **Prefácio**
PÁG. 17 **Introdução**
PÁG. 18 **Histórico**
PÁG. 18 1. Desafios para garantir o bem-estar
PÁG. 20 2. A necessidade de padrões
PÁG. 21 3. As cinco liberdades e os animais de companhia
PÁG. 23 **Como usar o presente documento**
PÁG. 24 **Gestão e manutenção de registros**
PÁG. 24 1. Estabelecimento de políticas e protocolos
PÁG. 24 2. Estrutura da gestão
PÁG. 25 3. Treinamento
PÁG. 25 4. Identificação dos animais e manutenção de registros
PÁG. 26 **Projeto das instalações e ambiente**
PÁG. 26 1. Recinto primário
PÁG. 29 2. Superfícies e drenagem
PÁG. 29 3. Aquecimento, ventilação e qualidade do ar
PÁG. 31 4. Iluminação
PÁG. 31 5. Controle de ruídos
PÁG. 32 6. Gaiolas de abandono
PÁG. 33 **Manejo da população de animais**
PÁG. 33 1. Capacidade de cuidados
PÁG. 35 2. Protocolos para manter a capacidade adequada de cuidados
PÁG. 35 3. Monitoramento de dados estatísticos
PÁG. 36 **Higienização**
PÁG. 36 1. Limpeza e desinfecção
PÁG. 36 a) Procedimentos de higienização
PÁG. 38 b) Controle de fômites
PÁG. 40 2. Outras limpezas
PÁG. 40 3. Controle de pestes/roedores
PÁG. 41 **Saúde geral e bem-estar físico**
PÁG. 42 1. Relação com o veterinário e manutenção de registros
PÁG. 42 2. Considerações relativas à entrada no abrigo
PÁG. 43 3. Vacinações
PÁG. 44 4. Cuidados médicos de emergência
PÁG. 44 5. Controle da dor
PÁG. 45 6. Controle de parasitas
PÁG. 45 7. Monitoramento e rondas/visitas médicas diárias
PÁG. 46 8. Nutrição
PÁG. 47 9. Bem-estar da população de animais
PÁG. 48 10. Resposta a doenças ou desconfortos
PÁG. 48 a) Isolamento
PÁG. 49 b) Diagnóstico
PÁG. 49 c) Resposta a surtos
PÁG. 50 11. Tratamento médico de animais de abrigos
PÁG. 51 **Saúde comportamental e bem-estar mental**

PÁG. 51 1. Considerações relativas à entrada no abrigo
PÁG. 51 a) Histórico comportamental
PÁG. 52 b) Minimização do estresse
PÁG. 52 2. Avaliação do comportamento
PÁG. 53 3. Cuidados dentro do abrigo
PÁG. 53 a) Ambiente
PÁG. 53 Recintos
PÁG. 53 Separação
PÁG. 54 b) Rotina diária
PÁG. 54 c) Enriquecimento e socialização
PÁG. 55 Interações com as pessoas
PÁG. 55 Considerações relativas ao comportamento para permanências no abrigo a longo prazo
PÁG. 56 Outros tipos de enriquecimento
PÁG. 56 d) Modificação comportamental
PÁG. 58 **Alojamento em grupo**
PÁG. 58 1. Riscos e benefícios do alojamento em grupo
PÁG. 58 2. Instalações
PÁG. 59 3. Seleção
PÁG. 60 4. Casos em que o alojamento em grupo é inadequado
PÁG. 61 **Manipulação dos animais**
PÁG. 61 1. Contenção
PÁG. 61 2. Local e tempo de adaptação
PÁG. 61 3. Equipamentos
PÁG. 62 4. Gatos ferais
PÁG. 63 **Eutanásia**
PÁG. 63 1. Técnicas de eutanásia
PÁG. 64 a) Monóxido de carbono
PÁG. 65 b) Verificação do óbito
PÁG. 65 2. Ambiente e equipamentos
PÁG. 66 3. Manutenção de registros e uso de substâncias controladas
PÁG. 66 4. Treinamento da equipe
PÁG. 67 **Castração de machos e fêmeas**
PÁG. 67 1. Diretrizes médicas veterinárias
PÁG. 68 2. Cirurgia e anestesia
PÁG. 68 3. Identificação de animais castrados
PÁG. 69 **Transporte de animais**
PÁG. 69 1. Responsabilidades das organizações e partes envolvidas
PÁG. 69 a) Gerais
PÁG. 70 b) Responsabilidades no local de origem
PÁG. 70 c) Responsabilidades durante o transporte
PÁG. 70 Recinto primário e ocupação
PÁG. 71 Veículos
PÁG. 71 Responsabilidades do transportador
PÁG. 72 d) Responsabilidades no local de destino
PÁG. 73 **Saúde pública**
PÁG. 74 1. Zoonoses
PÁG. 75 2. Lesões relacionadas com os animais
PÁG. 76 3. Doenças emergentes e resistência antimicrobiana
PÁG. 78 **Considerações finais**
PÁG. 79 **Referências bibliográficas**
PÁG. 93 **Glossário de termos**

PREFÁCIO

Diretrizes sobre os Padrões de Cuidados em Abrigos de Animais da Association of Shelter Veterinarians (*Associação de Veterinários de Abrigos*)

Quando as Diretrizes sobre os Padrões de Cuidados em Abrigos de Animais (doravante[2] denominadas "diretrizes") da *Association of Shelter Veterinarians* (ASV, Associação de Veterinários de Abrigos) foram publicadas pela primeira vez, estava previsto que surgiriam dúvidas sobre: (a) os motivos pelos quais elas foram elaboradas, (b) como elas seriam utilizadas e (c) o seu impacto sobre a comunidade de bem-estar animal. Instituições como *National Federation of Humane Societies* (NFHS, Federação Internacional de Sociedades Humanitárias), *Society of Animal Welfare Administrators* (SAWA, Sociedade de Administradores de Bem-Estar Animal), *National Animal Control Association* (NACA, Associação Internacional de Controle de Animais), *American Society for the Prevention of Cruelty to Animals* (ASPCA, Sociedade Norte-americana para a Prevenção de Crueldade contra os Animais) e *Humane Society of the United States* (HSUS, Sociedade Humanitária dos Estados Unidos) se reuniram com os autores das diretrizes da ASV para discutir os seus objetivos e intenções na publicação deste documento abrangente. Este prefácio visa colocar as diretrizes em destaque para as organizações de bem-estar animal.

É importante notar que cada uma das organizações listadas anteriormente (que, inclusive, colaboraram como coautores deste prefácio) adota o espírito e a intenção das diretrizes, tanto para elevar o padrão de cuidados dos animais em toda a nossa indústria como para criar um roteiro que auxiliará as organizações com autoavaliações e melhorias contínuas. Nós não só nos esforçamos pela consistência e excelência nos programas e serviços prestados aos animais, mas também acreditamos que as diretrizes (com o seu foco em atender às necessidades de cada animal individualmente, sem perder de vista as necessidades da população como um todo), a assistência em ajudar a priorizar as mudanças necessárias e a aplicabilidade, independentemente do tipo e tamanho da organização, venham a ajudar cada organização a alcançar essas metas criticamente importantes.

No momento da publicação dessas diretrizes, a ASV forneceu as respostas para as perguntas mais frequentes, as quais estão resumidas a seguir: (para acesso a todo conteúdo, consulte as perguntas mais frequentes das diretrizes da ASV).

Por que a ASV elaborou essas diretrizes? Até o momento, nenhuma agência federal ou lei judicial regula o bem-estar e o cuidado de animais de companhia em um ambiente de abrigo. O objetivo da ASV era o de fornecer informações que ajudarão qualquer entidade de bem-estar animal a atender às necessidades físicas, mentais e comportamentais dos animais sob seus cuidados. As diretrizes foram

[2] *N. de T.: Ou seja, a partir desse ponto ou daqui em diante denominadas apenas de "diretrizes".*

desenvolvidas para fornecer uma ferramenta que permita às comunidades e organizações de bem-estar animal de todos os portes — sejam elas uma organização de grande porte ou uma pequena iniciativa com sede em domicílio ou algo entre isso — identificarem os padrões mínimos de cuidados, bem como as práticas mais eficazes e as inaceitáveis. A ASV se esforçou para criar diretrizes de cuidados que possam continuar evoluindo conforme se amplia o conhecimento sobre a melhor maneira de atender às necessidades dos animais em ambientes de abrigos.

Que processo foi implementado na elaboração dessas diretrizes? ASV criou uma força-tarefa para iniciar uma revisão abrangente da literatura especializada e preparar um informe técnico bem fundamentado e com boas referências, identificando os padrões de cuidados que atenderiam às necessidades dos animais em organizações de bem-estar animal.

Quais são as "Cinco Liberdades" e por que as diretrizes são formuladas com base nesse conceito? As "Cinco Liberdades", desenvolvidas em 1965 no Reino Unido, constituem a base das diretrizes. A ASV acredita que as Cinco Liberdades sejam reconhecidas atualmente por terem uma ampla aplicação entre as espécies; além disso, elas essencialmente se referem às necessidades básicas dos animais, as quais permanecem constantes, seja qual for o ambiente.

Para quem se aplicam as diretrizes? Essas diretrizes se aplicam a praticamente qualquer situação em que os cuidados dos animais de companhia sejam prestados em um grupo ou contexto populacional, incluindo abrigos tradicionais de alvenaria, locais de refúgio e redes domiciliares de acolhimento ou resgate.

Como as práticas são identificadas como boas ou ruins para um abrigo no documento sobre as diretrizes? O termo "inaceitável" é utilizado para destacar as práticas que **devem** ser corrigidas o mais rápido possível para fornecer um nível aceitável de cuidados. O termo *"must"* do original em inglês ("dever" no sentido de obrigação, incluindo as suas flexões[3]) foi traduzido e destacado em negrito ao longo deste documento; esse termo indica que, sem a adesão a essa recomendação, o fornecimento de um nível mínimo de cuidados humanitários aceitáveis se torna impossível. O termo *"should"* do original em inglês ("dever" no sentido de conselho, incluindo as suas flexões[4]) foi traduzido e destacado em itálico ao longo deste documento; esse termo implica uma forte recomendação. As melhores práticas são identificadas nas diretrizes como "ideais" ou "mais eficientes." Embora os autores salientem que a obtenção de práticas ideais ou mais eficientes em todos os aspectos das operações seja, em última instância, preferível, eles reconhecem que nem todas as organizações são capazes de atingir esse objetivo em todas as circunstâncias. Portanto, os abrigos *devem* se esforçar para atender a todas as práticas "ideais", sempre que possível, e tentar garantir a adesão a todas as práticas identificadas como **obrigatórias**, evitando aquelas consideradas como "inaceitáveis".

Com que rapidez os abrigos devem ***fazer as mudanças?*** Embora algumas mudanças possam ser feitas de forma simples e fácil, outras podem exigir modificações físicas nas instalações, treinamentos adicionais ou planejamentos mais avançados. A primeira etapa para cada organização *deve* ser abordar e corrigir com urgência quaisquer práticas inaceitáveis. Além dessas mudanças imediatas, a implementação de mudanças com base nas diretrizes *deve* ser um processo gradativo e cuidadoso, destinado a proporcionar o máximo benefício para os animais. À medida que as mudanças são feitas, *deve-se* dar uma atenção especial aos objetivos de maximizar a qualidade de vida e a capacidade de salvar vidas.

[3] N. de T.: O destaque em negrito inclui as flexões do verbo utilizadas na tradução, tais como: deve, devem, deve-se, devem-se, etc. no sentido de obrigatoriedade.

[4] N. de T.: O destaque em itálico inclui as flexões do verbo utilizadas na tradução, tais como: deve, devem, deve-se, devem-se, etc. no sentido de recomendação/conselho.

O que as diretrizes não abordarão? Embora as diretrizes façam recomendações em inúmeras áreas operacionais dos abrigos, elas não têm a intenção de servir como um manual de operações. A abordagem certa para a implementação das diretrizes varia de acordo com a organização, dependendo de seus recursos e desafios específicos.

Como as diretrizes pretendem ajudar os abrigos? A ASV e as organizações que participaram da elaboração deste prefácio esperam que as diretrizes sirvam como fonte de informações baseadas em evidências e como suporte (apoio) para todas as organizações (independentemente do porte, da estrutura ou da filosofia), que se esforçam para fornecer os cuidados mais humanitários possíveis para os seus animais. Espera-se que essas diretrizes também sirvam como um incentivo ou alavanca para autoavaliações e melhorias contínuas, além de constituir a base sobre a qual as organizações podem argumentar e obter os recursos de que necessitam para prestar os níveis mais humanitários possíveis de cuidados.

A ASV já documentou casos em que os abrigos utilizaram as diretrizes como base para fazer melhorias significativas no nível de cuidados prestados aos animais, com pouco ou nenhum custo para a organização. Nós apoiamos as intenções e os objetivos da ASV de documentar e compartilhar esses "estudos de caso" como um meio de ajudar outras organizações a compreenderem melhor como as mudanças podem ser implementadas com sucesso e de forma econômica (ou seja, eficiente em termos de custo). Exemplos podem ser encontrados na revista *Animal Sheltering* em uma série contínua de artigos intitulados "Getting Real", traduzidos como *Caindo na Real* em uma tradução literal ou *Despertar* em uma tradução livre. Seguem os links de dois desses artigos:

http://www.animalsheltering.org/resource_library/magazine_articles/may_jun_2011/getting_real_asv_standards.html

http://www.animalsheltering.org/resource_library/magazine_articles/jul_aug_2011/getting_real_asv_standards_austin_humane.pdf

Os estudos de caso podem ser encontrados no site da ASV (www.sheltervet.org) e o ASPCApro[5] fornece uma série de *webinars* (webinários) sobre tópicos específicos relativos às diretrizes; http://www.aspcapro.org/webinar-series-guidelines-for-standards.php.

AUTOAVALIAÇÃO ORGANIZACIONAL

As diretrizes representam uma oportunidade de estabelecer diálogos, fazer reflexões e, o mais importante, tomar atitudes na organização. As diretrizes também oferecem uma oportunidade para os abrigos não só conduzirem uma avaliação completa e minuciosa dos processos atuais, mas também identificarem os locais onde as melhorias podem ser feitas para o benefício dos animais sob seus cuidados. Nessa era crescente de avanços e melhorias dos processos, os abrigos *devem* avaliar continuamente a sua capacidade de melhorar o alojamento e o cuidado dos animais.

PRIORIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Cada situação varia de acordo com a comunidade. Cada abrigo e instalação física são diferentes; por isso, o cronograma e o processo de implementação das diretrizes *devem* ser ajustados de tal modo a refletir as diferenças inerentes em cada organização. Conforme mencionado, uma observação significativa na interpretação dessas diretrizes é que elas não representam um manual operacional ou guia instrucional para a implementação. Cada organização **deve** desenvolver o

[5] *N. de T.: ASPCA refere-se a American Society for the Prevention of Cruelty to Animals, Sociedade Norte-americana para a Prevenção de Crueldade contra os Animais. Pro diz respeito ao fornecimento de treinamentos, pesquisas e recursos por essa sociedade para ajudar os profissionais envolvidos no bem-estar animal.*

seu próprio modelo operacional para maximizar a sua capacidade de fornecer os melhores cuidados aos animais, com base nas informações apresentadas nas diretrizes.

A priorização e o plano de ação de como uma agência começará a abordar esses itens *devem* ser a primeira missão do negócio. Uma das primeiras etapas lógicas e racionais é rever as diretrizes consideradas "inaceitáveis" e abordar esses problemas o mais rápido possível. Após uma abordagem prioritária, abordar as diretrizes **obrigatórias** seria o próximo passo. Estas são a articulação das diretrizes mínimas que *devem* estar em vigor em cada instalação. Conforme já foi referido mais de uma vez neste prefácio e nas diretrizes em si, as diferenças e os desafios específicos nas organizações ditarão a capacidade de qualquer agência em abordar esses itens e a velocidade com que eles podem ser resolvidos. A primeira etapa importante é que cada organização reconheça as áreas onde as melhorias podem ser feitas e, depois, estabeleça um plano e cronograma para abordá-las.

Autores do prefácio

The National Federation of Humane Societies (NFHS, Federação Internacional de Sociedades Humanitárias)

The Society of Animal Welfare Administrators (SAWA, Sociedade de Administradores de Bem-Estar Animal)

The National Animal Control Association (NACA, Associação Internacional de Controle de Animais)

The American Society for Prevention of Cruelty to Animals (ASPCA, Sociedade Norte-americana para a Prevenção de Crueldade contra os Animais)

The Humane Society of the United States (HSUS, Sociedade Humanitária dos Estados Unidos)

INTRODUÇÃO

A Associação de Veterinários de Abrigos (ASV) é uma organização internacional, cuja missão é melhorar a saúde e o bem-estar de animais em abrigos através dos avanços da medicina de abrigos[6]. O presente documento é o resultado do trabalho iniciado pela ASV em 2008 para resolver a falta de diretrizes ou padrões de cuidados para os animais em abrigos.

A primeira etapa no processo foi convocar uma força-tarefa para definir o escopo desse projeto. Uma revisão exaustiva da literatura científica foi realizada para descobrir o maior número de dados possíveis sobre alojamento, cuidados, saúde e bem-estar de cães e gatos em contextos populacionais. Na sequência, os membros da força-tarefa empreenderam a redação deste documento durante um período de 2 anos. Em alguns casos, as respostas não estavam disponíveis na literatura científica; nesses casos, as recomendações foram feitas com base na opinião ou parecer especializado coletivo dos autores.

Todos os esforços foram feitos para equilibrar a ciência do bem-estar animal com as recomendações práticas e realistas específicas para os abrigos. O princípio que rege esses esforços sempre foi as necessidades dos animais, as quais permanecem as mesmas, independentemente da missão de uma organização ou dos desafios envolvidos na satisfação dessas necessidades. Tal como acontece com qualquer especialidade, a medicina de abrigos continua evoluindo; os estudos e as experiências clínicas continuam fornecendo novas informações que **devem** ser consideradas pelos tutores de animais, a fim de proporcionar cuidados verdadeiramente humanitários. Os princípios dos cuidados de animais, que eram julgados pertinentes até há pouco tempo, podem não ser mais considerados eficazes ou humanitários. Os abrigos *devem* ter isso em mente e estar dispostos a fazer adaptações conforme eles revisam seus programas.

As *Diretrizes sobre os Padrões de Cuidados em Abrigos de Animais* visam ser um documento vivo e dinâmico que será periodicamente revisto e revisado. Este documento não tem a intenção de fornecer instruções operacionais específicas, uma vez que estas **devem** ser adaptadas a cada estabelecimento individualmente. Para obter informações mais detalhadas, o leitor pode lançar mão das referências listadas no final do documento. A maior expectativa dos autores é a de que este documento atenda às necessidades dos animais de abrigo e de seus tutores, fornecendo diretrizes científicas e humanitárias para os seus cuidados.

[6] *N. de T.: A Medicina de Abrigos aborda todos os problemas associados à saúde dos animais de abrigos, à estrutura do local e à equipe envolvida com os animais.*

HISTÓRICO

Do ponto de vista histórico, a provisão de cuidados para animais errantes, indesejados e abandonados pelos tutores nos Estados Unidos iniciou com a fundação dos primeiros abrigos de animais de grande escala em Nova Iorque, Boston e Filadélfia no final dos anos 1800. A maioria dos abrigos era originalmente destinada a lidar com um grande número de cães por breves períodos de tempo como parte dos programas de controle de animais. Essa missão direcionou o projeto e a operação dos abrigos por quase 100 anos. Os abrigos de animais evoluíram consideravelmente desde então.

Atualmente, é possível encontrar organizações de abrigos para quase todas as espécies de animais domésticos ou de companhia (como coelhos, pássaros, roedores, cavalos, rebanhos) e também para muitas espécies exóticas. As entidades que prestam esse tipo de serviços variam desde grandes agências bem-estabelecidas com recursos significativos até grupos populares, indivíduos informalmente conectados ou pessoas que atuam de forma isolada. O espectro de programas é igualmente diversificado, incluindo: abrigos tradicionais de entrada livre; locais de refúgio para animais resgatados e hospitais de cuidados paliativos; redes de resgate e acolhimento domiciliares; programas virtuais de transporte de animais com acesso através da Internet; centros de reabilitação comportamental; abrigos de entrada restrita ou planejada; abrigos onde os animais não são sacrificados ou têm garantia de adoção; agências de adoção de grandes volumes; e várias combinações dessas abordagens diversas. Neste documento, o termo "abrigo" aplica-se a todas as entidades mencionadas anteriormente.

Ao contrário de muitos outros ambientes, como zoológicos ou laboratórios (AZA, 2009, 2010; ILAR, 1996), o cuidado de animais em abrigos continua sem padronização e sem regulamentação em âmbito nacional nos Estados Unidos. Embora a partir de 2010, pelo menos 18 estados exigem que os abrigos de animais sejam registrados ou licenciados (CO, GA, IL, IA, KS, MA, ME, MI, MN, MO, NE, NH, NJ, NC, PA, RI, VT, WI[7]), mas seis exigem o estabelecimento de um conselho consultivo (CO, KS, LA, ME, MO, TX[8]) (ASPCA, 2006a, 2006b; MDAR, 2009); essas regulamentações são inconsistentes[9] e, muitas vezes, são monitoradas de forma inadequada em níveis estaduais ou locais.

A natureza heterogênea e fragmentada dos sistemas de abrigo, aliada à falta de uma estrutura regulatória consistente, dificulta a provisão de cuidados adequados para os animais desse tipo de instalação. Essa dificuldade é agravada por uma série de desafios.

1. DESAFIOS PARA GARANTIR O BEM-ESTAR

Existe um conjunto crescente de publicações documentando uma longa lista de fatores indutores de estresse para os animais que entram em abrigos, como: a saída de um am-

[7] *N. de T.: CO = Colorado; GA = Geórgia; IL = Illinóis; IA = Iowa; KS = Kansas; MA = Massachusetts; ME = Maine; MI = Michigan; MN = Minnesota; MO = Missouri; NE = Nebraska; NH = Nova Hampshire; NJ = Nova Jérsei; NC = Carolina do Norte; PA = Pensilvânia; RI = Rhode Island; VT = Vermont; WI = Wisconsin.*

[8] *N. de T.: CO = Colorado; KS = Kansas; LA = Louisiana; ME = Maine; MO = Missouri; TX = Texas.*

[9] *N. de T.: No sentido de divergentes, inconstantes, contraditórias.*

biente familiar; o confinamento; a adaptação a novos ruídos, cheiros (odores) distintos e animais desconhecidos; e a manipulação por pessoas estranhas. Tal como acontece em ambientes como zoológicos, fazendas e laboratórios, os animais de abrigo podem ser confrontados com tédio, frustração, isolamento, privação social e outros estresses decorrentes do confinamento (Griffin, 2006; Stephen, 2005). O tempo de estadia ou permanência foi claramente identificado como um dos fatores de risco de doenças nos animais em abrigos (Dinnage, 2009; Edinboro, 2004).

Muitas instalações, tradicionalmente projetadas para o tratamento e o manejo de animais a curto prazo (p. ex., para o período de manutenção de animais errantes), são inadequadas para atender às necessidades físicas e comportamentais dos animais (Beerda, 1997, 1999a, 1999b, 2000; Griffin, 2006; Hennessy, 1997; Holt, 2010; Hubrecht, 1992; Kessler, 1997, 1999b; McCobb, 2005; Ottway, 2003; Tuber, 1996). Vários fatores têm contribuído para o aumento no tempo de permanência ou estadia em abrigos. Em muitos abrigos, existe uma grande possibilidade de os animais serem confinados em instituições inadequadas ou semi-instituições desde cedo (i. e., meses de vida) em inúmeros casos e passarem o resto de suas vidas em outras instituições, o que aumenta as preocupações quanto ao seu bem-estar. Os mesmos problemas identificados há muitos anos pela comunidade de zoológicos (Maple, 2003) estão sendo enfrentados atualmente pelos abrigos.

Nos últimos 15 anos, houve um enorme crescimento de iniciativas e esforços empreendidos em abrigos populares. Sem dúvida, essa expansão no número de pessoas que trabalham em prol de animais de companhia abandonados tem salvado a vida de muitos animais e, de modo geral, é um avanço bastante positivo. No entanto, surgem algumas preocupações quando os cuidados prestados aos animais são fornecidos por pessoas com boas intenções, mas com pouco ou nenhum treinamento na criação de uma população de animais, no comportamento e na saúde dos animais em si e/ou em questões relacionadas à medicina veterinária. A falta de informações sobre o alojamento de animais em abrigos ou a falta de conexões com comunidades maiores de abrigos podem constituir barreiras adicionais para garantir a provisão dos devidos cuidados a eles.

Há um número crescente de incidentes, em que as condições do abrigo provocam um grande sofrimento e a morte desnecessária dos animais (website da ALDF[10]; Dudding, 2009; HSUS, 2007; Mckinnon, 2009; Peat, 2009; WBZN, 2009). Já foram feitas diversas denúncias de crueldade contra abrigos ou locais de refúgio por falta de assistência adequada e humanitária (LA Times, 2010). A ausência de padrões aceitáveis de cuidados e a falha de identificação ou reação (resposta) ao sofrimento dos animais contribuíram para esses casos de denúncia.

Muitos desses problemas não são exclusivos para a comunidade de abrigos. Há mais de 25 anos, escândalos envolvendo cuidados precários, negligências e erros de gestão abalaram o mundo dos animais de laboratório (Blum, 1994) e a comunidade de zoológicos (Maple, 2003). Para os laboratórios, isso levou a uma regulamentação federal significativa de cuidados com os animais; para os zoológicos, isso desencadeou um considerável diálogo interno e aumentou a autorregulamentação (Wielbnowski, 2003). Os debates sobre o bem-estar de animais de criação continuam com um progresso menos aparente. Consequentemente, a falta de autorregulamentação na criação em algumas operações de alimentação concentrada de animais ("fazendas industriais") começou a induzir o público a buscar por soluções legislativas (p. ex., iniciativas de votação para proibir as gaiolas de gestação e de novilhos).

[10] N. de T.: ALDF corresponde a Animal Legal Defense Fund, Fundo de Defesa Legal dos Animais.

2. A NECESSIDADE DE PADRÕES

Apesar das lições extraídas dos exemplos de alto perfil mencionados anteriormente e da disponibilidade de recursos substanciais para orientar as operações de abrigos (ASPCA, 2009; HSUS, 2010; Miller, 2004b, 2009; NACA, 2009c; Peterson, 2008; site da Universidade de Califórnia), é lamentável que ainda ocorram graves deficiências nos cuidados de animais de companhia em abrigos. Há provas convincentes de que as expectativas da sociedade para o cuidado e o bem-estar dos animais aumentaram. Essa ética se reflete na literatura profissional, bem como em uma lista exaustiva de diretrizes e/ou códigos de ética emitidos por organizações comerciais, órgãos regulatórios, conselhos consultivos e agências de formulação de políticas para animais em quase todos os contextos imagináveis, exceto abrigos de animais [p. ex., parques zoológicos (AZA, 2009, 2010; Kohn, 1994), laboratórios de pesquisa (CACC, 1993; ILAR, 1996; SCAW, 2001), canis de reprodução (AKC, 2006, 2008), gatis (CFA, 2009; CVMA, 2009), refúgios para vida selvagem exótica (ASA, 2009; Brent, 2007; GFAS, 2009), pecuária (FASS, 1999; Mench, 2008; Veissier, 2008), varejistas da indústria pet (PIJAC, 2009), canis de hospedagem (CVMA, 2007; New Zealand, 1993; PCSA, 2009), reabilitação de vida selvagem domesticada (Miller, 2000), resgate de animais (ARA), instalações de atendimento e resgate de equinos (AAEP, 2004; GFAS, 2009)].

Embora se possa supor que os estatutos anticrueldade protegeriam os animais de abrigo, esses estatutos geralmente não são suficientes para garantir que os animais em abrigos públicos ou privados e em ambientes de resgate recebam os devidos cuidados. Um dos motivos para isso é que muitos deles ainda guardam o estatuto formulado no século XIX, cuja interpretação é difícil em contextos modernos. A crueldade ocorre quando:

"Qualquer indivíduo que movimente um animal de forma demasiada, o sobrecarregue, o movimente quando sobrecarregado, o explore abusivamente, o torture, o atormente, o prive do sustento necessário, bata nele cruelmente, o mutile ou o mate ou, então, que faça com que um animal seja (ou o adquire para ser) demasiadamente movimentado, sobrecarregado, movimentado quando sobrecarregado, exaurido, torturado, atormentado, privado do sustento necessário, cruelmente espancado, multilado ou morto;...e qualquer indivíduo, com a responsabilidade ou a custódia de um animal, seja como tutor ou não, que cause crueldade desnecessária sobre ele ou desnecessariamente deixe de supri-lo com alimentação, água, abrigo e condições higiênicas adequadas ou deixe de conferir proteção contra alterações climáticas; e qualquer indivíduo, como tutor, dono, ou pessoa com a responsabilidade ou a custódia de um animal, que o movimente cruelmente ou o force a trabalhar em casos de inaptidão para o trabalho ou, então, deliberadamente o abandone ou o transporte (ou faça com que ele seja transportado) dentro ou sobre um veículo ou qualquer outro meio de locomoção de uma forma desnecessariamente cruel ou desumana ou de uma maneira que possa colocar em risco a vida do animal transportado sobre o mesmo ou, ainda, consciente e intencionalmente autorize ou permita que ele seja submetido a tortura, crueldade ou sofrimento desnecessários de qualquer tipo comete o crime de crueldade contra os animais"

Pode não ser uma tarefa fácil aplicar essa linguagem antiga e obsoleta de anticrueldade para abordar questões modernas sobre o sofrimento físico e psicológico gerado pelo confinamento, bem como o sofrimento causado por doenças ou óbito. Além disso, pode haver uma grande lacuna entre a provisão de cuidados adequados para os animais e as irregularidades suficientemente graves a ponto de provocar a instauração de processos com base nos estatutos existentes sobre crueldade contra os animais. Isso abre a possibilidade de que um número considerável de animais viva em condições precárias dentro de organizações destinadas a proteger o bem-estar desses animais. Em alguns casos, as organizações culpadas por

fornecer cuidados inadequados ou negligentes são regidas pela mesma entidade que investiga a crueldade contra os animais, criando um conflito de interesse.

Como a definição legal (jurídica) de crueldade contra os animais varia de estado para estado nos Estados Unidos, a abordagem específica e direta desse tipo de crueldade está fora do escopo dessas diretrizes. Contudo, fica claro que, quando a falta de provisão de certos padrões mínimos de cuidados constitui uma crueldade contra os animais, os mesmos padrões **devem** se aplicar aos abrigos. A alegação de boas intenções ou a falta de recursos não *deve* servir de desculpas para municípios ou organizações privadas permitirem ou perpetuarem a crueldade contra os animais.

3. AS CINCO LIBERDADES E OS ANIMAIS DE COMPANHIA

A American Veterinary Medical Association (AVMA, Associação Norte-americana de Médicos-Veterinários) possui breves diretrizes de cuidados para os animais de companhia, incluindo algumas recomendações para sociedades humanitárias (AVMA, 2008). Através dos Princípios do Bem-Estar Animal da AVMA, eles também declararam que os animais *devem* ser tratados com respeito e dignidade ao longo de suas vidas (AVMA, 2006).

É necessário um conjunto mais amplo e independente de padrões desenvolvidos dentro da comunidade veterinária de abrigos para identificar as práticas mais eficientes e as inaceitáveis, bem como os padrões mínimos de cuidados para os animais de abrigo – seja em uma grande organização, uma pequena iniciativa com sede em domicílio ou algo entre isso. Para serem suficientemente flexíveis a ponto de orientar qualquer tipo de situação ou ocorrência em alojamento de abrigo, os padrões precisam descrever claramente alguns princípios gerais, sem serem muito prescritivos[11].

Os princípios de bem-estar enumerados como as Cinco Liberdades (Tabela 1) (*Farm Animal Welfare Council* [Conselho de Bem-Estar dos Animais de Produção], 2009) fornecem um modelo aplicável a todas as espécies e situações, incluindo abrigos de animais. As Cinco Liberdades foram criadas em 1965 no Reino Unido como resultado de um relatório da Comissão de Brambell (que, mais tarde, se tornou a Farm Animal Welfare Council) para abordar as preocupações relativas ao bem-estar animal em ambientes agrícolas. Há uma ampla evidência de que as Cinco Liberdades são geralmente aceitas como diretrizes para o bem-estar de todos os animais. Por exemplo, uma pesquisa do corpo docente de grandes animais em escolas veterinárias indicou um forte apoio a esses princípios nos Estados Unidos (Heleski, 2005); além disso, foi recomendado que eles têm a mesma utilidade como um modelo para o bem-estar de animais de zoológico (Wielebnowski, 2003). As Cinco Liberdades também constituem a base dos padrões mínimos de cuidados para cães, gatos e outros animais em instalações de hospedagem, promulgados pelo Ministério da Agricultura da Nova Zelândia (New Zealand, 1998, 2007) e, recentemente, dos padrões da *Canadian Veterinary Medical Association* (Associação Canadense de Médicos-Veterinários) para gatos (CVMA, 2009). Essa abordagem também foi adotada pela comunidade de animais de laboratório (Bayne, 1998; CACC, 1993; ILAR, 1996; SCAW, 2001). Como padrões de desempenho e não padrões de engenharia, as Cinco Liberdades definem as consequências sobre o bem-estar animal e sugerem critérios de avaliação, mas não prescrevem os métodos para atingir os resultados esperados. As *Diretrizes sobre os Padrões de Cuidados em Abrigos de Animais* foram escritas utilizando as Cinco Liberdades para o Bem-Estar Animal como base de todas as seções deste documento.

[11] *N. de T.: Algo com teor de norma, regra ou preceito, sem muita utilidade prática.*

TABELA 1. CINCO LIBERDADES PARA O BEM-ESTAR DOS ANIMAIS (FARM ANIMAL WELFARE COUNCIL [CONSELHO DE BEM-ESTAR DOS ANIMAIS DE PRODUÇÃO], 2009).

1. Liberdade de sentir fome e sede (liberdade nutricional)	através do livre acesso à água fresca e limpa, bem como a uma dieta que mantenha a plena saúde e o vigor
2. Liberdade de não passar por desconforto	fornecendo e proporcionando um ambiente adequado, com abrigo e área de repouso confortável
3. Liberdade de não sentir dor, lesão e doença	através da prevenção ou do diagnóstico/tratamento imediatos
4. Liberdade de expressar o comportamento normal	através de instalações adequadas e espaços suficientes, além da companhia de animais da mesma espécie
5. Liberdade de não ter medo e angústia	garantindo condições e tratamentos que evitem o sofrimento mental.

COMO USAR O PRESENTE DOCUMENTO

Este documento contém 12 seções. Cada seção *deve* ser lida na íntegra, para que as recomendações não sejam consideradas fora do contexto nem mal-interpretadas. Os abrigos não *devem* se concentrar apenas no número limitado de práticas inaceitáveis ou questões isoladas em destaque. Essas práticas ou questões representam um resumo dos pontos que chamam a atenção para alguns tópicos mais preocupantes, mas não fornecem uma base suficiente para a avaliação completa e minuciosa de um programa.

Nenhuma organização de abrigos, independentemente de suas circunstâncias (ou seja, orçamento, porte, etc.), *deve* se envolver em qualquer prática que seja considerada inaceitável. As práticas inaceitáveis **devem** ser corrigidas sem atrasos. Por exemplo, a falha de identificação e do fornecimento de analgesia para condições dolorosas é inaceitável e, nesse caso, medidas corretivas **devem** ser tomadas imediatamente. Sempre que uma prática for identificada como uma **obrigação ou dever**, acredita-se que, na falta de adesão a essa recomendação, a provisão de um nível mínimo de cuidados aceitáveis ou humanitários se torne impossível. Conforme já foi dito, o uso do termo *dever* (ou seja, em itálico) e suas flexões implica uma forte recomendação, mas não uma obrigação.

Admite-se que a implementação de recomendações "ideais" talvez não seja possível em todas as circunstâncias, mas ela certamente traria melhorias aos cuidados dos animais. Um glossário de termos é fornecido no final deste documento para ajudar na compreensão.

Os termos "longo prazo" e "curto prazo" são usados em várias seções deste documento (p. ex., Instalações, Comportamento, Saúde Geral e Bem-Estar Físico). Embora seja difícil definir quando a estadia em um abrigo muda de curto prazo para longo prazo, o impacto do tempo de permanência nesse local pode afetar cada animal de uma forma diferente. Portanto, as recomendações que são encontradas no presente documento e se referem a estadias de longo prazo não têm um período de tempo específico associado a elas. O ideal é que as recomendações para garantir a saúde e o bem-estar físicos e comportamentais em cuidados de longo prazo *devam* ser implementadas o mais rápido possível, independentemente das expectativas do tempo de permanência, mas, sobretudo, quando se prevê uma estadia superior a 1 ou 2 semanas.

GESTÃO E MANUTENÇÃO DE REGISTROS

A implementação das recomendações no presente documento requer o uso de recursos adequados, bem como a instituição de um planejamento, treinamento e monitoramento apropriados; esses princípios operacionais formam a base sobre a qual muitos outros elementos descritos neste documento **devem** repousar. Para construir essa base, as organizações **devem** ter uma missão claramente definida; políticas e protocolos que reflitam as informações atuais; treinamento e supervisão adequados dos funcionários; e gestão correta na prestação de cuidados aos animais. Como a saúde animal está interligada em praticamente todos os aspectos dos programas de abrigo ou resgate, os veterinários *devem* estar integralmente envolvidos no desenvolvimento e na implementação de um plano organizacional e ainda **devem** fazer a supervisão dos cuidados médicos e cirúrgicos dos animais. O funcionamento da organização e o bem-estar dos animais, bem como a saúde e o bem-estar dos funcionários, estão intimamente interligados (Reeve et al., 2004; Rogelberg et al., 2007).

O IDEAL É QUE AS HIERARQUIAS, RESPONSABILIDADES E SUPERVISÕES DENTRO DOS ABRIGOS *DEVAM* SER APRESENTADAS POR ESCRITO, REVISADAS PERIODICAMENTE E ATUALIZADAS EM CASO DE TROCA DE CARGOS OU FUNÇÕES.

É NECESSÁRIO UM TREINAMENTO ADEQUADO PARA GARANTIR A PROVISÃO DE CUIDADOS HUMANITÁRIOS AOS ANIMAIS, BEM COMO A SEGURANÇA DOS FUNCIONÁRIOS E DOS CIDADÃOS.

1. ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS E PROTOCOLOS

Uma missão claramente definida constitui a base para o desenvolvimento de políticas organizacionais, incluindo aquelas relacionadas com questões de assistência/cuidado, entrada/admissão, tratamento, adoção e eutanásia dos animais. As políticas **devem** abordar os recursos e as obrigações legais/contratuais da organização. Os protocolos **devem** ser não só desenvolvidos e documentados com detalhes suficientes para alcançar e manter os padrões descritos neste documento, mas também atualizados, conforme a necessidade, para garantir que esses protocolos reflitam as informações atuais e legislações pertinentes (Hurley, 2008a). Todos os funcionários (e voluntários, conforme a necessidade) **devem** ter acesso aos protocolos atualizados. Um veterinário *deve* contribuir com os seus conhecimentos para a elaboração de todos os protocolos e políticas relacionados com a manutenção da saúde física e comportamental dos animais. O ideal é que esse veterinário tenha formação ou experiência em medicina de abrigo, bem como conhecimento sobre a população em particular.

UM ÚNICO IDENTIFICADOR (NOME E/OU NÚMERO) E UM REGISTRO **DEVEM** SER ESTABELECIDOS PARA CADA ANIMAL APÓS A ENTRADA NO ABRIGO.

2. ESTRUTURA DA GESTÃO

Uma estrutura claramente definida que descreva itens como contabilidade, responsabilidade e autoridade para a gestão dentro da organização é essencial e **deve** ser comuni-

cada a todos os funcionários e voluntários. O ideal é que as hierarquias, responsabilidades e supervisões dentro dos abrigos *devam* ser apresentadas por escrito, revisadas periodicamente e atualizadas em caso de troca de cargos ou funções. A delegação de autoridade e responsabilidade **deve** ser concedida somente àqueles com formação e conhecimento adequados. Muitas decisões envolvem questões de alocação de recursos, bem como saúde da população e bem-estar de cada animal; nesses casos, **deve** ser dada a devida atenção a todos os fatores, e as decisões podem ser satisfatoriamente tomadas por um grupo de indivíduos qualificados. Contudo, nos casos em que o bem-estar dos animais pode ser comprometido, a decisão de um veterinário não *deve* ser ignorada nem substituída. A supervisão e a prestação de contas para todos os funcionários e voluntários são essenciais, a fim de garantir que as políticas e os protolocos orientem as atividades diárias.

3. TREINAMENTO

É necessário um treinamento adequado para garantir a provisão de cuidados humanitários aos animais, bem como a segurança dos funcionários e dos cidadãos (ILAR, 1996). Isso envolve a alocação de tempo e recursos para que os funcionários e voluntários concluam o treinamento, antes de assumirem a responsabilidade pelas tarefas. As habilidades, os conhecimentos e os treinamentos para executar cada tarefa **devem** ser demonstrados com sucesso, antes assumir a proficiência[12] de cada funcionário ou voluntário. Uma educação continuada *deve* ser fornecida a fim de manter e melhorar as habilidades. Além disso, *deve* ser guardada a documentação do treinamento.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS ANIMAIS E MANUTENÇÃO DE REGISTROS

Um único identificador (p. ex., nome e/ou número) e um registro **devem** ser estabelecidos para cada animal após a entrada no abrigo. A identificação *deve* ser fisicamente fixada ao animal (p. ex., coleira ou etiqueta) durante o tempo de estadia ou permanência do animal, a menos que isso represente um risco à segurança dos animais e/ou dos funcionários. Os elementos básicos de um registro *devem* incluir: o identificador, os resultados da varredura para detecção de *microchip*, o número do *microchip* (se presente), a procedência do animal, as datas de entrada e saída, o desfecho, a espécie/idade/sexo e a descrição física (raça e cores da pelagem), além de informações clínicas e comportamentais disponíveis (ver as seções sobre Manejo da População de Animais e Saúde Geral/Bem-Estar para obter mais informações sobre prontuários médicos e coleta de dados populacionais).

[12] *N. de T.: É a demonstração de um conhecimento, competência e capacidade. Domínio em determinado campo; habilitação.*

PROJETO DAS INSTALAÇÕES E AMBIENTE

Os abrigos **devem** fornecer um ambiente propício e favorável à manutenção da saúde animal. As instalações **devem** ser apropriadas para a espécie, o número de animais sob seus cuidados e a duração prevista da estadia (permanência), a fim de garantir o bem-estar físico e psicológico dos animais. O projeto *deve* proporcionar uma separação adequada dos animais, de acordo com fatores como: estado de saúde, idade, sexo, espécie, temperamento e condição de predador-presa (ver as seções sobre Saúde Geral/Bem-Estar Físico e Saúde Comportamental/Bem-Estar Mental para obter mais informações), e incluir um espaço suficiente para as operações do abrigo descritas neste documento (como entrada/admissão, exames/avaliações, retenção/manutenção, adoção, isolamento, tratamento, armazenagem de alimentos, lavanderia e, quando necessário, eutanásia).

ALÉM DE REPRESENTAREM UMA DAS MAIORES DEFICIÊNCIAS OBSERVADAS EM ABRIGOS, AS CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE ALOJAMENTO DE GATOS EXERCEM UM IMPACTO SUBSTANCIALMENTE NEGATIVO SOBRE A SAÚDE E O BEM-ESTAR DESSES ANIMAIS.

As entradas e as saídas, bem como os corredores e as salas, *devem* estar dispostos e organizados de tal forma que o movimento pela instalação ("tráfego de pedestres") e a limpeza, conforme descritos na seção sobre Higiene, *devam* ocorrer das áreas que alojam os animais mais suscetíveis a doenças e/ou mais saudáveis para aqueles mais propensos a ser uma fonte de doença contagiosa. Um conjunto de diretrizes recomenda que pelo menos 10% da capacidade de alojamento da instalação sejam disponibilizados para o isolamento de animais com diagnóstico ou suspeita de doenças infecciosas (New Zealand, 1993). As organizações que prestam serviços para animais de propriedade privada (p. ex., castração ou clínicas veterinárias) *devem* separar esses animais daqueles do abrigo.

A AMARRAÇÃO OU O USO DE CORDAS OU CORRENTES PARA PRENDER OS ANIMAIS É UM MÉTODO INACEITÁVEL DE CONFINAMENTO PARA QUALQUER ANIMAL E NÃO TEM LUGAR EM ABRIGOS HUMANITÁRIOS.

1. RECINTO PRIMÁRIO

Um recinto primário é definido como uma área de confinamento, como gaiola, cercado/viveiro, canil, baia/barraca ou curral, onde um animal come, dorme e, na maioria das situações de alojamento em abrigo, passa a maior parte de seu tempo. O recinto primário **deve** ser estruturalmente sólido (firme) e mantido em condições funcionais seguras para confinar os animais de forma adequada, evitar lesões, manter outros animais distantes e permitir que os animais alojados permaneçam secos e limpos. Não **deve** haver bordas pontiagudas, fissuras ou outros defeitos que possam lesionar ou prender um membro ou outra parte do corpo. Travas seguras de portas ou outros dispositivos de fechamento **devem** estar presentes. Não são aceitos fundos com tela (rede) de arame ou chão de ripas[13] em gaiolas para recintos primários[14] de cães e gatos. Os recintos que permitem o cuidado e a limpeza sem a retirada dos animais (p. ex., recintos com acessos bilaterais ou compartimentalizados) são muito importantes para prevenir a transmissão de doenças e *devem* ser oferecidos aos animais

[13] *N. de T.: Também conhecido como pavimento ou piso ripado. Ripa é qualquer peça de madeira, longa e estreita.*

[14] *N. de T.: Os recintos primários representam o microambiente (jaulas, gaiolas), enquanto os recintos secundários correspondem ao macroambiente (salas, áreas externas).*

recém-admitidos ou doentes e para aqueles com menos de 20 semanas de vida.

O recinto primário *deve* ser limpo e desinfetado com facilidade. Mesmo em abrigos domiciliares, onde a própria casa ou um cômodo da casa pode ser o recinto primário, a higiene é fundamental. Até que as preocupações relativas à transmissão de doenças diminuam, os animais recém-chegados *devem* ser alojados em áreas da casa ou recintos dentro da casa que possam ser devida e facilmente higienizados.

O uso de cordas ou correntes para amarrar os animais é um método inaceitável de confinamento para qualquer animal e não tem lugar em abrigos humanitários (HSUS, 2009a). O uso constante de cordas ou correntes para prender os cães em vez de colocá-los em um recinto primário não é uma prática humanitária e, por essa razão, o *Animal Welfare Act* (Lei de Bem-Estar Animal) proibiu a sua aplicação em 1997 para todas as entidades regulamentadas (APHIS, 1997a).

Os recintos primários **devem** fornecer espaço suficiente para permitir que cada animal, independentemente da espécie, faça ajustes posturais normais, como: movimentar-se livremente; levantar com facilidade; sentar-se; espreguiçar-se; mexer a cabeça, sem tocar na parte superior do recinto; deitar em uma posição confortável com os membros esticados, circular pelo recinto e adotar uma postura cômoda para comer, beber, urinar e defecar (AAEP, 2004; CFA, 2009; Hansen, 2000; King County, 2009; Kulpa-Eddy, 2005; New Zealand, 1993). Além disso, os cães e gatos *devem* ser capazes de manter as suas caudas eretas quando estiverem em estação (i. e., em pé). Os recintos primários *devem* permitir a visualização do exterior pelos animais, mas também oferecer ao menos uma oportunidade de evitar o contato visual com outros animais (Carlstead, 1993; Overall, 1997; Wells, 1998).

OS RECINTOS QUE PERMITEM O CUIDADO E A LIMPEZA SEM A RETIRADA DOS ANIMAIS SÃO MUITO IMPORTANTES PARA PREVENIR A TRANSMISSÃO DE DOENÇAS E *DEVEM* SER OFERECIDOS AOS ANIMAIS RECÉM-ADMITIDOS E DOENTES, BEM COMO PARA OS MAIS JOVENS.

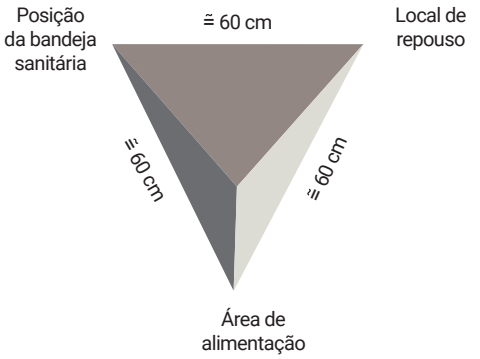

Figura 1. Espaçamento mínimo recomendado entre a colocação da bandeja sanitária, o local de repouso e a área de alimentação.

Para os recintos primários de cães e gatos, sugere-se uma faixa de dimensões mínimas (CFA, 2009; Griffin, 2006; New Zealand, 1993). A maioria dessas recomendações excede o que normalmente é encontrado em muitos abrigos. Em função da ampla variedade de portes de cães, as recomendações específicas para tamanhos mínimos de canis não estão incluídas neste documento. Contudo, a dimensão de cada recinto primário **deve** ser suficiente para atender aos parâmetros físicos e comportamentais descritos anteriormente. Foi demonstrado que uma distância triangulada inferior a 60 cm entre a colocação da bandeja sanitária, o local de repouso e a área de alimentação afete de forma adversa a ingestão de alimentos pelos gatos (Figura 1) (Bourgeois, 2004). Foi constatado que os gatos alojados em gaiolas com 1 m^2 de área útil sofram significativamente menos estresse do que aqueles com apenas 0,4 m^2 de espaço (Kessler, 1999b). A *Cat Fanciers' Association* (algo como Associação dos "Apreciadores" de Gatos)[15] recomenda um espaço de, no mínimo, 0,8 m^3 por gato (CFA, 2009). Os abrigos *devem* se esforçar para superar essas dimensões, particularmente à medida que o tempo de permanência aumenta (ver a seção sobre Alojamento em Grupo em busca

[15] *N. de T.: Essa associação também é conhecida como Associação dos Pirados por Gatos.*

das dimensões recomendadas para esse tipo de alojamento).

Além das considerações relativas ao tamanho, o *layout*[16] adequado do recinto primário é essencial para manter a saúde e o bem-estar dos animais. **Devem** ser fornecidos recipientes ou vasilhas de água e alimento. A localização dos comedouros, das tigelas de água e das bandejas sanitárias entre si, bem como as áreas de repouso, as portas, etc., podem exercer um impacto significativo sobre o bem-estar dos animais (CACC, 1993).

A separação entre as áreas de alimentação, micção, defecação e repouso *deve* ser maximizada. Um recinto primário **deve** permitir que os animais se sentem, durmam e comam distante dos locais onde eles defecam e urinam. Isso pode ser alcançado através do emprego de: (a) recintos com acessos bilaterais ou compartimentalizados; (b) recintos únicos de tamanho suficiente para gatos, conforme descrito na figura anterior; ou (c) passeios diários com os cães em uma frequência suficiente para evitar a micção ou defecação dentro de seus recintos, desde que isso possa ser feito sem riscos indevidos à saúde e segurança.

Deve ser dada uma atenção especial aos hábitos de cada animal. O confinamento, mesmo em alojamento compartimentalizado, inibirá alguns cães de urinarem ou defecarem. Muitos gatos se esquivarão de defecar e urinar se a localização ou o substrato da bandeja sanitária forem aversivos (CACC, 1993; Neilson, 2004). Os gatos **devem** ter uma bandeja sanitária grande o suficiente para acomodar todo o seu corpo de forma confortável.

Para os gatos, as dimensões verticais e horizontais são extremamente importantes, pois os animais dessa espécie demonstram preferência em passar a maior parte do tempo em superfícies suspensas e estruturas acima do chão. Alguns cães também preferem repousar em superfícies elevadas. Locais suspensos de repouso *devem* ser fornecidos sempre que possível, contanto que isso não limite os movimentos dos animais dentro do recinto. Um local de repouso macio *deve* ser disponibilizado para todos os animais, a fim de lhes proporcionar conforto e evitar o desenvolvimento de lesões nos pontos de apoio[17] (Crouse, 1995; New Zealand, 1998).

Gaiolas ou engradados destinados a viagens ou confinamentos temporários de curto prazo (p. ex., caixas de viagens aéreas, caixas de transporte, gaiolas ou engradados projetados para restringir a mobilidade durante um período definido para recuperação ou tratamento, incluindo pequenas gaiolas de aço inoxidável menores que 60 cm × 60 cm são inaceitáveis como recintos primários e são cruéis se utilizados como tais (CFA, 2009; Miller, 2000). Os engradados ou as gaiolas não **devem** ser empilhados uns sobre os outros de tal modo a aumentar o estresse e o desconforto dos animais, comprometer a ventilação ou permitir a queda de material residual da gaiola de cima para a debaixo.

Além de representarem uma das maiores deficiências observadas em abrigos, as condições precárias de alojamento de gatos exercem um impacto substancialmente negativo sobre a saúde e o bem-estar desses animais. O alojamento existente pode ser modificado para melhorar o bem-estar do felino (p. ex., é possível fazer portinholas em gaiolas de aço inoxidável, para aumentar o espaço disponível e criar unidades de alojamento de múltiplos compartimentos) (UC Davis, 2009). Os gatos **devem** ter lugares para se esconder (p. ex., saco de papel ou caixa de papelão, grande o suficiente para permitir o esconderijo) e *devem* dispor de pontos elevados para subir (Carlstead, 1993; Crouse, 1995; De Monte, 1997; Griffin, 2002, 2006, 2009a; Hubrecht, 2002; Rochlitz, 1999, 2002; Wells, 2000). Um estudo descobriu que a possibilidade de se ocultar levou à diminuição dos hormônios do estresse em gatos (Carlstead, 1993). O ideal é que os gatos não *devam* ser confinados em gaiolas no chão, pois elas são mais estressantes em comparação às gaiolas suspensas.

[16] *N. de T.: Disposição, organização, configuração.*

[17] *N. de T.: Também conhecidas como úlceras de pressão, úlceras ou escaras de decúbito ou úlceras cutâneas.*

Conforme o tempo de estadia ou permanência aumenta (p. ex., além de 1–2 semanas), torna-se cada vez mais importante fornecer um espaço que seja estimulante tanto do ponto de vista físico como mental; nesse caso, **devem** ser fornecidas alternativas ao alojamento tradicional. Para os animais alojados por tempo prolongado (i. e., a longo prazo), o ambiente físico **deve** incluir oportunidades para se esconderem, brincarem, repousarem, comerem e fazerem as suas necessidades. Para os gatos, o ambiente também *deve* permitir arranhaduras e escaladas. O acesso protegido a ambientes internos e externos é ideal para a maioria das espécies, especialmente quando os animais são mantidos em abrigos por longos períodos de tempo. Os espaços externos (i. e., ao ar livre) **devem** ser devidamente fechados para proteger os animais de climas adversos e maus-tratos bem como para evitar a fuga ou predação.

2. SUPERFÍCIES E DRENAGEM

Superfícies não porosas de fácil desinfecção e suficientemente duráveis para resistir à limpeza frequente *devem* ser utilizadas em todas as áreas de alojamento dos animais, sendo **obrigatórias** naquelas áreas que albergam filhotes de cães e gatos ou, então, animais contagiosos ou recém-chegados com histórico desconhecido. Esses princípios são igualmente importantes em programas domiciliares. Uma superfície de vedação impermeável, como concreto ou epóxi[18], é ideal para pavimentos ou pisos (New Zealand, 1993). Forros como tapetes ou carpetes não *devem* ser usados em áreas de alojamento de animais, pois é impossível limpá-los e desinfetá-los de forma eficiente. Em ambiente domiciliar ou em caso do uso de iluminação, pisos de linóleo[19] ou ladrilho/cerâmica podem ser aceitáveis, mas os rejuntes e as juntas do piso exigem maior manutenção e atenção à higienização do que uma superfície impermeabilizada. Os pontos de encontro das paredes e dos pisos também *devem* ser impermeabilizados. Os pisos descascados, arranhados ou lascados que não podem ser devidamente higienizados *devem* ser submetidos a reparo ou trocados.

É necessária uma acomodação especial (p. ex., roupas de cama macias ou tapetes antiderrapantes) para os animais com artrite, fraqueza muscular ou outras deficiências de mobilidade, uma vez que eles podem ter dificuldade de se levantar se as superfícies forem muito escorregadias. Os pisos *devem* ser levemente inclinados para permitir que os resíduos e a água escoem para áreas de drenagem. As águas residuais não *devem* escoar para áreas comuns ou canis adjacentes. Por isso, **deve-se** assegurar uma drenagem adequada do abrigo (New Zealand, 1993). Quando os pontos de escoamento (p. ex., ralos) estão localizados em áreas comuns, **deve-se** ter um cuidado especial para higienizar e desinfetar essas áreas antes de permitir o acesso dos animais. Os ralos *devem* ser cobertos para evitar que os dedos dos animais fiquem presos.

3. AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E QUALIDADE DO AR

As recomendações relativas à temperatura e umidade variam de acordo com as espécies de animais alojados; no entanto, é essencial que cada recinto primário permita que um animal mantenha confortavelmente a temperatura normal do corpo (AVMA, 2008a; New Zealand, 1993). Os níveis de temperatura e umidade *devem* ser avaliados na altura do corpo do animal dentro de seu recinto.

Para os cães e gatos, a AVMA recomenda que a temperatura ambiente seja mantida acima de 15,5°C e abaixo de 26,6°C; já a umidade relativa *deve* variar de 30 a 70% (AVMA, 2008a). Em função de fatores como raça, condição corporal, estado clínico, pelagem, conformação facial e diferenças etárias, os animais **devem** ser monitorados individualmente para garantir o seu conforto e assegurar que eles consigam manter a sua temperatura corporal em níveis adequados. Se os animais estiverem aparentemente com muito frio (i. e., com tremores ou amontoados para se aquecerem) ou muito calor (i. e., com respiração ofegante excessiva), **devem** ser tomadas as medidas necessárias

[18] *N. de T.: Denominação dos compostos formados a partir de um epóxido (resinas usadas em revestimento, por exemplo).*

[19] *N. de T.: O linóleo é uma espécie de tecido impermeável, feito de juta e untado com óleo de linhaça e cortiça em pó, usado no revestimento de pavimentos.*

para garantir o conforto e a segurança dos animais (i. e., ajustes do termostato, camas extras, ventiladores, mudança para outra área do abrigo, avaliação da saúde, etc.). O uso de materiais adequados para a cama, quando mantidos limpos e secos, pode ajudar os animais a manterem uma temperatura corporal apropriada.

GAIOLAS OU ENGRADADOS DESTINADOS A VIAGENS OU CONFINAMENTOS TEMPORÁRIOS DE CURTO PRAZO SÃO INACEITÁVEIS COMO RECINTOS PRIMÁRIOS E SÃO CRUÉIS SE UTILIZADOS COMO TAIS.

O ar fresco (puro) é essencial para manter a boa saúde e o bem-estar dos animais, bem como para limitar a disseminação de doenças infecciosas (CFA, 2009). A ventilação adequada remove o calor, a umidade, os odores, os microrganismos aerógenos e os gases poluentes, como amônia e monóxido de carbono, ao mesmo tempo em que permite a introdução de ar fresco (puro) e oxigenado. A ventilação **deve** ser mantida em uma velocidade alta o suficiente para fornecer ar limpo (puro) em todas as áreas do abrigo, inclusive dentro dos recintos primários. Todos os sistemas de ventilação **devem** ser submetidos à devida manutenção e a qualidade do ar *deve* ser monitorada na altura do animal. Entre 10 e 20 trocas de ar ambiente por hora com ar fresco (puro) constituem a recomendação padrão para a ventilação adequada de instalações de animais (European Council, 1986; Johnson, 2004; ILAR, 1996).

Os requisitos de ventilação variam, dependendo da densidade populacional e dos poluentes no ar. Uma instalação pode exigir uma maior taxa de ventilação quando estiver em plena capacidade, em comparação com os momentos em que ela se encontra relativamente vazia, pois os próprios animais são uma fonte importante de calor, umidade e amônia. Outros poluentes também aumentam com o número de animais alojados. As taxas de ventilação talvez tenham de ser ajustadas de acordo com a época do ano e não *devem* ser controladas por termostato. Os sistemas que circulam ar apenas quando a temperatura ou a umidade necessitam de ajuste não proporcionam ventilação adequada ao longo do ano. A ventilação **deve** ser efetuada, sem comprometer a manutenção de níveis apropriados de temperatura.

Como os patógenos respiratórios caninos podem ser facilmente transmitidos por via aerógena, as áreas de isolamento para cães *devem* ter circulação de ar separada do resto da instalação (Appel, 1972). A troca de ar separada para as áreas de isolamento felino é uma prioridade de menor importância, uma vez que os gatos não aerossolizam seus agentes patogênicos com facilidade (Gaskell, 1982; Wardley, 1977). Para evitar a transmissão de vírus respiratórios através de gotículas, no entanto, as gaiolas de gatos de frente umas para as outras *devem* ser espaçadas por mais de 121 cm (Gaskell, 1977; Povey, 1970; Wardley, 1977). Embora a ventilação adequada para fornecer uma boa qualidade do ar seja essencial, os investimentos nos recintos e em outros aspectos do projeto da instalação que diminuam a transmissão de doenças através de fômites (p. ex., recintos com acessos bilaterais que permitem aos animais permanecerem dentro de seus recintos durante a limpeza) também são críticos para a saúde animal. Até mesmo uma excelente ventilação não superará os efeitos nocivos de um alojamento inadequado.

A boa qualidade do ar requer uma boa higiene e limpeza para reduzir as fontes de partículas aerógenas e contaminantes gasosos, como amônia, monóxido de carbono e sulfeto de hidrogênio (FASS Guide, 1999). As diretrizes publicadas para exposições máximas à amônia refletem os riscos à saúde humana ou os efeitos adversos sobre a produção animal e não *devem* ser usadas como indicador de higiene adequada. Embora alguns dos regulamentos para as operações de alimentação animal concentrada citem níveis mínimos de amônia em 10 partes por milhão (ppm) ou abaixo disso, os níveis aceitáveis em um abrigo *devem* ser inferiores a 2 ppm (G. Patronek, 2010, dados não publicados). Em abrigos de-

vidamente geridos, a amônia *deve* estar abaixo desse nível, mesmo antes da limpeza matinal. O controle das sujidades é importante, porque os microrganismos podem ser transmitidos através da poeira por via aerógena (FASS, 1999). A poeira no ar ou em suspensão pode conter uma variedade de aerossóis bioativos, particularmente endotoxinas, que têm efeitos pró-inflamatórios e exercem um impacto negativo sobre a função pulmonar (Donham, 2002; Rylander, 2006, 2007).

4. ILUMINAÇÃO

As instalações *devem* ser projetadas para oferecer a iluminação mais natural possível. Quando a iluminação artificial é utilizada, ela *deve* se aproximar da luz natural, tanto em termos de duração como de intensidade (CFA, 2009; Griffin, 2006; New Zealand, 1993; Patronek, 2001). Os recintos *devem* ser posicionados de tal modo que cada animal consiga evitar a exposição a quantidades excessivas de luz ou escuridão. Por exemplo, os gatos alojados no nível mais baixo de uma pilha de gaiolas passariam a maior parte de seu dia na sombra, a menos que haja luminárias montadas para iluminar as gaiolas mais baixas (CFA, 2009). As gaiolas *devem* ser suficientemente espaçadas a uma distância que permita o reflexo da luz do teto e do chão. Níveis adequados de escuridão são tão importantes quanto a luz. Tanto a iluminação como a ausência dela *devem* ser proporcionadas, para que elas mantenham os ritmos (circadianos) naturais de sono e vigília. A iluminação adequada também é necessária para a observação eficaz dos animais (AAEP, 2004).

5. CONTROLE DE RUÍDOS

Um ambiente acústico apropriado é essencial para a boa saúde e o bem-estar dos animais. Os ruídos *devem* ser minimizados nas áreas de alojamento dos animais. Como a audição de cães e gatos é mais sensível do que o ouvido humano, pode-se presumir que os níveis de ruídos incômodos para os seres humanos sejam ainda mais desconfortáveis para os animais. Muitas características comuns de abrigos de animais contribuem para os níveis elevados de ruídos, incluindo: ventilação de ar forçado, latido dos cães, materiais de construção não porosos, uso de mangueiras elétricas, portas de metal no canil e vasilhas metálicas para alimentos. O excesso de ruídos contribui para as respostas comportamentais e fisiológicas adversas (Spreng, 2000).

O ruído excessivo de cães latindo é uma preocupação específica em termos de bem-estar, tanto por conta de sua magnitude como em termos de duração (Sales, 1997). Os gatos, em particular, são adversamente afetados pelo som produzido pelo latido dos cães (McCobb, 2005). Os níveis sonoros em um abrigo podem exceder 100 db[20], principalmente em função dos latidos (Coppola, 2006). Como o som é medido em uma escala logarítmica, um som de 90 db é 10 vezes mais alto do que um de 80 db. Qualquer som na faixa de 90–120 db pode ser sentido e ouvido, podendo levar à perda irreversível da audição em seres humanos. Para fins de comparação, uma britadeira produz ruído na faixa de 110 db, enquanto um trem do metrô, 95 db. É provável que os níveis de 50–70 db ou superiores sejam considerados nocivos para a audição de roedores e coelhos (CCAC, 1993) (ver a seção sobre Saúde Pública para obter mais informações sobre segurança ocupacional).

Como o som pode ter um efeito prejudicial, as intervenções para diminuir os ruídos sonoros em abrigos são importantes para a saúde e o bem-estar dos animais. Estratégias estruturais para minimizar o impacto dos ruídos (p. ex., disposição das gaiolas, seleção de materiais adequados para gaiolas/portas/fechos) *devem* ser implementadas no projeto das instalações ou adicionadas a uma instalação existente. Estratégias arquitetônicas apropriadas em combinação com estratégias de modificação comportamental ou enriquecimento ambiental para reduzir os latidos podem diminuir os níveis de ruídos de forma drástica (Griffin, 2009a; Johnson, 2004). Os funcionários também **devem** ser instruídos para evitar a criação de ruídos excessivos

[20] *N. de T.: Decibel corresponde à unidade de medida da intensidade relativa de dois sinais.*

durante as atividades de rotina (como bater portas de gaiolas ou do canil, atirar vasilhas de metal). Os equipamentos que fazem barulho *devem* estar localizados o mais distante possível dos animais (Hubrecht, 2002). Os materiais antirruídos[21] **devem** ser duráveis o suficiente para permitir a limpeza frequente, *devendo* estar fora do alcance dos animais ou ser resistentes à destruição (Hubrecht, 2002). Os abrigos *devem* ser projetados de tal forma que os gatos não fiquem expostos ao ruído do latido de cães (McCobb, 2005). Em um estudo de cães de abrigos, o contato visual com outros cães melhorou o bem-estar e não aumentou o latido (Wells, 1998); portanto, não se *deve* evitar o contato visual como uma estratégia geral para diminuir o latido.

A música é utilizada para diminuir o estresse dos animais em uma variedade de ambientes diferentes (Line, 1990; Wells, 2002). Embora relatos sem comprovação científica ou verificação experimental apoiem essa descoberta, existem poucos dados para recomendar o seu uso em abrigos. A música ou outros sons como uma forma de enriquecimento ambiental precisam ser considerados com cuidado, particularmente se os animais não tiverem como se afastar do ruído ou controlar a sua exposição. Muitos animais, incluindo cães, são capazes de ouvir frequências acima do que os humanos conseguem ouvir. Portanto, caso a música seja introduzida, os rádios ou outros sistemas de som não *devem* ser colocados diretamente nas gaiolas e o volume não *deve* exceder os níveis de conversação. Em um estudo, foi demonstrado que o *heavy metal* aumentou o latido e a excitação (agitação) dos animais, enquanto a música clássica teve um efeito calmante (Wells, 2002).

6. GAIOLAS DE ABANDONO

Embora os abrigos muitas vezes enfrentem desafios impostos pelas horas limitadas de funcionamento para acesso ao público, o uso de "gaiolas de abandono"[22] sem supervisão, onde os animais vivos são colocados pelo público em receptáculos para posterior entrada no abrigo, pode resultar em sofrimento e óbito desses animais e, portanto, *deve-se* evitá-las. *Devem* ser fornecidas alternativas (p. ex., acordos de entrega[23] dos animais com o departamento de polícia ou as clínicas veterinárias de emergência). Informações sobre essas alternativas *devem* ser disponibilizadas ao público.

O USO DE "GAIOLAS DE ABANDONO" SEM SUPERVISÃO, ONDE OS ANIMAIS VIVOS SÃO COLOCADOS PELO PÚBLICO EM RECEPTÁCULOS PARA POSTERIOR ENTRADA NO ABRIGO, PODE RESULTAR EM SOFRIMENTO E ÓBITO DESSES ANIMAIS E, PORTANTO, *DEVE-SE* EVITÁ-LAS.

[21] *N. de T.: Ou seja, de absorção acústica.*

[22] *N. de T.: Seriam espécies de "gaiolas de entrega anônima de animal". Trata-se de gaiolas que possuem duas portas: uma fica para a rua (as pessoas abandonam os animais, sem se identificarem) e uma porta interna no abrigo. Quando o animal é colocado, a porta não abre mais do lado de fora, ou seja, ela trava e só abre internamente. Para visualizar esse tipo de gaiola, acesse: https://www.mnn.com/family/pets/stories/are-shelter-drop-boxes-safe-for-animals.*

[23] *N. de T.: Drop-off são entregas fora do horário de atendimento do abrigo. Essas entregas seriam feitas sob a supervisão do departamento de polícia ou das clínicas veterinárias de emergência. Trata-se de uma realidade norte-americana e não brasileira.*

MANEJO DA POPULAÇÃO DE ANIMAIS

O manejo de uma população de animais descreve um processo ativo de planejamento, avaliação diária contínua e resposta a condições em constante mudança, uma vez que uma organização cuida de vários animais. O manejo eficaz da população requer um plano para gerir intencionalmente a permanência de cada animal no abrigo, levando em conta a capacidade da organização em oferecer cuidados que atendam às recomendações descritas neste documento. A capacidade de proporcionar cuidados humanitários depende de alguns fatores, tais como: (a) o número e o estado dos animais admitidos no abrigo, bem como o seu tempo de estadia ou permanência; (b) o tamanho e a condição da instalação; (c) o nível e a formação dos funcionários; e (d) outros, como a quantidade de recintos disponíveis. Há muitas formas de manter uma população dentro da capacidade de atendimento de uma organização, seja em um abrigo ou uma organização de resgate domiciliar. O manejo ativo de uma população animal é uma das bases da saúde e do bem-estar dos animais de abrigo (Hurley, 2004a) e **deve** ser feito com base na compreensão de que cada organização tem uma capacidade limitada de prestação de cuidados humanitários, assim como acontece em lares particulares. Quando uma população de animais não é gerida dentro da capacidade de atendimento de uma organização, fica difícil ou até mesmo impossível manter outros padrões de cuidados.

CADA ORGANIZAÇÃO TEM UMA CAPACIDADE LIMITADA PARA A PRESTAÇÃO DE CUIDADOS HUMANITÁRIOS AOS ANIMAIS, ASSIM COMO ACONTECE EM DOMICÍLIOS PARTICULARES.

1. CAPACIDADE DE CUIDADOS

Toda organização de abrigo tem uma capacidade máxima de atendimento e, nesse caso, a população de animais sob os seus cuidados não **deve** exceder esse nível. Os fatores que determinam a capacidade de cuidados incluem: (a) o número de unidades de alojamento adequado; (b) a quantidade de funcionários para os programas ou serviços; (c) a formação dos funcionários; (d) o tempo médio de estadia ou permanência no abrigo; e (e) o número total de resgates, adoções, transferências, liberações ou outros desfechos. Muitos fatores podem alterar essa capacidade de assistência. Por exemplo, a perda de funcionários responsáveis pelo cuidado dos animais ou o uso de recintos com avarias podem diminuir temporariamente a capacidade de atendimento até que novas pessoas sejam contratadas e devidamente treinadas ou os recintos sejam reparados ou substituídos. Operar além da capacidade de assistência de uma organização é uma prática inaceitável.

A capacidade máxima de alojamento **deve** se basear no número de animais que podem ser devidamente alojados dentro dos recintos primários disponíveis (ver as seções sobre Instalações e Alojamento em Grupo para obter mais informações sobre alojamentos adequados). O ideal é que os abrigos *devam* manter as suas populações abaixo da capacidade máxima de alojamento para permitir a entrada diária de animais e a maior flexibilidade ao escolher os recintos apropriados para cada animal. A capacidade máxima de alojamento não **deve** ser excedida. Embora os recintos possam estar disponíveis, talvez seja necessário deixar alguns vazios, em vir-

tude de outras limitações na capacidade de atendimento (p. ex., número de funcionários e oportunidades de enriquecimento).

A National Animal Control Association (NACA, Associação Internacional de Controle dos Animais) e a Humane Society of the United States (HSUS, Sociedade Humanitária dos Estados Unidos, 2010) recomendam um período de, no mínimo, 15 minutos diários para a alimentação de cada animal alojado no abrigo e a limpeza de cada recinto (9 minutos para a limpeza e 6 minutos para a alimentação) (HSUS, 2010; NACA, 2009b). Por exemplo, se houver 40 animais no abrigo, será necessário um período de, no mínimo, 10 horas para o fornecimento de cuidados básicos (15 minutos/animal × 40 animais = 10 horas). Do mesmo modo, a capacidade de prestação de serviços, como avaliação ou tratamento médico-comportamental, adoção, castração de machos e fêmeas ou eutanásia, pode ser avaliada com base no tempo médio de serviço (Newbury, 2009a, 2009b). As horas de trabalho de funcionários ou voluntários **devem** ser suficientes para garantir que as necessidades básicas dos animais no abrigo sejam atendidas todos os dias.

O tempo de estadia ou permanência exerce um efeito drástico sobre as experiências e necessidades dos animais sob os cuidados de abrigos. O tipo de cuidado e de enriquecimento ambiental fornecido aos animais de abrigos **deve** ser pertinente ao período de permanência (Patronek, 2001). O tempo médio ou mediano de estadia também é um fator-chave que contribui para o número de animais presentes no abrigo todos os dias, o que, por sua vez, afeta a capacidade de oferecer cuidados adequados. Por exemplo, se uma média de 5 gatos por dia ingressar no abrigo e cada um permanecer 5 dias em média, a população diária média será de 25 gatos. Se o tempo médio de estadia subir para 10 dias sem mudança na entrada média de animais, então a população diária média será o dobro, 50 gatos.

Deve haver um número adequado de funcionários disponíveis para garantir que cada ponto crítico de serviço (p. ex., vacinação ou avaliação veterinária, cirurgia de castração de machos e fêmeas, ou deslocamento físico para adoção) seja prestado imediatamente. Os atrasos que resultam em até um a dois dias extras de cuidados podem culminar em lotação do abrigo e condições deficientes de bem-estar animal em instalações que operam perto de sua capacidade máxima. A demanda prevista para esses pontos críticos de serviço *deve* ser estimada com base no número esperado de animais que necessitarão de cada serviço e no tempo necessário para concluir cada procedimento (p. ex., número de animais que necessitam de avaliação ou cirurgia de castração antes da adoção). Operar o abrigo além de sua capacidade de atendimento resultará em consequências indesejáveis, como: atrasos ou falhas na prestação dos cuidados necessários; uso de alojamentos precários ou de qualidade inferior; aumento no estresse dos funcionários e dos animais; mistura aleatória de animais; aumento no risco de exposição a doenças infecciosas; e aumento nas interações negativas entre os animais (Hurley, 2008b; Newbury, 2009a, 2009b). O funcionamento do abrigo além de sua capacidade de atendimento gera um círculo vicioso[24]; os serviços necessários, por exemplo, para promover uma rotatividade dos animais através do sistema sofrem atrasos. Esses atrasos, por sua vez, prolongam os tempos médios de estadia ou permanência dos animais, levando a um incremento na população diária. Isso sobrecarrega ainda mais a capacidade de cuidados da organização, agrava as condições do local e ameaça o bem-estar animal (Newbury, 2009a, 2009b). Uma vez excedida a capacidade de atendimento do abrigo, não é mais possível garantir as Cinco Liberdades.

[24] N. de T.: A forma correta de escrita da expressão é círculo vicioso. A expressão ciclo vicioso, embora muito utilizada pelos falantes, está errada. Um círculo vicioso é um processo no qual a situação inicial gera consequências que conduzem novamente ao estado inicial, não havendo alterações e desenvolvimentos. É muito utilizada com conotação negativa, para indicar algo que não avança, não progride e não se resolve.

2. PROTOCOLOS PARA MANTER A CAPACIDADE ADEQUADA DE CUIDADOS

Os abrigos **devem** ter políticas e protocolos para manter a capacidade adequada de cuidados e alojamentos. As políticas **devem** fornecer um meio de equilibrar a entrada de animais com os desfechos disponíveis (p. ex., adoção, transferência, liberação, retorno ao tutor, eutanásia ou outros). Aumentar o número de animais alojados além da capacidade de atendimento do abrigo é uma prática inaceitável.

A inspeção de todos os animais **deve** ser realizada diariamente não só para avaliar e monitorar de forma rotineira e sistemática a adequação da capacidade do abrigo, mas também para identificar as necessidades de alojamentos, cuidados ou serviços (CFA, 2009; New Zealand, 1993). **Devem** ser feitas intervenções apropriadas antes que o número de animais exceda a capacidade de atendimento e a quantidade de acomodações. Esperar para reagir até que a capacidade do abrigo tenha se excedido resulta em sofrimento dos animais.

3. MONITORAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS

Monitorar as estatísticas da população de animais ao longo do tempo é um componente necessário de um plano de manejo populacional. No mínimo, as estatísticas **devem** incluir as entradas mensais (p. ex., animais errantes ou abandonados pelo tutor) e os desfechos por tipo (p. ex., adoção, eutanásia, devolução ao tutor) para cada espécie. Para o manejo e monitoramento ideais da população animal, *deve-se* obter um censo (inventário) dos animais do abrigo, avaliando e conciliando os números com os registros diariamente para garantir a precisão da coleta de dados, além de facilitar a avaliação da capacidade de atendimento do abrigo. O ideal é que as estatísticas da população também *devam* incluir uma avaliação por faixa etária, estado de saúde e comportamento na entrada e no desfecho. O monitoramento mais detalhado de dados, como o rastreamento da incidência de doenças na entrada (enfermidades preexistentes) e durante a permanência no abrigo (por exposição prévia ou adquirida no alojamento) é uma prática recomendada.

O MANEJO EFICAZ DA POPULAÇÃO DE ANIMAIS REQUER UM PLANO PARA GERIR INTENCIONALMENTE A PERMANÊNCIA OU ESTADIA DE CADA ANIMAL NO ABRIGO, LEVANDO EM CONTA A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DA ORGANIZAÇÃO.

OPERAR ALÉM DA CAPACIDADE DE ASSISTÊNCIA DE UMA ORGANIZAÇÃO É UMA PRÁTICA INACEITÁVEL.

HIGIENIZAÇÃO

A boa higiene é uma parte integrante de abrigos humanitários para animais. As práticas adequadas de limpeza e desinfecção ajudam a reduzir a transmissão de doenças infecciosas tanto para os animais como para as pessoas, resultando em um ambiente mais limpo e mais saudável (Cherry, 2004; Hoff, 1985; Lawler, 2006; Weese, 2002). Um abrigo limpo também tem os benefícios adicionais de aumentar o nível de conforto dos animais e apresentar uma imagem positiva do local ao público. Os protocolos para a higienização adequada são essenciais para qualquer programa de abrigo. Também é essencial fornecer orientação e treinamento, além de garantir o cumprimento desses protocolos.

1. LIMPEZA E DESINFECÇÃO

A limpeza física é definida como a remoção de urina, matéria fecal e outros materiais orgânicos do ambiente (Gilman, 2004; Smith, 2005). A limpeza *deve* resultar em uma superfície visivelmente limpa; essa limpeza, no entanto, pode não remover todos os patógenos nocivos. A desinfecção é o processo que mata a maioria dos contaminantes em uma determinada área (Gilman, 2004). Para efeitos do presente documento, a higienização é definida como a combinação de limpeza e desinfecção, sendo uma exigência para todos os abrigos e lares de resgate. A esterilização é a destruição de todos os micróbios (incluindo esporos) e, em geral, é reservada para instrumentos cirúrgicos, luvas cirúrgicas e outros equipamentos necessários para procedimentos estéreis. A verdadeira esterilização de superfícies de gaiolas e canis não ocorre em um abrigo (Gilman, 2004).

A ocorrência ou não de doenças infecciosas depende de vários fatores: o hospedeiro (animal exposto), a virulência do patógeno, a quantidade de patógeno presente e o tempo de exposição (Lawler, 2006). A dose infecciosa define uma dose limiar de patógeno, necessária para causar infecção e doença. Através da limpeza e com o uso adequado de desinfetantes, o número de patógenos no ambiente sofre um declínio, reduzindo a dose de exposição do animal. Higienizar com a devida frequência diminui o tempo de exposição. Em caso de surto de doença, os protocolos e as práticas de higienização *devem* ser reavaliados para determinar se há problemas com os produtos ou procedimentos. Muitas vezes, ainda que os protocolos pareçam adequados, as mudanças nas práticas (p. ex., diluição imprecisa de desinfetantes ou modificações nas práticas de limpeza do dia a dia) contribuem para o surgimento de surtos (Petersen, 2008). Os protocolos de higienização **devem** ser revisados, conforme a necessidade, durante um surto para tratar patógenos específicos.

A) PROCEDIMENTOS DE HIGIENIZAÇÃO

Ao elaborar os protocolos de higienização, **deve-se** considerar uma avaliação da instalação, da população de animais, do treinamento dos funcionários, dos equipamentos e dos procedimentos a serem empregados. O ideal é que os protocolos de higienização *devam* ser desenvolvidos e periodicamente revisados em consulta com um veterinário especializado em medicina de abrigo. Embora as informações sobre a higienização de abrigos possam ser extrapoladas de muitas fontes, os protocolos **devem** se basear nos conhecimentos e nas recomendações atuais

desenvolvidas especificamente para abrigos de animais, **devendo** incluir métodos e agentes específicos para alcançar os objetivos tanto em termos de limpeza como de desinfecção. Existe um número cada vez maior de recursos que fornecem diretrizes adaptadas ao ambiente de abrigos (Dvorak, 2009; Miller, 2004b; Peterson, 2008; UC Davis, 2009).

UM NÚMERO SUFICIENTE DE FUNCIONÁRIOS **DEVE** SER DESIGNADO PARA CUMPRIR COM PRONTIDÃO AS TAREFAS DIÁRIAS DE HIGIENIZAÇÃO, PARA QUE OS ANIMAIS PASSEM A MAIOR PARTE DE SEU TEMPO EM BOAS CONDIÇÕES DE HIGIENE.

Um número suficiente de funcionários **deve** ser designado para cumprir com prontidão as tarefas diárias de higienização, para que os animais passem a maior parte de seu tempo em boas condições de higiene. Como exemplo, do total de 15 minutos recomendados por animal para a criação diária, as diretrizes da NACA e da HSUS recomendam um período de, no mínimo, 9 minutos por animal por dia para a limpeza de rotina. Assim, 9 minutos por cão em um abrigo com 40 cães resultam em um total de 360 minutos diários. Esse período total de 360 minutos (6 horas) confere tempo suficiente para permitir o contato do desinfetante por 10 minutos em cada canil. Enquanto se aguarda o desinfetante fazer efeito, outras atividades ou tarefas (p. ex., limpeza de outros canis, lavagem de roupas) podem ser realizadas.

A seleção de produtos adequados de limpeza e desinfecção (i. e., desinfetantes) é essencial. Primeiramente, **deve-se** lançar mão do uso de detergentes e desengordurantes (conforme a necessidade) para manter as superfícies limpas, livres de sujidades e detritos visíveis. Em seguida, **deve-se** optar por desinfetantes que sejam eficazes sob as condições apresentadas em um determinado ambiente (p. ex., presença de matéria orgânica) e com atividade comprovada contra os patógenos, dos quais os animais estão sob risco (Etrepi, 2008). Vírus não envelopados, como parvovírus, vírus da panleucopenia e calicivírus felino, são particularmente preocupantes, mas outros agentes resistentes à desinfecção como coccídios e *Microsporum canis* também podem ser um problema. Através de estudos independentes, foi demonstrado que alguns desinfetantes não são eficazes contra esses patógenos resistentes (p. ex., compostos quaternários de amônio contra vírus não envelopados), apesar do rótulo aprovado pela *Environmental Protection Agency* (EPA, Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos) (Eleraky, 2002; Kennedy, 1995; Moriello, 2004; Scott, 1980). Os produtos que não foram validados de forma independente contra vírus não envelopados e outros patógenos de interesse não *devem* ser usados como o único desinfetante.

A instalação *deve* ser limpa na ordem de suscetibilidade dos animais a doenças e do risco potencial para a população em geral, começando pelos alojamentos dos animais mais suscetíveis e finalizando nos abrigos daqueles que carreiam maior risco de transmissão de doenças infecciosas. Materiais de limpeza separados *devem* ser designados para cada área. Em cada área também, *devem-se* usar roupas adequadas de proteção (como luvas, gorros e/ou botas), removendo-as antes de prosseguir com o atendimento de outros animais na população (ver a seção sobre Saúde Pública em busca das recomendações sobre os equipamentos de proteção pessoal). O não cumprimento de uma ordem especificada de limpeza pode resultar na exposição de populações suscetíveis a doenças (Gilman, 2004; Smith, 2005).

Em geral, a ordem de limpeza e cuidados, do primeiro ao último, *deve* ser:

1) filhotes caninos e felinos saudáveis, bem como fêmeas caninas e felinas lactantes saudáveis;
2) animais adultos saudáveis;
3) animais não saudáveis.

É essencial a higienização completa e minuciosa dos recintos primários antes da entrada de um novo animal. Os protocolos de higienização **devem** incluir a remoção de matéria orgânica bruta, a pré-limpeza de super-

fícies com detergente ou desengordurante, a aplicação de desinfetante na concentração correta e por período de tempo suficiente, o enxágue e a secagem. Ao se limpar a área do recinto primário ou próxima a ela com jatos de água ou produtos de limpeza e desinfecção, os animais **devem** ser removidos da gaiola ou do canil ou isolados da área submetida à limpeza por meio de portas tipo guilhotina para evitar respingos, encharcamento dos animais e estresse. É uma prática inaceitável lavar canis ou gaiolas com mangueira enquanto os animais estiverem dentro deles.

Os animais alojados a longo prazo no mesmo recinto exigem uma desinfecção menos frequente do seu recinto, mas a limpeza diária ainda é essencial para manter as condições sanitárias. Em muitos casos, as gaiolas e os canis podem ser limpos usando o método de "limpeza local"[25], onde o animal permanece na sua gaiola enquanto ela é arrumada ou organizada, e os materiais sujos, bem como os excrementos (urina e fezes), são removidos. A limpeza no local pode ser menos estressante para os animais, pois requer menos manipulação deles e não remove odores familiares (Patronek, 2001). A limpeza diária também é necessária nos alojamentos sem gaiolas e nos ambientes domésticos.

A limpeza inadequada pode aumentar a transmissão de patógenos (Curtis, 2004). As práticas de limpeza que deixam rastros ou vestígios de patógenos de um recinto para outro colocam os animais em risco. Se possível, *deve-se* evitar o uso de esfregão *mop* com balde[26]. Quando não for possível evitar o uso do *mop* (p. ex., nos casos em que não há possibilidade de lavagem com mangueira), **deve-se** usar um desinfetante com boa atividade na presença de matéria orgânica; no entanto, a água contaminada do *mop* (esfregão) não *deve* ser usada de uma área do abrigo para outra. Uma higienização aceitável não pode ser concluída utilizando apenas água nem usando somente um desinfetante (p. ex., água sanitária) sem propriedades detergentes. *Deve-se* ter cuidado ao se misturar produtos de limpeza, uma vez que a mistura resultante pode se tornar ineficaz ou até mesmo tóxica. Métodos alternativos de desinfecção, como luz ultravioleta (UV) ou congelamento durante o clima frio, não são suficientes para a higienização em abrigos ou instalações de resgate.

Condições inadequadas de alojamento e projeto precário das instalações também podem contribuir para a transmissão de patógenos. Os alojamentos para animais recém-admitidos ou doentes e aqueles com menos de 20 semanas de vida *devem* ser projetados para permitir a limpeza sem a manipulação prolongada do animal ou o deslocamento para uma área que não tenha sido higienizada (p. ex., alojamento com acessos bilaterais ou compartimentalizados[27]). As áreas de alojamento dos animais *devem* ser projetadas para resistir à aspersão de água e dos líquidos de limpeza; no entanto, é essencial uma drenagem adequada (ver a seção sobre Instalações para obter mais informações sobre o projeto adequado de abrigos para suportar os procedimentos de limpeza e desinfecção).

LAVAR CANIS OU GAIOLAS COM MANGUEIRA ENQUANTO OS ANIMAIS PERMANECEM DENTRO DELES É UMA PRÁTICA INACEITÁVEL.

B) CONTROLE DE FÔMITES

Um fômite é um objeto que pode ser contaminado com patógenos e contribuir para a transmissão de doenças. O corpo humano e o vestuário podem servir como fômites. Como os animais aparentemente saudáveis e aqueles com doença evidente podem disseminar patógenos no ambiente, qualquer protocolo completo de higienização **deve** abordar a higiene adequada dos funcionários, voluntários e visitantes do abrigo, incluindo sinalização, supervisão e higiene das mãos.

A higiene adequada das mãos é uma das melhores maneiras de prevenir a transmissão de doenças, *devendo* ser exigida antes e depois da manipulação de animais e fômites. A higiene das mãos é feita através do procedimento de lavagem, da aplicação de higieni-

[25] *N. de T.: Também traduzida como "limpeza localizada".*

[26] *N. de T.: O mop é uma ferramenta de limpeza profissional que substitui o pano e rodo. Para visualizar a imagem desse utensílio doméstico, acesse: http://www.rl.com.br/produtos/mop-agua.*

[27] *N. de T.: Tais alojamentos compartimentalizados (ou seja, com divisórias e acessos bilaterais) permitem a limpeza sem a manipulação excessiva do animal e sem o deslocamento do animal para um ambiente ainda não higienizado.*

zadores[28] e do uso adequado de luvas. *Deve* haver pias disponíveis em todas as áreas de alojamento dos animais e de preparo dos alimentos. Tais pias **devem** estar equipadas com sabão e papéis-toalha descartáveis. *Dispensers* com higienizadores de mão *devem* ser providenciados em todas as áreas de manipulação dos animais. *Deve-se* salientar que os higienizadores de mãos são ineficazes contra alguns dos patógenos mais perigosos encontrados em ambientes de abrigos (p. ex., parvovírus, calicivírus) e, portanto, não se pode confiar neles como o único método de higiene das mãos. Os higienizadores das mãos *devem* ser utilizados apenas com as mãos aparentemente limpas (Boyce, 2002), *devendo* conter pelo menos o álcool a 60%. As vestes, mesmo que visivelmente limpas, ainda podem carrear (transportar) patógenos. As roupas de proteção (como gorros, luvas e botas ou protetores de sapatos) *devem* ser usadas durante a limpeza ou outras atividades intensivas de manipulação dos animais (como tratamento de animais doentes ou eutanásia) e trocadas antes de prosseguir com outras atividades do dia. Roupas de proteção novas e limpas *devem* ser utilizadas ao manipular populações vulneráveis, incluindo filhotes (caninos e felinos) e animais recém-admitidos. A troca das roupas é **obrigatória** após a manipulação de um animal com diagnóstico ou suspeita de doenças graves, como a parvovirose.

Todos os equipamentos que entrarem em contato com os animais (p. ex., focinheiras, equipamentos médicos e anestésicos, armadilhas humanitárias para animais, luvas[29], brinquedos, caixas de transporte, bandejas sanitárias, vasilhas de alimento, roupas de cama), incluindo os materiais de limpeza, *devem* ser facilmente desinfetados ou descartados após o uso em um único animal. Itens que não podem ser desinfetados com facilidade, como focinheiras e luvas de couro, representam um risco para os animais. O uso desses materiais de couro *deve* ser evitado, sobretudo em animais aparentemente doentes e durante os surtos de doenças. Por exemplo, os dermatófitos (também conhecidos como "tinha", uma micose) foram cultivados a partir de luvas de couro usadas na manipulação dos animais em ambientes de abrigos. Equipamentos móveis, como latas de lixo com rodinhas, carrinhos de compra, carrinhos para alimentos ou medicamentos (inclusive suas rodas) também podem servir como fômites e, por essa razão, *devem* ser higienizados de forma adequada. Como é difícil ou até mesmo impossível desinfetar superfícies arranhadas e porosas por completo, elas *devem* ser usadas com cautela ou descartadas (p. ex., bandejas sanitárias de plástico, caixas de transporte aéreo, vasilhas de água de plástico ou de cerâmica não esmaltada). As gaiolas e armadilhas de transporte, bem como os compartimentos dos veículos utilizados para transportar os animais, **devem** ser completamente desinfetados após cada uso.

Todas as vestimentas e roupas de cama utilizadas no abrigo **devem** ser lavadas e completamente secas antes da reutilização. Os detritos orgânicos (p. ex., fezes) *devem* ser removidos desses artigos antes da lavagem. Os itens que se encontram muito sujos *devem* ser lavados separadamente ou descartados. As roupas de cama e outros materiais altamente contaminados com patógenos resistentes, como parvovírus, *devem* ser descartados, em vez de correr o risco de disseminação de doenças (Peterson, 2008).

As vasilhas de alimento e água *devem* ser mantidas limpas, **devendo** ser desinfetadas antes de serem usadas por um animal diferente. Dispositivos automáticos para o fornecimento de água[30] não *devem* ser utilizados se eles não puderem ser desinfetados antes de serem usados por outro animal. O uso de máquinas comerciais de lavar louça é uma excelente maneira de limpar completamente as vasilhas de água e alimento (Gilman, 2004; Lawler, 2006). A ação de lavagem mecânica e as altas temperaturas atingidas em máquinas de lavar louça destruirão a maioria dos patógenos, mas talvez não destruam os vírus não envelopados, como parvovírus. Se esses vírus forem um problema, *deve-se* aplicar um desinfetante às vasilhas antes ou depois de

[28] N. de T.: Os géis antissépticos (como álcool em gel) são exemplos de higienizadores para as mãos.

[29] N. de T.: De látex, nesse caso, para descarte.

[30] N. de T.: Para visualizar um exemplo desses dispositivos, acesse: https://www.banggood.com/Automatic-Water-Bottle-Feeder-Hanging-Plastic-Pet-Dog-Cat-Water-Feeder-Dish-Bowl-Drinking-Dispenser-p-1038271.html

passá-las pela máquina de lavar louça. Ao higienizá-las manualmente, as vasilhas **devem** ser lavadas e enxaguadas completamente antes da desinfecção. O ideal é que as vasilhas de água e alimento *devam* ser limpas em uma área separada das bandejas sanitárias ou de outros itens sujos com fezes. No mínimo, as bandejas sanitárias e as vasilhas não **devem** ser limpas ao mesmo tempo na mesma pia, e a pia *deve* ser totalmente desinfetada entre os usos.

O tráfego de pedestres também desempenha um papel na transmissão de doenças através de fômites. Determinados locais do abrigo (como as áreas de isolamento e quarentena) *devem* ficar restritos a um pequeno número de funcionários. O transporte de animais doentes em todo o abrigo, especialmente das áreas de admissão para as áreas de manutenção ou eutanásia, *deve* ser planejado para minimizar a disseminação da doença. Os pisos, bem como outras superfícies (p. ex., mesas e bancadas/balcões), *devem* ser imediatamente higienizados após o contato com urina, fezes, vômitos ou animais com suspeita ou confirmação de doenças.

Os pedilúvios são inadequados para prevenir a disseminação de doenças infecciosas e, portanto, não se *deve* recorrer a eles para essa finalidade. Os pedilúvios mal conservados podem até contribuir para a propagação de doenças. Além de ser impraticável alcançar um tempo adequado de contato (p. ex., 10 minutos), os pedilúvios necessitam de uma manutenção frequente, pois a presença de detritos orgânicos inativa muitos desinfetantes. Botas de proteção específicas para isso e passíveis de desinfecção ou protetores de sapato descartáveis são mais eficientes e *devem* ser utilizados em áreas contaminadas (Morley, 2005; Stockton, 2006). É inaceitável que os animais caminhem pelos pedilúvios.

2. OUTRAS LIMPEZAS

As áreas externas (i. e., ao ar livre) em torno do abrigo **devem** ser mantidas limpas, admitindo a impossibilidade de desinfetar superfícies de cascalho, brita, terra e grama. O acesso a áreas que não podem ser desinfetadas *deve* ser restrito aos animais aparentemente saudáveis, vacinados e vermifugados, com 5 meses de vida ou mais. O ideal é que as fezes *devam* ser removidas imediatamente das áreas externas, mas no mínimo uma vez ao dia **obrigatoriamente**. Não se *deve* permitir que água estagnada ou parada se acumule em áreas ao redor do abrigo, pois muitos patógenos e mosquitos se desenvolvem e se reproduzem com facilidade nesses ambientes úmidos.

Os lares adotivos são parte integrante de muitos programas de abrigo. No entanto, é impossível a desinfecção completa de uma residência particular. Todas as pessoas responsáveis pela adoção *devem* ser treinadas para minimizar a contaminação de seus lares através do confinamento de animais adotivos recém-chegados ou daqueles com sinais de doença em áreas que não podem ser desinfetadas com facilidade.

3. CONTROLE DE PESTES/ROEDORES

Muitos roedores e insetos albergam bactérias e outros patógenos que podem contaminar produtos alimentícios, resultando em deterioração dos alimentos ou transmissão direta de doenças aos animais (Urban, 1998). As áreas de armazenamento dos alimentos são particularmente vulneráveis à infestação. Todos os alimentos *devem* ser mantidos em potes ou recipientes fechados, impenetráveis para roedores e insetos (New Zealand, 1993). Os alimentos *devem* ser removidos dos cercados/viveiros à noite se houver roedores e insetos presentes no abrigo. Se um abrigo estiver enfrentando esse tipo de problema, as soluções tomadas **deverão** ser humanitárias, seguras e eficazes.

SAÚDE GERAL E BEM-ESTAR FÍSICO

A saúde não é meramente a ausência de doença ou lesão, mas também está intimamente ligada ao bem-estar físico e mental dos animais (Hurnik, 1988). A gestão adequada de serviços médicos e os cuidados de saúde para os animais de abrigo são uma necessidade absoluta e **devem** incluir uma atenção ao bem-estar em geral. É comumente aceito que os abrigos de animais têm a responsabilidade de proporcionar saúde e bem-estar a todos os animais sob os seus cuidados. Infelizmente, o comprometimento da saúde e do bem-estar dos animais já foi documentado em abrigos e, sem as devidas precauções, esses locais podem sofrer graves surtos de doenças, resultando em mortes e/ou eutanásias em grande escala. Os animais frequentemente chegam aos abrigos já enfrentando problemas de saúde e, sem um programa funcional para a prestação de serviços de saúde, até mesmo os animais saudáveis que ingressam em instalações novas especialmente projetadas podem ter seu bem-estar comprometido ou correr o risco de ficarem doentes. Sem os devidos cuidados médicos, os animais de abrigos podem sofrer e morrer desnecessariamente (HSUS, 2007; King County Animal Services Report [Relatório de Serviços Animais do Condado de King, Estados Unidos]).

Os programas médicos de abrigos **devem** incluir a supervisão do veterinário (ver o Glossário de Termos no final deste documento) e a participação de uma equipe treinada para fornecer avaliação, cuidados preventivos, diagnóstico e tratamento (declaração de posição[31] da Associação de Veterinários de Abrigos sobre a Supervisão Veterinária em abrigos de animais). Embora a prevenção de doenças *deva* ser uma prioridade, também **se deve** fornecer tratamento adequado em tempo hábil e oportuno. Os cuidados preventivos de saúde apropriados para cada espécie *devem* conter protocolos que aumentem a resistência dos animais a doenças e minimizem a exposição a patógenos (Fowler, 1993). Os responsáveis pela execução desses protocolos **devem** receber treinamento e educação continuada. O ato de garantir o cumprimento dos protocolos *deve* fazer parte da gestão do programa.

Os protocolos de cuidados de saúde em abrigos *devem* ajudar cada animal a se recuperar e a manter um bom estado de saúde física. Tais protocolos são essenciais para manter uma população geral saudável, diminuindo a frequência e a gravidade das doenças. O bem-estar de cada animal **deve** ser mantido em equilíbrio com as decisões e práticas que apoiam a população em geral. Programas médicos abrangentes de abrigos que começam na entrada dos animais e continuam ao longo da permanência ou estadia de cada animal nesses alojamentos constituem a base de um local que acolhe uma população de animais cada vez mais saudáveis (AAHA, 2006; CFA, 2009; FASS, 1999; Griffin, 2009a; Larson, 2009; Miller, 2004a; New Zealand, 1998). Fatores como (a) o declínio da saúde e do bem-estar dos animais após a entrada no abrigo, (b) a presença de animais doentes ou feridos que definham sem tratamento adequado, (c) a ocorrência de surtos de doenças em grande escala, (d) a morte de animais em consequência de doenças ou lesões adquiridas no abrigo e (e) a transmissão frequente de doenças zoonóticas no abrigo são indicadores de um programa de saúde deficiente (FASS, 1999) (ver a seção sobre Saúde Geral e Bem-Estar Físico para obter mais informações a respeito das taxas de mortalidade esperadas).

[31] *N. de T.: No sentido de parecer ou opinião.*

1. RELAÇÃO COM O VETERINÁRIO E MANUTENÇÃO DE REGISTROS

Todos os protocolos e práticas de cuidados de saúde *devem* ser desenvolvidos em consulta com um veterinário; o ideal é que esse profissional seja familiarizado com a medicina de abrigo. *Deve* existir uma relação formal com um veterinário para assegurar que os responsáveis pelos cuidados diários com a saúde animal tenham supervisão e orientação necessárias. A melhor maneira de garantir que as práticas de cuidados de saúde estejam de acordo com os padrões aceitos profissionalmente é implementar procedimentos operacionais padrão[32] (POP) por escrito.

Medicamentos e tratamentos só **devem** ser administrados sob a orientação do veterinário ou em conformidade com protocolos fornecidos por escrito por esse profissional. Todos os fármacos **devem** ser prescritos de acordo com os regulamentos federais e estaduais.

Registros médicos precisos são essenciais. Sempre que possível, *deve-se* obter um histórico médico e comportamental dos tutores que abandonam os animais em abrigos. Os abrigos **devem** documentar todos os cuidados médicos prestados a cada animal. O ideal é que os registros *devam* incluir informações sobre a data de entrada, a procedência e a identificação de cada animal, bem como uma lista datada de todos os testes de diagnóstico, incluindo resultados dos exames, tratamentos (e medicamentos com a dose e a via de administração) e procedimentos, além das imunizações feitas sob os cuidados do abrigo. Todas as informações médicas *devem* ser fornecidas por escrito juntamente com o animal no momento da transferência ou adoção.

2. CONSIDERAÇÕES RELATIVAS À ENTRADA NO ABRIGO

O estado de saúde de cada animal *deve* ser avaliado e monitorado desde o seu ingresso e depois regularmente (AAEP, 2004; UC Davis, 2009). Isso permite que qualquer problema ou alteração que se desenvolva durante a estadia ou permanência do animal no abrigo seja identificado, diferenciado de condições preexistentes e tratado.

Se viável, o histórico médico *deve* ser obtido do tutor no momento do abandono ou da entrega do animal no abrigo. Qualquer informação disponível também *deve* ser solicitada quando animais errantes ou perdidos são capturados e levados ao abrigo. O ideal é que essas informações *devam* ser adquiridas por meio de entrevista, embora seja aceitável o uso de questionários por escrito. Cada animal *deve* ser submetido a uma avaliação de saúde na entrada para verificar se há sinais de doenças infecciosas e/ou problemas que necessitam de atendimento imediato (UC Davis, 2009). As avaliações feitas à entrada do animal no abrigo *devem* ficar documentadas no prontuário médico. *Devem-se* empreender todos os esforços para localizar o tutor do animal, incluindo uma triagem meticulosa em busca da identificação e de *microchips* no momento da admissão. A avaliação da saúde do animal à entrada no abrigo *deve*, portanto, incluir a varredura por repetidas vezes para a detecção de *microchip* com o uso de *scanner* universal. Pesquisas demonstraram que a probabilidade de detectar a presença de *microchips* aumenta com a repetição do procedimento de varredura por várias vezes (Lord, 2008) (ver as subseções adiante para obter mais informações sobre vacinação e outros tratamentos realizados na entrada dos animais no abrigo).

A separação dos animais que entram nos abrigos é essencial para a manutenção adequada da saúde e do bem-estar. Logo na entrada, os animais *devem* ser separados por espécie e idade, bem como pelo seu estado de saúde física e comportamental. Os animais jovens (filhotes caninos e felinos com menos de 20 semanas [5 meses] de vida) são mais suscetíveis a doenças e, por essa razão, *devem* receber maior proteção contra possíveis exposições, o que pode ser alcançado com mais facilidade ao separá-los da popu-

[32] *N. de T.: Padrão, nesse caso, não tem plural. Se quiser saber mais, acesse: http://www.ebserh.gov.br/web/hc-uftm/procedimentos-operacionais*

lação em geral. Desde o momento de ingresso e ao longo de toda a sua permanência ou estadia no abrigo, os animais saudáveis não *devem* ser alojados ou manipulados juntamente com aqueles que tenham sinais de doença (ver a seção sobre Saúde Comportamental e Bem-Estar Mental para obter mais informações sobre os procedimentos realizados na entrada dos animais no abrigo).

3. VACINAÇÕES

As vacinas são ferramentas vitais que **devem** ser utilizadas como parte de um programa preventivo de cuidados de saúde nos abrigos. Os protocolos de vacinação usados para cada animal de estimação em ambientes domésticos não são adequados na maioria dos contextos populacionais. As estratégias **devem** ser especificamente adaptadas para os abrigos em função de alguns fatores: (a) maior probabilidade de exposição a doenças infecciosas, (b) possibilidade de que muitos animais recém-admitidos não estejam imunizados (Fischer, 2007) e (c) consequências potencialmente letais de infecções. Algumas vacinas previnem infecções, enquanto outras diminuem a gravidade dos sinais clínicos (Peterson, 2008). Grupos de especialistas (AAFP, 2006; AAHA, 2006) concordam que os protocolos **devem** ser personalizados para cada instalação, reconhecendo que nenhum protocolo universal se aplicará às circunstâncias de todos os abrigos.

Os princípios que regem o uso de vacinas essenciais em abrigos — princípios estes geralmente aplicáveis à maioria desses alojamentos — estão disponíveis (AAFP, 2009; AAHA, 2006). Dentro desse molde, os protocolos de vacinação específicos *devem* ser adaptados para cada programa com a supervisão de um veterinário, levando em conta os riscos e benefícios das vacinas, as doenças endêmicas na região, o potencial de exposição e os recursos disponíveis (Miller & Hurley, 2004; Miller & Zawistowski, 2004).

OS ANIMAIS **DEVEM** SER VACINADOS COM AS VACINAS ESSENCIAIS NO MOMENTO DA ADMISSÃO NO ABRIGO OU ANTES DISSO.

Como o risco de exposição a doenças é frequentemente alto em abrigos, os animais **devem** ser vacinados com as vacinas essenciais no momento da admissão no abrigo ou antes disso. Gestação e doença branda (leve) não são contraindicações para a administração de vacinas essenciais em grande parte dos contextos de abrigos, pois o risco de patógenos virulentos em um animal não vacinado seria muito maior do que o risco relativamente baixo de problemas representados pela vacinação (AAFP, 2009; AAHA, 2006; Larson, 2009). Atualmente, as vacinações essenciais para abrigos incluem vacinas contra rinotraqueíte viral felina, calicivírus, panleucopenia para gatos (AAFP, 2009) e cinomose, hepatite, parainfluenza e parvovírus canino ou cinomose, adenovírus tipo 2, parvovírus, parainfluenza e *Bordetella bronchiseptica* para cães (AAHA, 2006). O uso de vacinas de vírus vivo modificado é fortemente recomendado em detrimento dos produtos constituídos por microrganismos mortos para as vacinas essenciais de abrigos em cães e gatos (inclusive daqueles que estão prenhes), pois elas produzem uma resposta imune mais rápida.

UM PLANO MÉDICO DE EMERGÊNCIA **DEVE** ESTAR EM VIGOR PARA PRESTAR OS CUIDADOS MÉDICOS-VETERINÁRIOS ADEQUADOS E OPORTUNOS PARA QUALQUER ANIMAL QUE ESTEJA FERIDO, EM ANGÚSTIA OU COM SINAIS DE DOENÇA SIGNIFICATIVA.

A vacinação contra a raiva na entrada dos animais não é considerada uma prioridade na maioria dos abrigos, pois o risco de exposição a essa doença não é alto em grande parte dos ambientes de abrigos. Contudo, os animais *devem* ser vacinados contra a raiva nos seguintes casos: (a) quando se prevê uma estadia ou permanência prolongada no abrigo; (b) quando o risco de exposição é elevado; ou (c) quando for algo exigido por lei. Os animais *devem*, no mínimo, ser vacinados contra a raiva no momento da liberação ou logo depois disso.

Os abrigos que alojam os animais por longos períodos de tempo têm a obrigação de garantir que as vacinas sejam repetidas, de acordo com as recomendações feitas para a medicina de abrigos (AAFP, 2006; AAHA, 2006). A repetição das vacinas é recomendada para filhotes caninos e felinos até que os anticorpos maternos declinem. Os filhotes caninos e felinos **devem** ser revacinados (contra cinomose, hepatite, parainfluenza e parvovírus canino/rinotraqueíte viral felina, calicivírus e panleucopenia, respectivamente) em intervalos de 2–3 semanas durante o período de estadia ou permanência no abrigo ou até que eles tenham mais de 18–20 semanas de vida.

É muito mais provável que os abrigos que não vacinam os animais com as vacinas essenciais imediatamente na entrada ou não vacinam todos os animais sofram surtos fatais de doenças que seriam evitadas com a vacinação (Larson, 2009). Os protocolos para controlar e tratar as reações adversas **devem** ser fornecidos por um veterinário; além disso, os tratamentos exigidos **devem** ser acessíveis. O treinamento sobre a armazenagem e a administração corretas das vacinas, bem como o tratamento das reações, *devem* ser supervisionados por um veterinário. O local da injeção de vacinas específicas (i. e., raiva no membro pélvico direito) *deve* seguir as diretrizes quanto ao local de aplicação (AAFP, 2006; AAHA, 2006). As carteirinhas de vacinação *devem* ser guardadas enquanto os animais estiverem sob os cuidados do abrigo.

4. CUIDADOS MÉDICOS DE EMERGÊNCIA

Um plano médico de emergência **deve** estar em vigor para prestar os cuidados médicos-veterinários adequados e oportunos para qualquer animal que esteja ferido, em angústia ou com sinais de doença significativa (AAEP, 2004; CFA, 2009; CVMA, 2009; FASS, 1999). Os funcionários *devem* ser treinados para identificar as condições que necessitam de cuidados de emergência. O plano de atendimento de emergências **deve** garantir que os animais possam receber atendimento médico-veterinário adequado e controle imediato da dor (no próprio local ou através da transferência para outra instalação) ou ser submetidos a técnicas humanitárias de eutanásia realizadas por pessoal qualificado, conforme permitido por lei.

5. CONTROLE DA DOR

Os abrigos frequentemente cuidam de animais com condições clínicas agudas ou cronicamente dolorosas. O *American College of Veterinary Anesthesiologists* (ACVA, Colégio Norte-americano de Anestesiologistas Veterinários) define a dor como um fenômeno complexo que envolve componentes fisiopatológicos e psicológicos, muitas vezes de difícil reconhecimento e interpretação nos animais (ACVA, 2006). A dor **deve** ser identificada e tratada para aliviar o sofrimento. A dor não aliviada pode resultar em manifestações físicas crônicas, como perda de peso, degradação (catabolismo) dos músculos, aumento da pressão arterial e prolongamento na recuperação de lesões ou doenças (Robertson, 2002). Portanto, o controle precoce da dor é essencial. A falta de tratamento para a dor é inaceitável.

O ato de identificar e aliviar a dor em uma ampla variedade de espécies pode ser algo complexo e difícil (Paul-Murphy, 2004). Cada animal tem diferentes reações aos estímulos, podendo manifestar diversos sinais clínicos e comportamentais (ACVA, 2006). Embora existam inúmeros sistemas de escala e escore (pontuação) publicados para medir a dor em animais, poucos deles foram validados; além disso, não existe nenhum sistema com padrão de excelência aceito para avaliar a dor em animais (IVAPM, 2005). Em geral, no entanto, presume-se que, se um procedimento for doloroso em seres humanos, então ele também **deverá** ser doloroso nos animais (ACVA 2006; APHIS, 1997b). É responsabilidade do abrigo reunir os achados do exame físico, a familiaridade com as espécies e raças, o comportamento de cada animal e o conhecimento do grau de dor associado a le-

sões, doenças e/ou procedimentos cirúrgicos específicos, a fim de avaliar a dor.

As abordagens farmacológicas e não farmacológicas para o tratamento da dor estão evoluindo; em ambos os casos, o tratamento *deve* ser supervisionado por um veterinário. A analgesia fornecida **deve** ser de potência e duração apropriadas para o alívio da dor. As abordagens não farmacológicas (p. ex., massagem, fisioterapia) que ajudam a aumentar o conforto e a aliviar a ansiedade podem ser utilizadas para complementar as intervenções farmacológicas. Nos casos em que é possível prever a ocorrência de dor, *deve-se* fornecer a analgesia de forma preemptiva, ou seja, com antecedência. Os animais **devem** ser reavaliados periodicamente para proporcionar alívio contínuo da dor, conforme a necessidade. Quando não se consegue obter o alívio adequado da dor, **deve** ser providenciada a transferência do animal para um estabelecimento capaz de atender às necessidades desse paciente ou, então, realizar a eutanásia de forma humanitária.

AS RONDAS OU VISITAS MÉDICAS **DEVEM** SER CONDUZIDAS PELO MENOS UMA VEZ AO DIA POR UM INDIVÍDUO CAPACITADO E TREINADO, COM O OBJETIVO DE OBSERVAR E MONITORAR VISUALMENTE A SAÚDE E O BEM-ESTAR DE CADA ANIMAL.

6. CONTROLE DE PARASITAS

Muitos animais que ingressam em abrigos estão infestados por endo e ectoparasitas (Bowman, 2009). Embora nem sempre sejam aparentes ao exame clínico, os parasitas podem ser facilmente transmitidos, causar doenças e sofrimentos significativos, persistir no meio ambiente e ainda representar um risco à saúde pública (CAPC, 2008; CDC, 2009). Os abrigos têm a responsabilidade de reduzir o risco de transmissão de parasitas aos seres humanos e animais. Um programa efetivo de controle parasitário *deve* ser elaborado com a supervisão de um veterinário. Os animais *devem* receber tratamento contra endo e ectoparasitas comuns na região e para qualquer infestação parasitária nociva evidente que eles estejam albergando. Os esquemas de tratamento e prevenção *devem* ser orientados pelos ciclos de vida dos parasitas e por testes de vigilância para identificar os endo e ectoparasitas que possam ser prevalentes na população. O ideal é que os animais *devam* ser submetidos a tratamento preventivo contra parasitas na entrada do abrigo e regularmente durante toda a sua estadia ou permanência nesse alojamento, para evitar a contaminação do ambiente e minimizar o risco para as pessoas presentes na instalação. Em função do significado em termos de saúde pública, todos os cães e gatos **devem**, no mínimo, ser vermifugados contra nematódeos e ancilóstomos antes de deixar o abrigo. Como é muito difícil erradicar muitos ovos de parasitas do ambiente, a remoção imediata das fezes, as medidas adequadas de higiene e a instituição de tratamento, conforme descritos anteriormente, são importantes etapas para ajudar a garantir que o parasitismo individual, ambiental ou populacional não ameace a saúde dos animais ou seres humanos.

7. MONITORAMENTO E RONDAS/ VISITAS MÉDICAS DIÁRIAS

As rondas ou visitas médicas **devem** ser realizadas, pelo menos, uma vez a cada 24 horas por um indivíduo capacitado e treinado, com o objetivo de observar e monitorar visualmente a saúde e o bem-estar de cada animal. O monitoramento *deve* incluir o consumo de água e alimentos, bem como informações sobre micção, defecação, temperamento, comportamento, deambulação e sinais de doença ou outros problemas (CFA, 2009; New Zealand, 2007; UC Davis, 2009). O monitoramento *deve* ocorrer antes da limpeza, de modo que o consumo de alimentos e a condição do recinto, bem como a presença de fezes, urina ou vômitos, possam ser anotados. Para os animais alojados em grupos, o monitoramento também *deve* ocorrer durante os horários da refeição, para que o apetite (ingestão alimentar) ou os conflitos em torno dos alimentos possam ser observa-

dos. Qualquer animal em que seja constatada a presença de (a) dor, (b) sofrimento ou angústia, (c) deterioração rápida da saúde, (d) problemas potencialmente letais, ou (e) suspeita de doenças zoonóticas **deve** ser avaliado e devidamente tratado em tempo hábil e oportuno (AAEP, 2004; CDA, 2009; CFA, 2009; New Zealand, 2007).

Quando animais aparentemente saudáveis permanecem sob os cuidados de um abrigo por mais de 1 mês, alguns exames, incluindo a medição do peso e o escore de condição corporal, *devem* ser realizados e registrados por uma equipe treinada, no mínimo uma vez por mês. Os exames veterinários *devem* ser conduzidos duas vezes ao ano ou com maior frequência caso se identifique algum problema. Animais geriátricos, doentes ou debilitados *devem* ser avaliados por um veterinário, conforme a necessidade, para o devido tratamento do caso. Existem muitos exemplos de problemas de saúde que necessitam de avaliação e tratamento contínuos, incluindo, mas não se limitando a, problemas odontológicos, infecções retrovirais, desequilíbrios endócrinos e alterações básicas do apetite/peso. Além disso, os animais **devem** receber embelezamento (i. e., banho e tosa) adequado e/ou ter oportunidades para exibir comportamentos específicos da espécie, necessários para que eles mantenham a saúde da pele e da pelagem ou das penas (CDA, 2009; CFA, 2009; New Zealand, 1998). As pelagens sujas, não penteadas ou emaranhadas (i. e., pelos embaraçados) causam incômodo/desconforto, predispõem os animais à doença de pele e, em casos extremos, podem levar a grave sofrimento. A tosa e/ou o banho adequados são um componente básico da saúde animal e nunca *devem* ser considerados como algo estético ou opcional.

DEVEM SER FORNECIDOS ALIMENTOS COMPATÍVEIS COM AS NECESSIDADES NUTRICIONAIS E O ESTADO DE SAÚDE DE CADA ANIMAL.

OS ANIMAIS QUE PROTEGEM OS ALIMENTOS OU IMPEDEM O ACESSO DE COMPANHEIROS DE GAIOLA **DEVEM** SER ALOJADOS OU ALIMENTADOS SEPARADAMENTE.

8. NUTRIÇÃO

Água fresca e limpa, bem como alimento próprio para a espécie, são necessidades nutricionais básicas para a saúde física dos animais. A água fresca e limpa sempre **deve** estar acessível aos animais, a menos que haja alguma razão médica para retirar a água por um período de tempo prescrito. A água *deve* ser trocada todos os dias e sempre que estiver visivelmente suja. Também **devem** ser fornecidos alimentos compatíveis com as necessidades nutricionais e o estado de saúde de cada animal. A quantidade e a frequência de alimentação variam dependendo de fatores como estágio de vida, espécie, porte, nível de atividade, estado de saúde do animal e dieta específica escolhida. O alimento **deve** ser fresco, palatável, livre de contaminação e de valor nutricional suficiente para atender às necessidades diárias habituais e, com isso, permitir que o animal atinja o pico de desenvolvimento, mantenha o peso corporal normal e crie uma prole saudável. O alimento colocado nos recintos dos animais *deve* ser inspecionado regularmente para garantir que ele esteja livre de detritos e não estragado. Os alimentos não consumidos **devem**, no mínimo, ser descartados após 24 horas. O alimento que foi oferecido a um animal e não é consumido não **deve** ser fornecido a outro animal.

O ideal é que uma dieta consistente (i. e., regular) seja ser oferecida a todos os animais, em vez de uma variedade de produtos. O fornecimento de uma dieta consistente minimiza a ocorrência de desarranjo gastrintestinal, estresse e inapetência, associados à troca frequente da dieta, além de ajudar a garantir que o produto seja fornecido em uma quantidade apropriada. O fornecimento de dietas cruas não é recomendado em abrigos, em virtude de preocupações quanto à contaminação bacteriana ou parasitária e do risco à saúde pública (CVMA, 2006; Finley, 2008, LeJeune, 2001; Lenz, 2009; Morley, 2006).

Os cães e gatos adultos saudáveis (> 6 meses de vida) **devem**, no mínimo, ser alimentados pelo menos uma vez por dia (CDA,

2009; CFA, 2009). O ideal é que os cães sejam alimentados duas vezes por dia (New Zealand, 1998); já os gatos *devem* ser idealmente alimentados com múltiplas refeições pequenas ou incentivados a buscar por alimento (i. e., caçar) ao longo do dia (Vogt, 2010). Se o alimento não estiver disponível aos gatos o dia todo, eles *deverão* receber a alimentação pelo menos duas vezes ao dia. Filhotes caninos e felinos saudáveis **devem** ser alimentados várias vezes ao dia em pequenas quantidades ou ter o alimento constantemente disponível ao longo do dia (para alimentação *ad libitum* [i. e., à vontade] com livre escolha), a fim de manter as suas taxas metabólicas mais elevadas e ajudar a evitar oscilações potencialmente letais em seus níveis de glicose sanguínea (hipoglicemia). Os animais debilitados, lactantes, prenhes ou abaixo do peso ideal *devem* receber a alimentação com maior frequência para manter o aumento nas necessidades metabólicas. *Deve-se* buscar a colaboração de um veterinário ao elaborar um protocolo de alimentação para uma população de animais ou ao tratar animais com inanição ou outros com necessidades exclusivas em termos de saúde e nutrição.

A ingestão de alimentos **deve** ser monitorada diariamente. Os animais *devem* ser pesados e a condição corporal avaliada rotineiramente. Os animais têm necessidades metabólicas altamente variáveis (Lewis, 1987). Cada animal *deve* ser alimentado para atender às necessidades individuais e evitar a perda ou ganho excessivos de peso corporal. Os animais que exibem inapetência ou perda/ganho extremos de peso **devem** ser avaliados por um veterinário e tratados conforme a necessidade.

A água e os alimentos **devem** ser fornecidos em vasilhas apropriadas, as quais *devem* ser projetadas e posicionadas de tal forma a permitir o acesso de cada animal a porções suficientes de água e alimentos no recinto primário. As vasilhas de água e alimentos **devem** ser seguras, em quantidade suficiente e de tamanho adequado. Quando houver mais de um animal alojado em um recinto, um monitoramento atento e um agrupamento cuidadoso para reunir os animais com necessidades nutricionais semelhantes são essenciais. Os animais que protegem os alimentos ou impedem o acesso de companheiros de gaiola **devem** ser alojados ou alimentados separadamente. A localização dos recipientes de água e alimentos *deve* permitir não só a fácil observação/inspeção, mas também o acesso para limpeza e preenchimento; essa localização também *deve* impedir a contaminação por bandejas sanitárias, fezes e urina. Caso se faça uso de dispositivos ou bebedouros automáticos, esses utensílios *deverão* ser inspecionados diariamente para garantir a limpeza e o bom funcionamento; eles também **devem** ser desinfetados entre os usuários.

Comida velha gera um risco à saúde por conta da deterioração e/ou atração de pragas, como roedores. Os alimentos fornecidos aos animais e não consumidos por eles dentro de 24 horas **devem** ser removidos e descartados para evitar que estraguem. Um esquema de higienização regular **deve** ser adotado para todos os recipientes de água e alimentos. As áreas de preparo e de armazenamento dos alimentos **devem** ser facilmente higienizadas e mantidas em boas condições de higiene. As reservas de alimentos *devem* ser armazenadas de tal forma a evitar deterioração ou contaminação. A refrigeração é necessária para alimentos perecíveis. Os alimentos não *devem* ser fornecidos após a data de validade. Fatores como exposição ao calor ou ar também podem diminuir a vida útil do alimento. Substâncias tóxicas e insetos *devem* ser mantidos longe dos alimentos, dos locais de armazenamento dos mesmos e das áreas de preparo (AAEP, 2004). Os alimentos armazenados *devem* ser claramente identificados com algum rótulo ou etiqueta caso tenham sido removidos de sua embalagem original.

9. BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO DE ANIMAIS

A saúde de cada animal individualmente e a saúde da população em geral de animais são interdependentes. Sem uma, a outra não

pode existir em grande parte dos ambientes de abrigo. Por essa razão, a equipe médica do abrigo **deve** monitorar regularmente o estado de cada animal e da população como um todo para permitir a detecção precoce de problemas e a intervenção imediata do caso. O ideal é que os abrigos também *devam* monitorar e avaliar a frequência de problemas específicos (p. ex., infecções do trato respiratório superior, parvovirose), além de estabelecer metas realistas, desenvolver estratégias direcionadas e monitorar a eficácia dos programas de saúde, resultando por fim no melhor manejo da população em geral e no bem-estar de cada animal. Esse tipo de vigilância também facilitará a identificação e o relato precoces de problemas, bem como a formulação de um diagnóstico preciso (exato), a aplicação de intervenções eficazes e a coleta de informações. Os planos de saúde animal **devem** ser reavaliados em resposta às mudanças observadas no estado de saúde dos animais ou mediante a ocorrência de doenças ou óbitos.

Além de acompanhar as tendências relacionadas com problemas de saúde específicos, uma revisão periódica da taxa de doenças (morbidade) ou mortes (mortalidade) *deve* ser conduzida no abrigo. Os óbitos em abrigos são muitas vezes indicadores de níveis crescentes de doenças infecciosas (p. ex., parvovirose ou infecção do trato respiratório superior), o que exige a tomada de medidas imediatas pelo abrigo. As mortes ocorridas em abrigos após a entrada dos animais e não relacionadas com eutanásia nunca *devem* representar mais do que uma parcela muito pequena desses ingressos de animais nos abrigos. Por exemplo, segundo relatos, os dados em âmbito estadual sobre o controle municipal de animais, bem como as sociedades humanitárias e os grupos de resgate públicos ou privados, na Virgínia (EUA) indicam que < 2% dos gatos e < 1% dos cães recebidos por essas instalações entre 2004 e 2007 morreram no abrigo (tais informações são publicadas anualmente pelo *Office of the State Veterinarian* [Serviço Veterinário do Estado] do *Virginia Department of Agriculture and Consumer Services* [Departamento de Agricultura e Serviços ao Consumidor da Virgínia]). Uma pesquisa de 11 abrigos de animais de entrada livre (incluindo grandes abrigos municipais em comunidades como Los Angeles e Nova Iorque) revelou uma taxa média de mortalidade em abrigos (calculada como o número de cães e gatos que morreram sob os cuidados de um abrigo, dividido pelo número total de cães e gatos vivos que entraram nesse alojamento) de 0,75% (faixa de 0,18 a 1,61%) (HSUS, 2007). Os números acima disso indicam uma situação que exige a tomada de medidas imediatas para controle.

10. RESPOSTA[33] A DOENÇAS OU DESCONFORTOS

A resposta diante de doenças ou desconfortos **deve** ser parte integrante de todos os programas de saúde em abrigos. Um plano de ação em resposta a doenças *deve* incluir medidas para minimizar a transmissão a animais ou seres humanos não afetados e garantir o fornecimento dos devidos cuidados para o animal acometido (Hurley, 2009). Em função da ampla variedade de patógenos, dos modos de transmissão e dos tipos de instalações, nenhuma resposta isolada é capaz de atender a todas as circunstâncias (declaração de posição da Associação de Veterinários de Abrigos sobre o Manejo de Surtos de Doenças Infecciosas, 2008) (ver a seção sobre Saúde Pública para obter mais informações sobre a prevenção da transmissão de doenças).

A FALTA DE TRATAMENTO PARA A DOR É INACEITÁVEL.

DURANTE UM SURTO DE DOENÇA, A SEPARAÇÃO FÍSICA **DEVE** SER ESTABELECIDA ENTRE (A) ANIMAIS OU GRUPOS DE ANIMAIS EXPOSTOS, (B) EM RISCO E (C) NÃO EXPOSTOS.

A) ISOLAMENTO

Todas as instalações *devem* ter um meio de proporcionar um isolamento que permita a provisão de cuidados humanitários e não coloque outros animais em risco (CDA, 2009). O isolamento pode ser feito fisicamente no lo-

[33] *N. de T.: No sentido de tomada de medidas ou reação de combate a essas doenças.*

cal ou através da transferência do animal para uma instalação adequada. Quando o isolamento é impossível ou inadequado para controlar a transmissão do patógeno em particular, o abrigo **deve** ponderar cuidadosamente as consequências de exposição da população em geral com a realização de eutanásia. É inaceitável permitir que os animais com doenças infecciosas graves permaneçam na população geral. Até mesmo os animais com sinais clínicos brandos (leves) de doença contagiosa não *devem* ser alojados na população geral, pois isso cria um risco substancial de transmissão disseminada de doenças.

B) DIAGNÓSTICO

Em caso de condições graves ou incomuns ou mediante a ocorrência de surtos de doenças infecciosas, *deve-se* buscar o diagnóstico ou a identificação de patógenos específicos. A princípio, um diagnóstico clínico ou funcional, conforme determinado por um veterinário, pode fornecer a base do tratamento e da resposta do abrigo a essas condições ou doenças. Quando não se consegue identificar um patógeno específico, uma avaliação de risco **deve** ser realizada com base nos patógenos sob suspeita e no número de animais que entraram em contato com os animais infectados.

Os animais com suspeita de doença infecciosa **devem** ser isolados até que o diagnóstico ou o subsequente tratamento os identifiquem como pacientes de baixo risco para a população em geral. Quando um animal morre de causas inexplicáveis, *deve-se* realizar uma necropsia, juntamente com exame histopatológico. Tais exames fornecerão informações para proteger a saúde do restante da população.

Protocolos para definir e tratar doenças comuns com base nos sinais clínicos *devem* ser desenvolvidos e utilizados em consulta com um veterinário. Os protocolos *devem* dar detalhes sobre a evolução esperada da doença e a resposta ao tratamento. Quando a doença ou a resposta ao tratamento não seguir o curso esperado, *deve-se* buscar por orientação veterinária.

C) RESPOSTA A SURTOS

Durante um surto, **deve-se** estabelecer uma separação física entre animais ou grupos de animais (a) expostos, (b) em risco e (c) não expostos. Em algumas circunstâncias, talvez seja necessário interromper as admissões ou adoções de animais, a fim de prevenir a disseminação de doenças. Em outras circunstâncias, uma sala de isolamento devidamente preparada pode ser suficiente para controlar a propagação de doenças. O ideal é que a movimentação dos animais *deva* ser interrompida até que se consiga implementar uma estratégia de controle específica. A manipulação dos animais e o tráfego de pedestres *devem* ser limitados. Em resposta a um surto, os protocolos (vacinação, higienização, movimentação, etc.) *devem* ser reavaliados para garantir que as medidas tomadas sejam eficazes contra os patógenos de interesse em todo o abrigo. Os animais *devem* ser submetidos a monitoramento em busca de sinais de doença durante um surto, no mínimo, duas vezes ao dia. Os abrigos *devem* evitar o retorno ou a devolução de animais recuperados ou expostos à população em geral enquanto houver um risco significativo de que eles possam transmitir doenças a outros animais. Ao liberar um animal doente ou contagioso do abrigo, isso *deverá* ser totalmente revelado à pessoa ou organização que o recebe. Os abrigos também **devem** ter o cuidado de cumprir todas as leis federais, estaduais e locais em relação às doenças notificáveis.

Apesar de raramente ser a única opção, o despovoamento[34] é uma forma de responder a um surto de doença. Antes de efetuar o despovoamento, muitos fatores, incluindo transmissão, morbidade, mortalidade e saúde pública, **devem** ser levados em consideração. Todos os outros métodos e possibilidades **devem** ser completamente avaliados e o despovoamento encarado como o último recurso (declaração de posição da Associação de Veterinários de Abrigos sobre o Manejo de Surtos de Doenças Infecciosas, 2008).

[34] N. de T.: Também conhecido ou traduzido como depopulação. Trata-se da eliminação de uma grande quantidade de habitantes (animais ou pessoas) de determinado local ou região, objetivando uma quantidade mínima de sobreviventes a serem preservados.

11. TRATAMENTO MÉDICO DE ANIMAIS DE ABRIGOS

As decisões terapêuticas *devem* ser tomadas com base em uma série de critérios, como: (a) a capacidade de proporcionar alívio para os animais de forma segura e humanitária, (b) o prognóstico quanto à recuperação, (c) a probabilidade de recolocação do animal em outro lugar após tratamento, e (d) o número de animais que **devem** ser tratados. A duração esperada do tratamento, bem como os gastos e recursos disponíveis para a execução dele, também *devem* ser considerados.

A legislação de proteção animal jamais **deve** impedir o tratamento para aliviar o sofrimento (o que pode incluir a realização de eutanásia caso não se consiga aliviar o sofrimento). Os abrigos **devem** ter protocolos específicos para a prestação de cuidados imediatos nos casos em que esse tipo de estatuto for um problema.

As decisões tomadas **devem** equilibrar o interesse tantos dos animais que necessitam de tratamento como da população do abrigo como um todo. Quando há necessidade de tratamento, os abrigos são responsáveis pela segurança dos animais, das pessoas que lidam com esses animais e do ambiente em torno deles. O uso eficaz e seguro de medicamentos requer a obtenção de um diagnóstico razoavelmente correto, a administração adequada e o monitoramento da evolução da doença, para que o sucesso ou a falha terapêuticas possam ser determinados. Os prestadores de cuidados de saúde aos animais **devem** ter os estudos (i. e., formação), as habilidades e os recursos necessários para garantir que esse tratamento seja administrado de forma correta e segura.

Os abrigos também *devem* políticas claras para lidar com problemas de saúde que possam surgir após a adoção. Aqueles que adotam ou adquirem animais de abrigos *devem* ser informados sobre a presença de qualquer doença ou condição no momento da adoção e receber uma cópia do prontuário médico com o tratamento.

A supervisão de um profissional é necessária para o uso de todos os medicamentos de prescrição, bem como dos agentes terapêuticos controlados e daqueles de venda livre (FDA, 2009a, 2009b). Os protocolos de medicação[35], desenvolvidos em consulta com um veterinário, para o tratamento de doenças comuns *devem* ser fornecidos aos funcionários do abrigo. Todos os tratamentos *devem* ser documentados.

O uso de antimicrobianos em populações de abrigos merece uma atenção especial. As bactérias são capazes de desenvolver resistência a certos medicamentos. Em alguns casos, elas são capazes de transmitir essa resistência a outras bactérias, incluindo aquelas que causam infecções tanto em animais como em pessoas. Para impedir o desenvolvimento de resistência antimicrobiana, é vital restringir o uso de antimicrobianos para aqueles casos em que há uma clara indicação para esse uso (AAHA /AAFP, 2006; AVMA, 2008b). A seleção e a dosagem de antibióticos *devem* ser específicas para a infecção e o animal a ser tratado; e, sempre que possível, são feitas com base no diagnóstico correto. O uso inadequado de antibióticos não substitui um bom cuidado médico preventivo. As diretrizes para o emprego de antimicrobianos em animais de companhia foram publicadas e esses princípios também *devem* ser aplicados ao contexto de abrigos (AAHA/AAFP, 2006; AVMA, 2008b).

É INACEITÁVEL PERMITIR QUE OS ANIMAIS COM DOENÇAS INFECCIOSAS GRAVES PERMANEÇAM NA POPULAÇÃO GERAL.

OS FUNCIONÁRIOS **DEVEM** SER TREINADOS PARA RECONHECER A PRESENÇA DE ESTRESSE, DOR E SOFRIMENTO NOS ANIMAIS, BEM COMO UMA ADAPTAÇÃO BEM-SUCEDIDA AO AMBIENTE DO ABRIGO.

[35] *N. de T.: Medicação é o ato de administrar medicamentos; ato de medicar.*

SAÚDE COMPORTAMENTAL E BEM-ESTAR MENTAL

A boa saúde e o bem-estar dependem do que é feito para atender às necessidades mentais e comportamentais, bem como às necessidades físicas, dos animais (Griffin, 2009a; Jenkins, 1997; McMillan, 2000, 2002; Wells, 2004a; Wojciechoska, 2005). Cada animal tem uma ampla variedade de necessidades psicológicas que são determinadas por fatores como espécie, constituição ou composição genética, personalidade (temperamento), socialização prévia e experiências. Os cuidados comportamentais **devem** levar a perspectiva de cada animal em conta, bem como as condições experimentadas pela população (Griffin, 2009a; McMillan, 2000, 2002; Wojciechoska, 2005).

O ambiente estrutural e social, bem como as oportunidades de atividade cognitiva e física, são importantes para todas as espécies de animais (ILAR, 1996). Um ambiente adequado inclui o local do abrigo e uma área de repouso confortável, onde os animais vivem sem medo ou angústia e têm a possibilidade de manifestar os comportamentos típicos (normais) da espécie. A falta de controle sobre o ambiente é um dos fatores que mais estressam os animais. O estresse induzido por um confinamento até mesmo a curto prazo em um abrigo de animais pode comprometer a saúde; quando confinados por muito tempo (i. e., a longo prazo), os animais frequentemente sofrem de ansiedade crônica, isolamento social, estimulação mental inadequada e falta de exercícios físicos (Fox, 1965; Griffin, 2009a, 2006; Hennessy, 1997; Patronek, 2001; Stephen, 2005; Tuber, 1999; Wemelsfelder, 2005). Os cuidados apropriados relativos à saúde comportamental são essenciais não só para diminuir o estresse e o sofrimento, mas também para detectar problemas comportamentais que possam representar um risco de segurança aos seres humanos e outros animais.

O estresse e o desenvolvimento de comportamentos anormais são exacerbados quando as oportunidades de "enfrentamento" (p. ex., esconderijo, busca de companheirismo em relacionamentos sociais, estimulação mental ou exercícios aeróbios) são escassas. Os problemas de comportamento comprometem a saúde e o bem-estar dos animais, bem como a possibilidade de adoção (Griffin, 2009a).

1. CONSIDERAÇÕES RELATIVAS À ENTRADA NO ABRIGO

A) HISTÓRICO COMPORTAMENTAL

A obtenção de histórico comportamental completo e do(s) motivos(s) do abandono *deve* ser realizada no momento de entrada dos animais no abrigo. Qualquer informação disponível também *deve* ser solicitada quando animais errantes ou perdidos são levados ao abrigo. O ideal é que essas informações *devam* ser obtidas por meio de entrevistas, embora os questionários escritos sejam aceitos. O histórico *deve* ser utilizado para alertar os funcionários do abrigo quanto à presença de problemas em potencial, como agressividade ou ansiedade, e também para informá-los sobre as necessidades de cada animal, a fim que os devidos cuidados possam ser prestados (Griffin, 2009a).

Os abrigos *devem* estar cientes de que os históricos fornecidos, apesar de importantes,

podem ser incompletos ou imprecisos. Por exemplo, alguns problemas comportamentais, como agressividade, talvez não sejam relatados em sua totalidade ou podem ser subestimados (Marder, 2005; Segurson, 2005; Stephen, 2007). Todos os incidentes ou relatos de um histórico de comportamento agressivo, juntamente com o contexto em que ocorreram, **devem** ser registrados como parte do prontuário de um animal.

B) MINIMIZAÇÃO DO ESTRESSE

Os animais experimentam diversos tipos de estresse em abrigos, a começar pelo processo de admissão (Coppola, 2006, 1997; Griffin, 2009a; Hennessey, 1997). Por esse motivo, **deve-se** tomar cuidado para minimizar o estresse durante esse período crucial, a fim de reduzir os problemas que possam atrasar ou até mesmo impedir a aclimatação[36] ou adaptação ao ambiente do abrigo e prolongar ou intensificar a ansiedade e o sofrimento mental (Grandin, 2004). Durante os procedimentos de admissão, *deve-se* ter um cuidado especial para não colocar os gatos dentro do alcance espacial, visual ou auditivo de cães (Griffin, 2009a, 2009b; McCobb, 2005).

2. AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO

A avaliação do comportamento de um animal **deve** começar no momento de sua entrada no abrigo. Assim como se tomam os devidos cuidados para registrar qualquer problema físico que possa exigir uma atenção especial, os problemas comportamentais (como estresse, medo, ansiedade, agressividade) que necessitam de intervenção ou influenciam a forma como esse animal pode ser manipulado com segurança também *devem* ser registrados no momento da admissão e inseridos em seu prontuário ou ficha. *Devem* ser tomadas todas as medidas necessárias para atender prontamente às necessidades comportamentais do animal (Griffin, 2009a). A avaliação constante do comportamento de cada animal *deve* continuar ao longo de toda a sua estadia ou permanência no abrigo.

As manifestações comportamentais normais e anormais indicam o grau de sucesso com que um animal está enfrentando ou reagindo ao seu ambiente (Fox, 1965; Griffin, 2002, 2009a, 2006; Houpt, 1985; McMillan, 2002; Overall, 1997, 2005). Por essa razão, os funcionários **devem** ser treinados para reconhecer a linguagem corporal e outros comportamentos indicativos de estresse, dor e sofrimento dos animais, bem como aqueles sugestivos de uma adaptação bem-sucedida ao ambiente do abrigo. Quando os animais estão bem adaptados e suas necessidades comportamentais são atendidas, eles exibirão uma ampla variedade de comportamentos normais, incluindo níveis satisfatórios de apetite e atividade física, sociabilidade, auto-higienização, comportamento lúdico adequado e sono tranquilo. Os indicadores comportamentais de estresse, conflitos sociais, dor ou outros tipos de sofrimento incluem ocultação persistente (i. e., busca esconderijos com frequência), interações hostis com outros animais, níveis reduzidos de apetite ou atividade física, depressão e/ou afastamento/isolamento social, frustração ou agressividade causadas por obstáculos ou barreiras[37], comportamentos estereotipados (p. ex., movimento giratório repetitivo, saltos/pulos ou andar compassado) ou outros comportamentos anormais (Fox, 1965; Griffin, 2002, 2006, 2009a; Houpt, 1985; McMillan, 2002; Overall, 1997, 2005).

As necessidades de cada animal variam. Os animais **devem** ser monitorados diariamente para detectar oscilações ou alterações no bem-estar e atender às suas necessidades comportamentais. Os funcionários do abrigo *devem* registrar seus achados[38] todos os dias (Griffin, 2009a; UC Davis, 2009). Desvios do comportamento normal ou a aparência do animal também podem ser uma indicação de que ele está com dor (ACVA, 2006). Quando se identifica a presença de dor ou sofrimento nos animais, é imperativo que medidas adequadas e imediatas sejam tomadas para aliviá-lo (ver a seção sobre Saúde Geral e Bem-Estar Físico para obter mais informações sobre o controle da dor).

[36] *N. de T.: Aclimatação ou aclimatização são termos gerais utilizados para descrever o processo de um organismo em se ajustar ou se adaptar a mudanças em seu habitat.*

[37] *N. de T.: Comportamento gerado por barreiras ou obstáculos como coleiras, grades, cercas, etc.*

[38] *N. de T.: No sentido de descobertas, constatações.*

Alguns animais de abrigo em particular podem sofrer um estresse grave, difícil de aliviar, mesmo com práticas ideais. Contudo, se muitos animais estiverem exibindo sinais de estresse não atenuado, **devem** ser tomadas medidas para aprimorar os protocolos de redução do estresse no abrigo. Por razões humanitárias, **deve-se** evitar o confinamento prolongado (i. e., a longo prazo) para animais ferais e para aqueles que permanecem acentuadamente estressados/medrosos e não respondem a cuidados terapêuticos/comportamentais (Griffin, 2009b; Kessler, 1999a, 1999b).

O ideal é que uma avaliação comportamental sistemática *deva* ser realizada em todos os animais antes do realojamento ou da recolocação em outro lugar (Griffin, 2009a). Algumas avaliações foram revisadas por colegas especialistas, comumente aceitas, estudadas e/ou publicadas, mas nenhuma delas foi cientificamente validada para predizer com segurança o comportamento futuro em um lar. Contudo, as informações coletadas durante tais testes (p. ex., nível de atividade e estimulação/agitação) podem ser úteis para caracterizar a personalidade (temperamento) do animal, determinar as necessidades comportamentais no abrigo, combinar os animais com as pessoas corretas para adoção e identificar aqueles que talvez não estejam aptos para realojamento ou recolocação em outro lugar (Animal Rescue League of Boston [Liga de Resgate de Animais de Boston], 2010; Bollen, 2008; Christensen, 2007; Hetts 2000; Griffin, 2009a; Ledger, 1995; Ledger, 1997; Netto, 1997; Neidhart, 2002; Sternberg, 2003; Van der borg, 1991). As organizações que desenvolvem a sua própria avaliação *devem* fazer isso em consulta com um veterinário ou especialista em comportamento, familiarizados com a ciência e teoria da avaliação comportamental. Os funcionários que realizam as avaliações **devem** receber treinamento adequado em termos de desempenho, interpretação e segurança. Um formulário de exame comportamental padronizado *deve* ser utilizado e cada avaliação, documentada. A avaliação formal do comportamento não *deve* necessariamente invalidar as informações fornecidas pelo tutor nem as observações feitas durante as interações dos funcionários com um animal. Uma avaliação global **deve** incluir todas as informações (histórico, comportamento durante a estadia/permanência no abrigo e avaliação formal) obtidas sobre o animal.

Os critérios para uma avaliação comportamental sistemática de gatos são menos bem-definidos do que aqueles utilizados em cães (Siegford, 2003). No entanto, os gatos *devem* ser avaliados observando o comportamento e interagindo com eles para ajudar a melhorar os cuidados dentro do abrigo (p. ex., reconhecimento de gatos desconfiados[39], estressados, medrosos, pouco socializados ou ferais[40]) e a orientar a devida recolocação (Griffin, 2009a, 2009b, 2006; Lowe, 2001).

3. CUIDADOS DENTRO DO ABRIGO

A) AMBIENTE

RECINTOS

Um alojamento adequado que atenda às necessidades comportamentais dos animais minimiza o estresse (Griffin, 2006, 2002; Hawthorne, 1995, Hubrecht, 2002; Loveridge, 1994, 1995, 1998; McCune, 1995a; Overall, 2005, 1997; Rochlitz, 1998, 1999, 2002, 2005). Até mesmo um alojamento a curto prazo **deve** suprir as necessidades comportamentais mínimas dos animais, fornecendo áreas separadas para micção/defecção, alimentação e repouso, além de espaço suficiente para levantar, caminhar, sentar ou repousar toda a extensão do corpo (ver a seção sobre Instalações em busca das diretrizes para o alojamento de animais).

SEPARAÇÃO

Desde o momento da admissão (entrada) dos animais no abrigo, é essencial proceder à separação deles por espécie para atender às suas necessidades comportamentais, além de proporcionar níveis adequados de saúde e bem-estar (Griffin, 2009a). As espécies de

[39] *N. de T.: No sentido de retraídos, assustados ou medrosos.*

[40] *N. de T.: No sentido de gatos ariscos/indóceis/hostis, ou seja, pouco socializados.*

presas (p. ex., pássaros/aves, porquinhos-da-índia/cobaias, hamsters, gerbos, coelhos) *devem* ser alojadas distantes das espécies de predadores (p. ex., ferrets [furões], gatos, cães) em todos os momentos (Quesenberry, 2003). Para as espécies de presas, é extremamente estressante alojá-las em uma área onde elas ficam sujeitas ao contato olfatório, auditivo e visual com as espécies predadoras. Como os gatos podem ficar profundamente estressados pela presença e pelo latido de cães, eles *devem* ser fisicamente separados da visão e do ruído dos animais da espécie canina (Griffin, 2009a, 2009b; McCobb, 2005). Ambientes novos tendem a ser especialmente estressantes para cães e gatos desconfiados, pouco socializados, ferais e geriátricos (Dybdall, 2007; Griffin, 2009b; Hiby, 2006; Patronek, 2001). O ideal é que esses animais ou qualquer animal que esteja exibindo sinais de estresse *devam* ser alojados em áreas separadas, calmas e silenciosas desde a sua entrada no abrigo. Até mesmo o deslocamento de um animal para um local mais tranquilo dentro da mesma ala pode vir a ser benéfico.

B) ROTINA DIÁRIA

Deve ser adotada uma regularidade diária nos esquemas e horários dos cuidados prestados, uma vez que o estresse da criação aumenta com a imprevisibilidade e pode até resultar em ansiedade e medo crônicos (Carlstead, 1993; Griffin, 2002, 2006, 2009a). Por outro lado, quando a ocorrência de eventos estressantes é previsível, os animais podem se sentir confortáveis e tranquilos no intervalo entre as respostas ao estresse (McMillan, 2002). Os animais também respondem a experiências positivas em suas rotinas diárias. Como os horários das refeições e das atividades lúdicas podem ser aguardados com muita expectativa, a programação de eventos diários positivos *deve* ser uma prioridade (Griffin, 2002, 2006, 2009a). As luzes *devem* ser apagadas à noite e acesas durante as horas do dia (Griffin, 2002) para manter os ritmos circadianos naturais dos animais. Padrões irregulares e luminosidade ou escuridão contínuas são inerentemente estressantes.

C) ENRIQUECIMENTO E SOCIALIZAÇÃO

O enriquecimento refere-se ao processo de introduzir melhorias no ambiente e nos cuidados de animais confinados dentro do contexto de suas necessidades comportamentais. A finalidade do enriquecimento é reduzir o estresse e melhorar o bem-estar, fornecendo estimulação física e mental, incentivando os comportamentos típicos da espécie (p. ex., mastigação para cães e roedores, arranhadura para gatos) e fazendo com que os animais tenham maior controle sobre o seu ambiente. Os programas bem-sucedidos de enriquecimento evitam o desenvolvimento e a manifestação de comportamentos anormais, além de proporcionar o bem-estar psicológico dos animais. O enriquecimento *deve* receber a mesma importância que outros tipos de cuidados prestados aos animais, como nutrição e assistência veterinária. Em outras palavras, o enriquecimento não *deve* ser considerado como algo opcional (ILAR, 1996). No mínimo, os animais **devem** receber estimulação mental, além de lhes proporcionar contato social e atividade física regulares (ILAR, 1996). Para alguns animais, as necessidades sociais podem ser parcialmente atendidas através da interação com membros da mesma espécie.

O ENRIQUECIMENTO *DEVE* RECEBER A MESMA IMPORTÂNCIA QUE OUTROS TIPOS DE CUIDADOS PRESTADOS AOS ANIMAIS. EM OUTRAS PALAVRAS, O ENRIQUECIMENTO NÃO *DEVE* SER CONSIDERADO COMO ALGO OPCIONAL.

É INACEITÁVEL O CONFINAMENTO A LONGO PRAZO DE QUALQUER ANIMAL, INCLUINDO AQUELES FERAIS OU AGRESSIVOS, EM QUE NÃO É POSSÍVEL O FORNECIMENTO DE CUIDADOS BÁSICOS, ENRIQUECIMENTO DIÁRIO E EXERCÍCIOS SEM A INDUÇÃO DE ESTRESSE.

DEVEM SER FORNECIDAS ALTERNATIVAS AO ALOJAMENTO TRADICIONAL EM GAIOLAS PARA QUALQUER ANIMAL QUE PERMANEÇA EM UM ABRIGO POR TEMPO PROLONGADO.

INTERAÇÕES COM AS PESSOAS

Interações sociais diárias positivas e regulares com os seres humanos são essenciais tanto para os cães como para os gatos (com exceção de animais ferais) (Coppola, 2006; Crowell-Davis, 1997; 2004; Griffin, 2006; Hennessy, 1998, 2002; Hetts, 1992; Hubrecht, 1992, 1993; Tuber, 1996, 1999). Essas interações são cruciais para a redução do estresse e constituem um método eficaz de enriquecimento (Coppola, 2006; Hennessy, 1998, 2002; Hetts, 1992; Hubrecht, 1992, 1993; McMillan, 2002; Tuber, 1996). O ideal é que sejam nomeados indivíduos para cuidar dos mesmos animais em um esquema regular, para que tais cuidadores/tratadores tenham conhecimento dos comportamentos de cada animal e os animais se acostumem com cada cuidador (Griffin, 2002, 2006, 2009a).

A execução das atividades diárias na criação não significa que as necessidades sociais dos animais estão sendo atendidas. Por essa razão, eles *devem* receber algum tipo de interação social positiva além das atividades de higiene e alimentação em um esquema diário (como caminhadas, atividades lúdicas, embelezamentos [banho e tosa], carícias, etc.). Isso é particularmente importante para os animais alojados em abrigos por tempo prolongado (i. e., a longo prazo). Para os animais alojados a curto prazo e com históricos de saúde desconhecidos, a interação social **deve** estar em sintonia com o controle de doenças infecciosas. Quando os animais **devem** permanecer confinados por motivos de saúde ou comportamento, ainda se *deve* proporcionar uma interação social positiva sem removê-los do recinto.

Para filhotes caninos e felinos com menos de 4 meses de vida, a socialização adequada é essencial para o desenvolvimento comportamental normal. Sem a manipulação diária e a exposição positiva a uma variedade de estímulos novos, os animais podem desenvolver ansiedade e medo crônicos ou sofrer a incapacidade de se adaptar normalmente aos seus ambientes (Griffin, 2006; Lowe, 2001; McCune, 1995b; McMillan, 2002). Por essas razões, **deve-se** atribuir uma alta prioridade para garantir uma socialização adequada de filhotes caninos e felinos. Isso pode ser mais bem alcançado fora do abrigo (p. ex., em lares de adoção ou acolhimento) (Griffin, 2006; McMillan, 2002; Reisner, 1994). Para filhotes caninos e felinos alojados em um abrigo, a socialização **deve** estar em harmonia com o controle de doenças infecciosas. A socialização dos animais *deve* ser proporcionada por trabalhadores ou voluntários usando roupas de proteção limpas em um ambiente onde é possível a completa desinfecção entre os usos.

Os programas de adestramento para cães e gatos (p. ex., para condicionar ou ensinar comandos ou truques básicos de obediência) também servem como uma importante fonte de estimulação e contato social (Griffin, 2009a; Laule, 2003; Thorn, 2006). Para os cães, foi demonstrado que tal adestramento aumenta as chances de realojamento (Leuscher, 2008). Os métodos de adestramento **devem** ser formulados principalmente com base no reforço positivo, de acordo com as diretrizes profissionais atuais (APDT, 2003; AVSAB, 2007; Delta Society, 2001).

CONSIDERAÇÕES RELATIVAS AO COMPORTAMENTO PARA PERMANÊNCIAS NO ABRIGO A LONGO PRAZO

Para estadias ou permanências prolongadas em abrigos, **devem-se** proporcionar níveis adequados de enriquecimento adicional diariamente (ver a seção sobre Como Usar o Presente Documento para obter mais informações sobre estadia a longo prazo). É inaceitável o confinamento a longo prazo de qualquer animal, incluindo aqueles ferais ou agressivos, em que não é possível o fornecimento de cuidados básicos, enriquecimento diário e exercícios sem a indução de estresse.

Devem ser fornecidas alternativas ao alojamento tradicional em gaiolas (p. ex., grandes jaulas enriquecidas, acolhimento em casas ou consultórios, alojamento em algum quarto

ou sala) para qualquer animal que permaneça em um abrigo por muito tempo. Os gatos **devem** ter a oportunidade de se exercitar e explorar o local em um ambiente seguro e enriquecido. Do mesmo modo, os cães **devem** ter oportunidades diárias de realizar atividades fora de seus cercados ou viveiros para exercícios aeróbios (Griffin, 2009a; Loveridge, 1998). Os exercícios podem ser estimulados através de brincadeiras interativas, como busca de objetos lançados ou atividades lúdicas supervisionadas em grupos com outros cães. Para cães e gatos, quartos com um ambiente familiar também podem ser usados para proporcionar o enriquecimento e reduzir o estresse. Conforme descrito em outras seções, *devem-se* tomar precauções para garantir que a transmissão de doenças e o nível de estresse sejam minimizados.

O USO DE FORÇA FÍSICA COMO PUNIÇÃO OU O EMPREGO DE FORÇA EM MOMENTOS DE RAIVA É UMA FORMA INACEITÁVEL DE MODIFICAÇÃO DO COMPORTAMENTO; ESSES MÉTODOS SÃO POTENCIALMENTE NOCIVOS PARA OS ANIMAIS E PERIGOSOS PARA OS FUNCIONÁRIOS DO ABRIGO.

Qualquer animal em que seja observada a presença de sofrimento mental, angústia ou deterioração comportamental **deve** ser avaliado e devidamente tratado em tempo hábil e oportuno ou, então, ser submetido a técnicas humanitárias de eutanásia. Assim como um declínio grave ou rápido na saúde física de um animal constitui uma situação de emergência e requer uma resposta urgente, tais mudanças na saúde comportamental ou mental de um animal representam o mesmo.

O estresse reprodutivo gerado pelo ciclo estral e pela libido sexual pode (a) diminuir o apetite, (b) aumentar os comportamentos de borrifação de urina, marcação de território e brigas e (c) gerar um acentuado aumento no estresse social e emocional. Por essas razões, os animais que são alojados por muito tempo (i. e., a longo prazo) em um abrigo *devem* ser castrados, pois o rápido declínio nos comportamentos de borrifação de urina, marcação de território e brigas, bem como a eliminação do cio (e, consequentemente, de gestações indesejáveis), atenuarão significativamente o estresse desses animais (Hart, 1973, 1997; Johnston, 1991). Isso também serve para facilitar o alojamento dos animais em grupo e a participação em atividades lúdicas supervisionadas para os exercícios e outras ações de enriquecimento social.

OUTROS TIPOS DE ENRIQUECIMENTO

Também *deve* ser proporcionado um enriquecimento para os animais em seus próprios recintos através de oportunidades para a realização de atividades lúdicas (p. ex., com brinquedos ou interação humana). O enriquecimento alimentar é outra fonte importante de estimulação e pode ser facilmente obtido escondendo-se o alimento em quebra-cabeças disponíveis no mercado, caixas de papelão ou itens semelhantes com orifícios (furos) que estimulam o animal a se esforçar para extrair os croquetes de dentro (Griffin, 2006, 2009a; Schipper, 2008; Shepherdson, 1993). Também foi demonstrado que o enriquecimento alimentar aumenta o nível de atividade e diminui o comportamento de latidos (Schipper, 2008). Outras formas de estímulos mentais e sensoriais (p. ex., olfatórios, visuais, auditivos e táteis, além de ferormônios) são importantes meios de proporcionar um enriquecimento (Graham, 2005a, 2005b, Griffith, 2000; De Monte, 1997; Tod, 2005; Wells, 2004a, 2004b). Por exemplo, os gatos se beneficiam do fornecimento de postes para arranhar; já os cães se beneficiam da provisão de itens para mastigar e também podem se beneficiar de música clássica (Wells, 2002) com ajuste de volume ou certos aromas (como camomila ou lavanda) (Graham, 2005a). Os animais também podem se beneficiar de estimulação visual e da capacidade de observar seus arredores (Ellis, 2008).

D) MODIFICAÇÃO COMPORTAMENTAL

A modificação comportamental é uma estratégia terapêutica individualizada destinada a mudar o comportamento de um animal. As

práticas **devem** respeitar os princípios científicos bem-descritos de comportamento e aprendizagem animal, incluindo reforço positivo, condicionamento operante, dessensibilização sistemática e contracondicionamento (AVSAB, 2007). Em alguns casos, talvez seja necessário o uso de medicamentos, prescritos por um veterinário, em combinação com as técnicas de modificação do comportamento. O uso de força física como punição ou o emprego de força em momentos de raiva é um meio inaceitável de modificação comportamental; esses métodos são potencialmente nocivos para os animais e perigosos para os funcionários do abrigo (AVSAB, 2007; Hutchinson, 1977; Patronek, 2001). Existem descrições disponíveis sobre técnicas disciplinares inaceitáveis (New Zealand, 1998; AHA, 2001; CVMA, 2004).

Recursos suficientes (p. ex., pessoal treinado, tempo para a terapia comportamental, alojamento adequado e espaço de trabalho) **devem** estar disponíveis para prestar os devidos cuidados caso se empreendam medidas para a modificação do comportamento. As técnicas exigidas costumam ser trabalhosas e demoradas, **devendo** ser aplicadas de forma sistemática ao longo de um período de tempo para serem bem-sucedidas. A tentativa de mudar o comportamento de animais agressivos suscita preocupações quanto aos riscos de segurança e responsabilidade civil; os animais considerados perigosos não *devem* ser realojados (Bollen, 2008; Crowell-Davis, 2008; Phillips, 2009).

OS ANIMAIS NÃO **DEVEM** SER ALOJADOS NO MESMO RECINTO SIMPLESMENTE PORQUE CHEGARAM NO MESMO DIA OU PORQUE O ESPAÇO INDIVIDUAL DO CANIL É INSUFICIENTE.

DEVE HAVER OPÇÕES DISPONÍVEIS PARA O ALOJAMENTO INDIVIDUAL DOS ANIMAIS QUANDO O COALOJAMENTO NÃO FOR PERTINENTE.

ALOJAMENTO EM GRUPO

A finalidade do alojamento em grupo nos abrigos é proporcionar aos animais contato e convívio sociais saudáveis com outros animais, a fim de melhorar o seu bem-estar. No contexto deste documento, esse tipo de alojamento refere-se a atividades lúdicas em grupo ou ao alojamento em si de dois ou mais animais no mesmo recinto primário. O alojamento em grupo requer não só o uso de instalações adequadas, mas também a seleção e o monitoramento cuidadosos dos animais por funcionários treinados. Essa forma de contato social não é apropriada para todos os animais.

1. RISCOS E BENEFÍCIOS DO ALOJAMENTO EM GRUPO

Existem riscos e benefícios para o alojamento em grupo. O alojamento feito de maneira inadequada com grupos de animais gera riscos físicos de exposição a doenças infecciosas e lesões ou mortes por brigas. O uso indevido desse tipo de alojamento também provoca estresse, medo e ansiedade em alguns membros do grupo. O alojamento em grupo torna o monitoramento individual dos animais mais difícil, resultando em falha na detecção de problemas ou no acesso inadequado às necessidades básicas (como água e alimentos) por alguns animais. A segurança dos funcionários do abrigo também pode ficar comprometida ao se alojar os animais em grupos, pois geralmente é mais difícil lidar com mais de um animal em um recinto. Contudo, os agrupamentos devidamente planejados para alojamento ou atividade lúdica podem ser aceitos e até mesmo desejáveis, quando adaptados aos animais individualmente (Griffin, 2002, 2006; Gourkow, 2001; Kessler, 1999b; Mertens, 1996; Overall, 1997; Rochlitz, 1998). Os benefícios do alojamento em grupo incluem oportunidades de interação positiva com outros animais, incluindo brincadeiras, companhia, conexão física e socialização. O alojamento em grupo pode ser usado para proporcionar um ambiente mais enriquecido e variado.

2. INSTALAÇÕES

As características físicas essenciais de uma instalação para suportar um alojamento planejado em grupo incluem: (a) tamanho adequado do recinto primário; (b) vários pontos de alimentação e áreas de repouso; e (c) espaço apropriado para micção e defecação. As dimensões corretas do alojamento em grupo são imperativas para permitir que os animais mantenham o devido distanciamento social. Para alojar grupos de gatos, **deve-se** fornecer uma variedade de poleiros de repouso e locais de esconderijo suspensos para aumentar o tamanho e a complexidade do espaço útil (Dowling, 2003; Griffin, 2006; Overall, 1997; Rochlitz, 1998). É recomendado um espaço de, no mínimo, 1,67 m^2 por gato para o alojamento desses animais em grupo (Kessler, 1999b). Embora nenhum espaço mínimo tenha sido recomendado para os cães, para todas as espécies de animais o tamanho do alojamento *deve* ser grande o suficiente para permitir que eles expressem uma variedade de comportamentos normais (ver a seção sobre Instalações para obter mais informações sobre recintos primários). Para tanto, **devem** ser fornecidos recursos suficientes (como água, alimentos, cama, bandejas sanitárias, brinquedos) não só para evitar a competição, vigilância ou proteção do recurso, mas também para garantir o acesso de todos os animais.

3. SELEÇÃO

Tanto os alojamentos como as atividades lúdicas em grupo exigem a seleção e o monitoramento cuidadosos dos animais por funcionários ou voluntários treinados para reconhecer sinais sutis de estresse e evitar interações negativas (como proteção dos alimentos ou de outros recursos). As considerações relativas à seleção incluem: (a) separação por idade, (b) avaliação comportamental antes do agrupamento, e (c) prevenção de doenças infecciosas através de triagem, vacinação e controle de parasitas.

O agrupamento aleatório de animais em abrigos é uma prática inaceitável. Os animais não **devem** ser alojados no mesmo recinto simplesmente porque chegaram no mesmo dia ou porque o espaço individual do canil é insuficiente. Animais não aparentados ou não familiarizados (i. e., desconhecidos) não **devem** ser reunidos em grupos ou pares até que uma avaliação do comportamento e do estado de saúde seja realizada; os animais *devem* ser devidamente agrupados, de acordo com idade, gênero (sexo), saúde e comportamento compatíveis. Os animais não familiarizados não *devem* ser colocados em alojamentos em grupo até que se respeite um período de tempo suficiente para eles responderem às vacinas essenciais. Os animais intactos em idade fértil ou reprodutiva não *devem* ser alojados em grupo (Hickman, 1994). Caso se utilize um alojamento em grupo a curto prazo para animais intactos, eles **deverão** ser separados por gênero (sexo). Os cães e gatos sexualmente maduros *devem* ser castrados, aguardando-se um tempo suficiente de recuperação antes de alojá-los em grupo. Os animais que não são socializados com outros, bem como aqueles que ativamente ameaçam e intimidam outros animais, não **devem** ser agrupados (Kessler, 1999a; Overall, 1997). É inaceitável agrupar animais que brigam uns com os outros. Permitir a briga entre animais é algo realmente cruel; por essa razão, os animais que se envolvem em brigas uns com os outros não **devem** ser agrupados. Portanto, **deve-se** ter cuidado ao tentar introduzir qualquer animal com histórico de briga em um grupo.

O AGRUPAMENTO ALEATÓRIO DE ANIMAIS EM ABRIGOS É UMA PRÁTICA INACEITÁVEL.

É preferível o alojamento de grupos menores de animais, não só para permitir o monitoramento eficaz, mas também diminuir o risco de conflitos e a transmissão de doenças infecciosas. O ideal é que o agrupamento de gatos não *deva* exceder 10–12 animais (Dowling, 2003; Griffin, 2006; Rochlitz, 2005). Para a segurança de cães e cuidadores/tratadores, *devem-se* agrupar esses animais em grupos ainda menores (p. ex., não mais de 4–6 cães).

É INACEITÁVEL AGRUPAR ANIMAIS QUE BRIGAM UNS COM OS OUTROS.

A introdução de novos animais sempre resulta em um período de estresse para o grupo. Se houver constante rotatividade (ou seja, animais entrando e saindo) dentro do grupo, os animais poderão permanecer estressados por tempo indeterminado. Por essas razões, *deve-se* minimizar essa rotatividade dentro dos grupos.

Em virtude da suscetibilidade a doenças infecciosas, os filhotes caninos e felinos com menos de 20 semanas de vida não *devem* ser alojados em grupo, a menos que eles sejam companheiros de ninhada. Filhotes caninos e felinos não aparentados podem ser alojados em grupo para fins de socialização, caso eles **devam** permanecer no abrigo por muito tempo ou se o risco da falta de interação social for maior do que o risco de transmissão de doenças infecciosas. Ao se colocar filhotes caninos e felinos órfãos com uma mãe alternativa (com ou sem ninhada), os riscos e benefícios à saúde e ao comportamento de todos os animais **devem** ser ponderados. Até mesmo para os companheiros de ninhada, **devem-se** suprir todos os requisitos do alojamento em grupo.

4. CASOS EM QUE O ALOJAMENTO EM GRUPO É INADEQUADO

Deve haver opções disponíveis para o alojamento individual dos animais quando o alojamento em grupo não for adequado. Para alguns animais, até mesmo o alojamento em grupo com animais familiares (i. e., conhecidos) pode ser prejudicial. **Deve-se** fornecer um único alojamento enriquecido nos casos em que os animais apresentam: (a) medo ou agressividade contra outros animais, (b) estresse pela presença de outros animais, (c) necessidade de monitoramento individual ou (d) doença, cujo tratamento não pode ser fornecido nos alojamentos em grupo (Kessler, 1999a; Griffin, 2006). Como a aclimatação ou adaptação dos animais a um ambiente em grupo pode levar dias a semanas, o alojamento individual enriquecido é preferível quando se prevê uma estadia mais breve (curta) no abrigo (Griffin, 2009a).

MANIPULAÇÃO DOS ANIMAIS

A manipulação sempre **deve** ser o mais humanitária possível e adequada para cada animal e circunstância. *Deve-se* usar o mínimo de contenção física necessário para executar a tarefa, sem provocar lesões nas pessoas ou nos animais. A manipulação humanitária requer alguns cuidados, como: (a) a análise do comportamento de cada animal, (b) o número adequado de funcionários devidamente treinados, (c) a utilização de equipamentos apropriados de fácil disponibilidade e em boas condições de funcionamento, (d) a escolha correta do local para os procedimentos, (e) o uso de proteção pessoal, como luvas ou "placas de empurrar" para fazer os animais recuarem, e (f) o emprego criterioso de tranquilizantes (Fowler, 1995; Griffin, 2006).

1. CONTENÇÃO

Quando a contenção física é necessária para evitar a ocorrência de lesões no ser humano ou em algum animal, essa contenção *deverá* ser feita com a mínima duração e intensidade exigida. Os animais frequentemente respondem melhor a contenções suaves (delicadas) e reagem de forma negativa a "contenções exageradas" (Griffin, 2006). Pesquisas indicam que o contato gentil dos animais pelo homem tem o benefício adicional de atenuar os efeitos adversos de estímulos desagradáveis (McMillan, 2002). A resistência à manipulação e contenção é quase sempre o resultado de medo ou ansiedade, os quais são agravados quando se faz uso de força. É mais provável que a manipulação excessivamente enérgica e vigorosa resulte em um aumento do medo e do comportamento agressivo, além de causar lesões aos animais e às pessoas (AVSAB, 2007; Blackwell, 2008; Hutchison, 1977). O treinamento adequado é o segredo para restringir o uso de força desnecessária durante a manipulação e **deve** ser fornecido a todos que lidam com os animais. O uso criterioso de tranquilizantes pode ser a opção mais humanitária para manipular animais assustados, frágeis ou ferais. É inaceitável usar a força física como punição ou aplicar força em momentos de raiva (AVSAB, 2007; Patronek, 2001).

2. LOCAL E TEMPO DE ADAPTAÇÃO

A seleção de um ambiente calmo, privado e silencioso, bem como a espera para que os animais se adaptem a esse ambiente antes da manipulação, podem ajudar a minimizar o estresse e reduzir o nível de contenção exigido (declaração de posição da Associação de Veterinários de Abrigos sobre a eutanásia, 2010). Os métodos de manipulação *devem* evitar a fuga ou o escape dos animais. Mesmo quando os animais permanecem confinados dentro de uma sala, a recaptura é estressante. Quando o animal não necessita de intervenção urgente, adiar um procedimento para permitir que esse animal tenha tempo de relaxar em um ambiente tranquilo antes de manipulá-lo é a melhor opção (Fowler, 1995; Griffin, 2006, 2009a; Haug, 2007).

3. EQUIPAMENTOS

Cada situação *deve* ser avaliada individualmente e cada peça de equipamento, analisada quanto ao seu potencial de causar danos ou aumentar o estresse. Até mesmo os equipamentos apropriados podem ser desumanos ou perigosos se não forem mantidos em boas condições de uso. Técnicas

ou equipamentos que são adequados em uma circunstância podem ser inadequados em outra. Por exemplo, embora os laços de captura[41] (também conhecidos como cambão) possam ser eficazes para manipular os cães de grande porte, eles só *devem* ser usados quando não for possível utilizar alternativas mais delicadas. O uso de laços de captura para a contenção de rotina de gatos, inclusive para transportá-los ou erguê-los, é desumano e representa um risco significativo de lesões ao animal; portanto, esses laços não **devem** ser utilizados para essas finalidades (Griffin, 2006; HSUS, 1996). Armadilhas humanitárias, como caixas ou redes destinadas para esse fim específico, *devem* ser usadas para manipular gatos frágeis ou aqueles aparentemente não acostumados com o manuseio. *Deve-se* evitar o uso de gaiolas ou engradados que não permitam o fácil acesso para a retirada humanitária de um animal intolerante, assustado ou relutante, seja por limitações de modelo desses itens de contenção, danos à gaiola ou ao engradado, ou corrosão dos fixadores (como fechos ou parafusos).

O TREINAMENTO ADEQUADO É O SEGREDO PARA RESTRINGIR O USO DE FORÇA DESNECESSÁRIA E **DEVE** SER FORNECIDO A TODOS QUE LIDAM COM ANIMAIS.

4. GATOS FERAIS

Foram descritos os procedimentos adequados para manipular e minimizar o estresse em gatos ferais (Griffin, 2009b; Levy, 2004; Slater, 2001). Por exemplo, ao capturar ou transportar gatos ferais, *deve-se* lançar mão de gaiolas de compressão, caixas próprias para esse tipo de gato, ou armadilhas humanitárias tipo caixas com divisórias para a contenção mais humana desses animais e a administração de tranquilizantes injetáveis antes da manipulação.

O USO DE LAÇOS DE CAPTURA PARA A CONTENÇÃO DE ROTINA DE GATOS É DESUMANO E REPRESENTA UM RISCO SIGNIFICATIVO DE LESÕES AO ANIMAL.

[41] N. de T.: Se quiser visualizar um laço desse tipo, acesse: http://www.animal-care.com/product/dual-release-catch-pole/. Utilizados em centro de controle de zoonoses ou para captura de animais com raiva.

EUTANÁSIA

Ao realizar a eutanásia em um abrigo, cada animal **deve** ser tratado com respeito (AVMA, 2007). Um veterinário com a devida formação e especialização para a espécie envolvida *deve* ser consultado para garantir o uso dos procedimentos corretos. Qualquer método de eutanásia utilizado em um abrigo **deve** induzir rapidamente à perda da consciência seguida de morte, assegurando que esse óbito seja o mais isento (livre) possível de dor, angústia, ansiedade ou apreensão. O método de eutanásia **deve** ser confiável, irreversível e compatível com a espécie, a idade e o estado de saúde do animal (AVMA, 2007). Qualquer agente ou método que seja inaceitável de acordo com as diretrizes da AVMA sobre Eutanásia também é inaceitável para uso em abrigos. A identidade de cada animal a ser eutanasiado **deve** ser determinada com antecedência e rigor, incluindo a realização de varredura com *scanner* universal por várias vezes para a detecção de *microchip* (Lord, 2008), além de verificar se o animal está adequadamente destinado ao procedimento. **Deve-se** fazer uma avaliação do porte, peso e temperamento de cada animal, para que (a) a dose correta do medicamento, (b) o tamanho apropriado da agulha e seringa e (c) o melhor método de contenção possam ser utilizados.

AO REALIZAR A EUTANÁSIA EM UM ABRIGO, CADA ANIMAL **DEVE** SER TRATADO COM RESPEITO.

A IDENTIDADE DE CADA ANIMAL A SER EUTANASIADO **DEVE** SER DETERMINADA COM ANTECEDÊNCIA E RIGOR.

QUALQUER AGENTE OU MÉTODO QUE SEJA INACEITÁVEL DE ACORDO COM AS DIRETRIZES DA AVMA SOBRE EUTANÁSIA TAMBÉM É INACEITÁVEL PARA USO EM ABRIGOS.

A segurança dos funcionários do abrigo e o impacto emocional da eutanásia **devem** ser levados em consideração. *Deve* haver procedimentos em vigor para prevenir e tratar os casos de fadiga por compaixão em toda a organização, pois esse tipo de fadiga acompanhada de exaustão ou esgotamento pode representar um sério problema para todos os funcionários do abrigo, não apenas para aqueles que executam os procedimentos de fato.

1. TÉCNICAS DE EUTANÁSIA

Os métodos mais humanitários utilizados para a realização de eutanásia dos animais de abrigos são a injeção intravenosa (IV) ou intraperitoneal (IP) de solução de pentobarbital sódico. As técnicas de aplicação, as vias de administração, as dosagens e os métodos de verificação do óbito variam de acordo com fatores como idade, porte, peso, condição e espécie do animal, incluindo pássaros/aves e répteis. Ao realizar a eutanásia de cães e gatos em um abrigo, as injeções IP de uma solução pura de pentobarbital sódico (sem outros fármacos ou aditivos) *devem* ser usadas apenas para gatos, filhotes felinos e pequenos filhotes caninos. Os animais que recebem injeções IP *devem* ser colocados em áreas silenciosas, escuras e restritas[42] ou contidos e monitorados para garantir uma transição suave ao estado de inconsciência, pois as reações de excitação (agitação) e os atrasos até esse estado inconsciente não são incomuns por essa via (Fakkema, 2009; Rhoades, 2002). Em cães e gatos, o uso da dosagem oral de pentobarbital sódico *deve* ficar reservado para animais que não podem ser abordados, contidos ou manipulados com se-

[42] *N. de T.: Limitadas/confinadas.*

gurança para acesso intravenoso (Rhoades, 2002). Com a dosagem oral, o tempo para atingir o estado de inconsciência pode ser prolongado. Como a administração por via oral de pentobarbital sódico nem sempre é fatal, a conclusão da eutanásia pode exigir uma injeção subsequente desse agente (Rhoades, 2002). Independentemente da via de administração, sempre que a evolução até o óbito estiver demorada, *deve-se* administrar uma injeção adicional de pentobarbital sódico. **Não se deve** aplicar o pentobarbital sódico por qualquer via avascular[43] (p. ex., vias subcutânea, intramuscular, intratorácica, intrapulmonar, intra-hepática, ou intrarrenal), além da via IP discutida anteriormente, pois tais vias são associadas a dor e desconforto. Injeções intracardíacas são inaceitáveis, a menos que se verifique de forma confiável que o animal se encontra inconsciente, comatoso ou anestesiado (i. e., ausência de dor profunda/reflexo de retirada do dedo).

Para evitar a indução de estresse e ansiedade excessivos, **deve-se** usar a mínima contenção física necessária para realizar os procedimentos de forma segura. Para animais agressivos, gravemente angustiados ou assustados, *devem-se* administrar alguns agentes pré-eutanásia, sendo os anestésicos os mais convenientes para isso. No caso, uma mistura de cetamina e xilazina é uma combinação comum e eficaz em termos de custo. A acepromazina não é recomendada como um tranquilizante único antes da eutanásia, pois ela não proporciona nenhuma analgesia, além de ter efeitos imprevisíveis. A xilazina, quando utilizada isoladamente, pode induzir ao vômito, o que pode ser uma preocupação quanto ao bem-estar do animal, sobretudo quando se faz uso de focinheiras. Para a seleção de agentes pré-eutanásia, *deve-se* buscar a orientação do veterinário.

INJEÇÕES INTRACARDÍACAS SÃO INACEITÁVEIS, A MENOS QUE SE VERIFIQUE DE FORMA CONFIÁVEL QUE O ANIMAL SE ENCONTRA INCONSCIENTE, COMATOSO OU ANESTESIADO.

O USO DE MONÓXIDO DE CARBONO COMO UM MÉTODO DE EUTANÁSIA PARA CÃES E GATOS EM ABRIGOS É INACEITÁVEL POR INÚMERAS QUESTÕES HUMANITÁRIAS E OPERACIONAIS, BEM COMO POR PREOCUPAÇÕES RELATIVAS À SEGURANÇA.

A) MONÓXIDO DE CARBONO

O uso de monóxido de carbono como um método de eutanásia para cães e gatos em abrigos é inaceitável por inúmeras questões humanitárias e operacionais, bem como por preocupações relativas à segurança (declaração de posição da Associação de Veterinários de Abrigos sobre a Eutanásia, 2010; NACA, 2010). Conforme mencionado previamente, um método aceitável de eutanásia **deve** ser rápido e indolor, mas não *deve* causar agonia nem sofrimento. Qualquer gás que seja inalado **deve** alcançar uma determinada concentração nos pulmões antes de fazer efeito (AVMA, 2007). As altas taxas de fluxo de gás, necessárias para atingir a concentração recomendada de 6%, podem resultar em níveis de ruídos que assustam os animais. A colocação de muitos animais em uma câmara de monóxido de carbono pode assustá-los e angustiá-los, além de diluir a concentração efetiva desse gás recebida por cada animal, resultando em uma experiência fortuita[44] de eutanásia, a qual pode ser prolongada, dolorosa e ineficaz.

Os agentes que induzem a convulsões antes da perda de consciência são inaceitáveis para a realização de eutanásia (AVMA, 2007). O monóxido de carbono estimula os centros motores no encéfalo e, por conta disso, a perda de consciência pode ser acompanhada de convulsões e espasmos musculares (AVMA, 2007). Em 1983, um estudo dos efeitos de uma concentração de 6% de monóxido de carbono em cães não conseguiu estabelecer o tempo exato em que ocorreu a perda da consciência; nesses cães, foram observados os sinais de vocalização e agitação (Chalifoux, 1983). O monóxido de carbono é extremamente perigoso para a saúde humana por ser tóxico, inodoro e insípido; esse gás também tem o potencial de causar uma explosão em altas concentrações (AVMA, 2007;

[43] *N. de T.: O mesmo que não vascular.*

[44] *N. de T.: Imprevista, não planejada.*

NIOSH, 2004). Foi documentada a morte de pelo menos um trabalhador de abrigo que utilizou o monóxido de carbono (Rhoades, 2002; Gilbert, 2000; HSUS, 2009b; NIOSH, 2004). A exposição crônica a baixos níveis de monóxido de carbono também pode causar sérios problemas à saúde humana (AVMA, 2007).

O uso de monóxido de carbono não pode ser justificado como um meio de economizar dinheiro, pegar atalhos ou distanciar os funcionários emocional e fisicamente do procedimento de eutanásia. Estudos demonstraram que o monóxido de carbono é, na verdade, mais caro do que a eutanásia feita por métodos injetáveis (Fakkema, 2009; Rhoades, 2002). Além de demorar mais tempo que a eutanásia por injeção, a câmara de monóxido de carbono não demonstrou trazer benefícios emocionais para os funcionários do abrigo. Pelo contrário, alguns trabalhadores do abrigo relataram sentir uma forte angústia ao ouvirem os animais vocalizando, arranhando/raspando o chão ou as portas e uivando dentro da câmara de gás e também ao terem de repetir o processo quando os animais sobreviviam ao primeiro procedimento.

B) VERIFICAÇÃO DO ÓBITO

O óbito **deve** ser verificado por meio de vários métodos por funcionários treinados antes de descartar o corpo de qualquer animal. Isso também **deve** ser feito mesmo que o animal não tenha sido eutanasiado, mas esteja supostamente morto quando encontrado. Depois de o animal perder a consciência, *deve-se* confirmar a ausência dos seguintes pontos: reflexos pupilares e corneanos; reflexo de retirada do dedo; pulso, respiração; e batimentos cardíacos. Como a ausência de pulso palpável não confirma a interrupção dos batimentos cardíacos, a parada cardíaca **deve** ser confirmada através da auscultação com estetoscópio ou da verificação visual. Um método de verificação visual consiste na inserção de agulha e seringa no coração para observar a falta de movimento cardíaco. Esse método tem a vantagem de proporcionar a verificação visual da parada cardíaca e o acesso ao sistema circulatório caso outra solução de eutanásia tenha de ser administrada. Outro método específico de verificar o óbito é pela presença de *rigor mortis*[45]. A não utilização de vários métodos pode resultar em uma falha no reconhecimento de um estado semelhante ao coma que pode surgir nos animais algumas horas após um suposto óbito.

2. AMBIENTE E EQUIPAMENTOS

Para a realização da eutanásia, *deve-se* escolher uma sala separada em uma área tranquila e silenciosa, distante da principal via de tráfego de pedestres para minimizar as distrações e interrupções. A sala *deve* ter iluminação adequada e ser grande o suficiente para acomodar confortavelmente os equipamentos, dois a três membros da equipe e o animal a ser eutanasiado. Para evitar distrações e garantir um procedimento digno, seguro e sem intercorrências, apenas as pessoas diretamente envolvidas na eutanásia *devem* estar na sala no momento do sacrifício.

É importante que a sala de eutanásia esteja devidamente equipada, para que ocorra um procedimento seguro e humanitário. Esses equipamentos **devem** incluir: (a) mesa de fácil desinfecção[46], (b) boa fonte luminosa, (c) *scanner* universal para detecção de *microchip*, (d) aparelhos de tosa e tricotomia, (e) estetoscópio, (f) diversas agulhas e seringas, (g) torniquetes, (h) focinheiras e (i) utensílios para contenção do animal. Também *deve* haver balanças disponíveis para a medição precisa (exata) do peso. Uma nova agulha *deve* ser usada para cada animal; múltiplos usos deixam a agulha cega e provocam dor (Rhoades, 2002).

A superfície onde se realiza a eutanásia *deve* ser limpa antes de cada procedimento. A sala e os equipamentos de eutanásia *devem* ser submetidos à limpeza e desinfecção após cada período de eutanásia. A equipe responsável pela execução da eutanásia *deve* usar roupas de proteção,

[45] *N. de T.: Rigidez Cadavérica, do latim Rigor Mortis, é um sinal reconhecível de morte provocado pela mudança bioquímica nos músculos, causando um endurecimento dos músculos do cadáver, o que impossibilita de mexê-los e manipulá-los. Esse endurecimento acontece horas após a morte e volta espontaneamente depois de dois dias. O tempo de início e a duração dependem da temperatura ambiente em que o cadáver está.*

[46] *N. de T.: De aço inoxidável, por exemplo.*

as quais **devem** ser removidas antes de passar para a prestação de cuidados em outro animal.

Não se *deve* permitir que os animais observem ou ouçam a eutanásia de outro animal nem que eles vejam os corpos de animais mortos. Os filhotes caninos e felinos com as suas mães são uma exceção. Quando selecionada para eutanásia, a mãe *deve* ser eutanasiada antes de sua prole, para que ela não fique angustiada ao ser separada de sua ninhada ou ao ver os filhotes mortos. Os filhotes caninos e felinos *devem* ser sacrificados imediatamente após a mãe (Sinclair, 2004).

3. MANUTENÇÃO DE REGISTROS E USO DE SUBSTÂNCIAS CONTROLADAS

Deve ser mantido um histórico de registro para documentar a identificação de cada animal, a quantidade de solução de eutanásia e dos agentes pré-eutanásia (recebidos, manipulados e remanescentes), bem como a identidade da pessoa responsável pelo procedimento. Todos os registros dos medicamentos utilizados **devem** ser mantidos de acordo com os regulamentos federais, estaduais e locais, incluindo aqueles elaborados pela *Drug Enforcement Administration* (DEA[47], Agência Antidrogas dos Estados Unidos). Todas as substâncias controladas por essa agência (classificação de drogas, segundo a DEA) **devem** ser mantidas em um local seguro, em conformidade com os regulamentos estaduais e federais.

4. TREINAMENTO DA EQUIPE

Toda a equipe envolvida no procedimento de eutanásia **deve** receber o devido treinamento. O ideal é que os responsáveis pela aplicação dos agentes de eutanásia ou pré-eutanásia *devam* ser certificados e treinados por um veterinário com registro, um técnico-veterinário com certificado ou registro ou, então, um técnico ou instrutor com certificado de eutanásia. Os regulamentos que estipulam as pessoas aptas a fornecer treinamento ou a supervisionar o procedimento de eutanásia não só variam de um estado para o outro, mas também podem variar em termos regionais[48]; os abrigos são obrigados a atuar em conformidade com os regulamentos estaduais e federais.

O treinamento de técnicas específicas de eutanásia **deve** incluir habilidades para realizar algumas tarefas, tais como: (a) acessar locais de injeção alternativos, (b) lidar com várias espécies de animais, (c) avaliar o comportamento e o temperamento para a manipulação correta dos animais e (d) verificar o óbito usando vários métodos. Também *deve* ser fornecido um treinamento para eutanásia a campo. O técnico responsável pela eutanásia e os assistentes **devem** possuir um alto domínio na manipulação e contenção de animais, a fim de evitar a indução de situações de estresse tanto para os animais como para a equipe encarregada dos procedimentos. Uma reciclagem e atualização do treinamento e da certificação *devem* ser fornecidas periodicamente, com serviços de apoio oferecidos à equipe para prevenir ou amenizar o sofrimento gerado por tristeza, fadiga por compaixão, depressão ou outras reações físicas ou emocionais associadas à execução dos procedimentos.

[47] *N. de T.: Agência governamental norte-americana para a repressão e controle de narcóticos.*

[48] *N. de T.: Informação referente aos Estados Unidos.*

CASTRAÇÃO DE MACHOS E FÊMEAS

Os abrigos de animais *devem* exigir que os cães e gatos (tanto machos como fêmeas) adotados em casas sejam castrados (AVMA, 2009; Looney, 2008; Kustritz, 2007). **Devem** ser levadas em conta as condições de saúde e circunstâncias de cada animal que gerariam a necessidade de se abrir uma exceção a essa exigência. O procedimento cirúrgico de esterilização ou castração de machos e fêmeas, inclusive de filhotes caninos e felinos de até 6 semanas de vida, antes de serem liberados para as pessoas que irão adotá-los, continua sendo o método mais confiável e eficaz de prevenir a reprodução indesejada de cães e gatos, além de diminuir os índices de natalidade (AVMA, 2009a; AVMA, 2009b; Looney, 2008; Kustritz, 2007). Nos casos em que não houver a disponibilidade de cirurgia imediata antes da recolocação do animal em lares adotivos e quando outros programas de castração (*vouchers*[49]) forem implementados, tais programas *deverão* incluir um método eficaz de acompanhamento para confirmar se a cirurgia foi concluída. É inaceitável permitir que os animais de abrigos se acasalem.

É fortemente recomendado castrar os cães e gatos que aguardam adoção há mais de duas semanas, uma vez que (a) o rápido declínio nos comportamentos de borrifação de urina, marcação de território e brigas e (b) a eliminação do cio (e, consequentemente, de gestações indesejáveis), previstos após a cirurgia de castração (Hart, 1973, 1997; Johnston, 1991), diminuirão o estresse dos animais (Griffin, 2009a).

1. DIRETRIZES MÉDICAS VETERINÁRIAS

Foram publicadas diretrizes claras para os programas de castração de machos e fêmeas (Looney, 2008). A cirurgia de castração **deve** ser realizada por veterinários ou estudantes de veterinária sob a supervisão direta de um profissional, de acordo com todos os requisitos legais (AAHA, 2008; AVMA, 2008; Looney, 2008). Os prontuários médicos **devem** ser preparados para cada paciente, indicando o procedimento cirúrgico e a anestesia administrada. Todas as substâncias controladas **devem** ser mantidas em conformidade com as exigências da DEA.

Um veterinário **deve** tomar a decisão final quanto à aceitação de qualquer paciente para cirurgia, com base no exame físico e no histórico médico (se disponível), bem como sobre a possibilidade de programação do procedimento (Looney, 2008). Os pacientes submetidos à cirurgia eletiva[50] *devem* estar em boas condições de saúde, sem sinais de doenças infecciosas ou outras enfermidades. No entanto, os veterinários **devem** ponderar os riscos e benefícios de castrar pacientes com leves problemas de saúde (infecciosos ou não) no contexto de abrigo de animais, onde pode não haver oportunidades disponíveis no futuro para que esse animal receba atendimento e a única alternativa possível seja a eutanásia. Embora algumas condições possam aumentar o risco de complicações, os benefícios da castração provavelmente superam esses riscos em um abrigo de animais. Os cães e gatos prenhes, no estro (cio) ou com piometra[51], bem como aqueles com doença leve do trato respiratório superior, podem ser castrados de forma segura na maioria dos casos (Appel, 2004; Looney, 2008).

[49] *N. de T.: Cupons que dão direito à cirurgia.*

[50] *N. de T.: É aquela em que se consegue escolher a melhor data para se realizar o procedimento cirúrgico. Geralmente, ela é realizada após a aquisição de diversos exames, a fim de obter as melhores condições de saúde de saúde do paciente.*

[51] *N. de T.: Infecção purulenta no útero.*

2. CIRURGIA E ANESTESIA

Para cada animal, **deve-se** providenciar um alojamento adequado antes e depois da cirurgia (Looney, 2008). Os recintos **devem** ser seguros e ter uma superfície plana (limpa, seca e acolhedora) com espaço suficiente para o animal se virar e circular por ele, proporcionando segurança nos vários estágios de sedação e anestesia, além de boa visibilidade por parte da equipe. Os animais de difícil temperamento ou manejo *devem* ser alojados em recintos que permitam a administração de anestésicos sem muita manipulação; tais animais *devem* ser devolvidos aos seus recintos quando devidamente recuperados da anestesia, mas antes de estarem alertas (Griffin, 2009c; Looney, 2008). O ideal é que os cães e gatos *devam* ser alojados em áreas separadas.

Enquanto a cirurgia estiver sendo feita, a sala de operação **deve** ser destinada exclusivamente a essa intervenção cirúrgica, contendo os equipamentos necessários para anestesia e monitoramento. O controle de doenças infecciosas **deve** ser colocado em prática para prevenir a transmissão entre os pacientes (Looney, 2008). Além de ser imprescindível o emprego de técnica cirúrgica asséptica, **deve-se** lançar mão de instrumentos estéreis separados para cada paciente. Também é necessário o uso de protocolos anestésicos balanceados, incluindo (a) sedação, (b) fornecimento de analgesia pré e pós-operatória, (c) redução do estresse, (d) relaxamento muscular e (e) perda de consciência reversível e controlada (AAHA/AAFP, 2007; ACVA, 2009; Looney, 2008). Os pacientes **devem** ser monitorados por pessoal treinado e qualificado (ACVA, 2009; Looney, 2008). Além disso, **deve** haver planos de emergência à disposição caso ocorra qualquer intercorrência.

OS ABRIGOS DE ANIMAIS *DEVEM* EXIGIR QUE OS CÃES E GATOS (TANTO MACHOS COMO FÊMEAS) ADOTADOS EM CASAS SEJAM CASTRADOS.

No pós-operatório, **deve-se** ter cuidado para proporcionar aos pacientes uma transição suave do estado anestesiado para a fase de recuperação (Griffin, 2009c; Looney, 2008). Os pacientes **devem** ser avaliados imediatamente antes de serem liberados, sendo **obrigatório** o fornecimento de instruções claras (escritas e verbais) sobre os cuidados pós-operatórios. Por fim, as políticas para lidar com complicações e emergências que ocorrem dentro do período de 48 horas após a cirurgia **devem** estar em vigor (Griffin, 2009c; Looney, 2008).

UM VETERINÁRIO **DEVE** TOMAR A DECISÃO FINAL QUANTO À ACEITAÇÃO DE QUALQUER PACIENTE PARA CIRURGIA.

É INACEITÁVEL PERMITIR QUE OS ANIMAIS DO ABRIGO SE ACASALEM.

3. IDENTIFICAÇÃO DE ANIMAIS CASTRADOS

O uso de tatuagem permanente é fortemente recomendado para assinalar os cães e gatos no momento da cirurgia de castração (Griffin, 2009c; Looney, 2008). A remoção da ponta de uma das orelhas (ou *pinna* [pavilhão auricular]) é o padrão global aceito para assinalar ou identificar um gato castrado de vida livre ou temperamento indócil (Griffin, 2001; Looney, 2008). Para cada animal, *deve-se* fornecer um certificado de castração ou outro documento apropriado.

TRANSPORTE DE ANIMAIS

Os abrigos de animais podem estar envolvidos no transporte de animais em âmbito local, regional ou internacional. O termo "transporte de animais" tipicamente se aplica aos programas em que os animais são transferidos a uma certa distância de uma organização para outra. Contudo, as recomendações contidas nessa seção *devem* ser aplicadas, independentemente das finalidades, distâncias ou partes envolvidas, uma vez que o manejo e planejamento cuidadosos sempre são necessários para garantir o conforto e a segurança dos animais, além de minimizar o risco de transmissão de doenças.

OS RISCOS E BENEFÍCIOS PARA TODOS OS ANIMAIS AFETADOS POR UM PROGRAMA DE TRANSPORTE **DEVEM** SER CUIDADOSAMENTE PONDERADOS.

A COMUNICAÇÃO CLARA E DIRETA É ESSENCIAL ENTRE OS ENVOLVIDOS EM QUALQUER PROGRAMA DE TRANSPORTE.

Para muitos animais, o transporte é uma medida destinada a salvar a vida deles, embora também traga riscos. Os programas de transporte de animais têm o potencial de propagar doenças infecciosas ao longo dos corredores de condução desses animais e aos novos destinos. O estresse gerado pelo transporte pode aumentar a suscetibilidade a infecções ou a disseminação de vírus no ambiente. O risco de exposição a doenças infecciosas aumenta quando os animais de várias procedências são transportados no mesmo veículo. Além de afetar cada animal transportado, os programas de transporte podem exercer um impacto tanto negativo como positivo sobre outros animais nos abrigos de origem e recepção. Por essa razão, os riscos e benefícios para todos os animais afetados por um programa de transporte **devem** ser cuidadosamente ponderados. A tomada de precauções e cuidados razoáveis ajuda a minimizar o risco; além disso, programas de transporte bem planejados podem ser muito bem-sucedidos.

Esses padrões não têm a intenção de se aplicar a situações de desastre, em que são necessárias evacuações súbitas em grande escala. Pode ser necessário lidar com algumas exceções para o transporte de animais em situações de emergência, em que talvez tenham de ser feitas concessões a curto prazo; no entanto, é recomendável fazer um planejamento prévio de possíveis desastres para minimizar o desvio das práticas aceitas de transporte. *Não se devem* abrir concessões quanto existem muitas oportunidades de planejamento.

1. RESPONSABILIDADES DAS ORGANIZAÇÕES E PARTES ENVOLVIDAS

A) GERAIS

A comunicação clara e direta é essencial entre os envolvidos em qualquer programa de transporte. Uma ficha por escrito de todas as partes envolvidas, incluindo as responsabilidades de cada uma, *deve* ser mantida com detalhes suficientes, a ponto de permitir o rastreamento de volta às origens do animal. Em cada ponto de transferência, **deve-se** identificar uma pessoa para contato. O ideal é que diretrizes por escrito *devam* ser elaboradas de comum acordo com todas as partes (HSUS, 2003; PetSmart, 2006). As diretrizes *devem* atender aos critérios de seleção médica e

comportamental, bem como às exigências de transporte e do local de destino. Para o transporte interestadual, a vacinação contra a raiva é um requisito atual de importação para os cães em todos os estados nos Estados Unidos. A maioria dos estados também exige a vacinação antirrábica para gatos. Um Certificado de Inspeção Veterinária (p. ex., certificado de saúde) válido também é solicitado por grande parte dos estados. É recomendável que os transportadores se familiarizem com os requisitos de importação para todos os destinos. Para os estados nos Estados Unidos, esses requisitos costumam ser regulamentados pelos Departamentos Estaduais de Agricultura e/ou Saúde. Embora os requisitos de companhias aéreas não sejam exigências legais, muitas companhias têm regras especiais para os animais como passageiros.

B) RESPONSABILIDADES NO LOCAL DE ORIGEM

De preferência, o abrigo de onde os animais se originam *deve* ter um programa abrangente de saúde preventiva. Os animais destinados ao transporte **devem** ser vacinados antes ou no momento de sua admissão na organização de origem, *devendo* ser tratados contra ecto e endoparasitas. Além dos exames exigidos pelas regulamentações estaduais ou federais de transporte, todos os animais a serem transportados **devem** ser examinados dentro de 24 horas do transporte em busca de qualquer problema. A saúde e o comportamento dos animais (tais como eles são conhecidos no abrigo de origem) **devem** ser descritos e comunicados com precisão.

Cada animal **deve** ser acompanhado de prontuários médicos claramente redigidos que descrevam o seu estado de saúde e o identifiquem (certificado de saúde, certificado de vacinação contra a raiva e cópia do registro do abrigo). Os animais *devem* ser identificados com o uso de coleira, etiqueta, tatuagem, *microchip* ou qualquer combinação desses métodos, para que as suas informações possam ser conferidas no momento da chegada ao abrigo. Para minimizar o risco de doenças infecciosas e otimizar o bem-estar dos animais, eles *devem* estar em boas condições de saúde no momento do transporte. Contudo, o transporte de animais doentes pode ser justificado quando houver recursos disponíveis para salvá-los (como provisão de cuidados médicos e oportunidades de realojamento) no local de destino e quando se podem tomar determinadas medidas durante o transporte para proporcionar conforto, saúde e segurança a esses animais.

C) RESPONSABILIDADES DURANTE O TRANSPORTE

RECINTO PRIMÁRIO E OCUPAÇÃO

Os *Live Animal Regulations* (LAR, Regulamentos para Transporte de Animais Vivos) emitidos e mantidos pela *International Air Transport Association* (IATA, Associação Internacional de Transporte Aéreo) e pela Animal Welfare Act (Lei de Bem-Estar Animal) não se aplicam diretamente ao transporte terrestre de animais de abrigo, mas são excelentes referências para o transporte de animais. Muitas das recomendações adiante são obtidas desses regulamentos.

Durante o transporte, os animais **devem** ter espaço adequado, condições ambientais confortáveis e boa qualidade de ar. Além disso, os condutores *devem* ter o cuidado de evitar submeter os animais a estresses de aceleração e desaceleração súbitas ou a movimentos laterais (curvas), vibrações ou ruídos excessivos.

Os recintos primários **devem** ser grandes o suficiente, para que os animais consigam fazer determinados movimentos, tais como: (a) levantar-se e sentar-se eretos, (b) virar-se normalmente enquanto estiverem em estação (i. e., em pé) e (c) deitar-se em uma posição natural. Os animais não familiarizados (i. e., desconhecidos) não **devem** ser transportados juntos no mesmo recinto primário. Se mais de um animal estiver no recinto primário, **deve** haver espaço suficiente para que cada ocupante repouse confortavelmente ao

mesmo tempo, sem precisar se deitar um em cima do outro. O recinto **deve** ser resistente e permitir a ventilação adequada. Não *deve* haver bordas afiadas, arestas ou pontas. O revestimento **deve** evitar lesões, desconforto e vazamento de líquidos para outros recintos. *Devem* ser fornecidas camas absorventes. Os animais **devem** ser confinados de forma segura e protegida dentro do recinto. As portas dos recintos primários **devem** estar bem fechadas para evitar aberturas acidentais. Do mesmo modo, os recintos primários **devem** estar bem fixados para impedir o deslocamento dentro do veículo durante o transporte.

Em função de sua maior vulnerabilidade, **deve-se** tomar um cuidado extra ao se transportar filhotes caninos e felinos, incluindo: prevenção da exposição a temperaturas extremas; manutenção de hidratação e nutrição adequadas; e proteção contra a exposição a doenças infecciosas durante o processo de transporte. A menos que eles sejam órfãos, os filhotes caninos e felinos com menos de 8 semanas de vida *devem* ser transportados juntamente com a mãe em um espaço grande o suficiente para que ela se deite de lado com os membros estendidos (i. e., esticados), a fim de garantir maior conforto e facilitar o aleitamento. O transporte de animais com menos de 8 semanas de vida entre os estados é proibido por algumas leis estaduais norte-americanas.

Os animais não *devem* ser sedados, a menos que isso seja recomendado por um veterinário, uma vez que a sedação pode torná-los mais vulneráveis a hipotermia, desidratação e lesões. Caso os animais sejam sedados, **deve-se** fornecer orientação veterinária para a provisão dos devidos cuidados.

VEÍCULOS

Os veículos **devem**, no mínimo, respeitar todos os estatutos federais ou locais, admitindo que esses regulamentos podem não ser suficientes para garantir a segurança e o bem-estar dos animais. Os engradados e as gaiolas não **devem** ser empilhados uns sobre os outros, de modo a aumentar o estresse e o desconforto dos animais, comprometer a ventilação, permitir a queda de material residual da gaiola de cima para a debaixo, interferir na prestação de cuidados e na observação ou dificultar a remoção de emergência.

Cada recinto primário **deve** ser posicionado no espaço de carga dos animais de uma maneira que confira proteção contra o clima e extremos de temperatura. Tal como acontece em instalações fixas, a temperatura ambiente *deve* ser mantida acima de 15,5°C e abaixo de 26,6°C (AVMA, 2008a). No lugar onde se transportam os animais no veículo, *deve-se* colocar um termômetro na altura deles para verificar e controlar a temperatura (NFHS, 2010).

Também **deve** ser garantido um ar fresco (puro), isento de gases do escapamento do veículo (CDA, 2009). O veículo, incluindo o espaço da carga dos animais, *deve* ser aquecido e resfriado, sempre que necessário, para manter a termorregulação normal (CDA, 2009). A colocação de animais amarrados ou não confinados na caçamba (parte de trás) de uma *pickup*[52] aberta para o transporte é inaceitável e ilegal em muitas jurisdições. **Deve** ser dada uma atenção especial à provisão de sombra, uma vez que o veículo estacionado e exposto ao sol, mesmo em temperaturas confortáveis, pode ultrapassar rapidamente os níveis seguros de temperatura.

> OS ANIMAIS NOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE **DEVEM** SER OBSERVADOS PERIODICAMENTE, ALÉM DE TEREM A PERMISSÃO DE DESCANSAR, FAZER EXERCÍCIOS E URINAR/DEFECAR PELO MENOS A CADA 4-6 HORAS.

RESPONSABILIDADES DO TRANSPORTADOR

O condutor do veículo ou o acompanhante dos animais **devem** ter um treinamento suficiente em questões relativas à saúde, ao bem-estar e à segurança animal para reconhecer e atender às necessidades desses animais durante o transporte. Embora não existam regulamentos federais para limitar

[52] *N. de T.: Caminhonete.*

a distância da viagem para os animais de companhia, o risco à saúde e ao bem-estar animal aumenta com a duração da jornada. Por exemplo, a *Federal 28 Hour Law* (Lei Federal de 28 horas) exige que, para cada 28 horas de viagem interestadual, todos os animais tenham pelo menos 5 horas de repouso, período durante o qual eles **devem** ser descarregados para receber água e alimento (Código dos Estados Unidos, Título 49, Capítulo 805).

Todos os cães e gatos **devem** ser observados e ter um tempo de descanso a cada 4-6 horas (NFHS, 2010). Além disso, **deve-se** permitir que os cães adultos se exercitem e façam as suas necessidades a cada 4-6 horas. O *Animal Welfare Act* (Lei de Bem-Estar Animal) exige que o condutor do veículo ou o acompanhante dos animais observem os cães e gatos com a frequência permitida pelas circunstâncias, mas não menos do que uma vez a cada 4 horas (seção 3.90 sobre Cuidados no Trânsito do *Animal and Plant Health Inspection Service* [Serviço de Inspeção Sanitária e Fitossanitária de Animais e Plantas] do *United States Department of Agriculture* [Departamento de Agricultura dos Estados Unidos]). O tempo máximo de transporte para o abrigo de destino (seja ele intermediário ou final) não *deve* ser superior a 12 horas (NFHS, 2010). Os animais não *devem* ser deixados sem vigilância nos momentos em que isso possa ser prejudicial à sua saúde e bem-estar.

Os alimentos **devem** ser fornecidos por, no mínimo, a cada 24 horas para os adultos e, com maior frequência, para os animais com menos de 6 meses de vida. Os cuidadores/tratadores são encarregados de atender às necessidades nutricionais de cada animal. Em função do maior estresse físico durante o transporte, as necessidades de água e alimento podem aumentar, em comparação com as necessidades nutricionais habituais. Se não houver água disponível o tempo todo, ela **deverá** ser fornecida em paradas frequentes para observação dos animais (pelo menos a cada 4 horas).

Os recintos dos animais **devem** ser limpos, trocando-se todo o material usado como cama tantas vezes quantas forem necessárias, para impedir que os animais se sujem com vômitos, urina ou fezes, por exemplo. Se houver a necessidade de remover os animais para a limpeza, **devem-se** tomar medidas protetoras para garantir a segurança dos animais e evitar o escape ou a fuga.

D) RESPONSABILIDADES NO LOCAL DE DESTINO

Os locais de destino **devem** ter pessoal suficientemente treinado e pronto para receber e avaliar os animais no momento de sua chegada às instalações. Cada animal *deve* receber um exame físico documentado na hora da admissão. *Deve* haver atendimento veterinário disponível à chegada para qualquer animal que exija cuidados. A instalação **deve** ter alojamento adequado e preparado para os animais recém-chegados. A necessidade de isolamento ou quarentena desses animais recém-chegados *deve* ser determinada com base nos seguintes fatores: (a) requisitos legais, (b) estado de saúde dos animais, (c) procedência dos animais, e (d) risco de doenças infecciosas, com a devida atenção aos períodos de incubação dos patógenos de interesse e aos efeitos nocivos do aumento no tempo de estadia ou permanência no abrigo.

A COLOCAÇÃO DE ANIMAIS AMARRADOS OU NÃO CONFINADOS NA CAÇAMBA (PARTE DE TRÁS) DE UMA *PICKUP* ABERTA PARA O TRANSPORTE É INACEITÁVEL E TAMBÉM ILEGAL EM MUITAS JURISDIÇÕES.

SAÚDE PÚBLICA

É essencial que os abrigos de animais tomem as precauções necessárias para proteger a saúde e a segurança dos animais, das pessoas e do ambiente, tanto no abrigo como na comunidade. A missão de uma organização nunca *deve* ser alcançada à custa da saúde e segurança públicas.

Os abrigos de animais **devem** estar em conformidade com os regulamentos federais e estaduais de segurança e saúde ocupacional em relação aos riscos químicos, biológicos e físicos no local de trabalho. Instituições como *Centers for Disease Control* (CDC, Centros de Controle de Doenças dos Estados Unidos), *National Institute of Occupational Safety and Health* (NIOSH, Instituto Nacional de Segurança e Saúde Ocupacional dos Estados Unidos) e *Occupational Safety and Health Administration* (OSHA, Administração de Segurança e Saúde Ocupacional dos Estados Unidos) elaboram documentos de orientação para desenvolver um programa de saúde e segurança (boletim informativo sobre "Saúde e Segurança no Trabalho", redigido pela OSHA), bem como para tratar questões específicas de riscos que podem ser relevantes em abrigos, tais como: segurança química (Assistência da OSHA para Indústria de Produtos de Limpeza), exposição a gases anestésicos residuais (Tópicos em Saúde e Segurança, formulados pela OSHA), eliminação ou descarte de material cortante (agulhas, bisturis e outros objetos cortantes, afiados ou pontiagudos) ("Apostila sobre...Segurança em Materiais Cortantes", elaborada pelo CDC), prevenção de alergia ao látex (Publicações n. 98-113 e n. 97-135 do NIOSH), prevenção de asma em manipuladores/tratadores de animais (Publicação n. 97-116 do NIOSH) e exposição a ruídos (Exposição ocupacional a ruídos, segundo o padrão da OSHA; publicação n. 96-110 do NIOSH).

DEVEM SER UTILIZADOS MATERIAIS PARA ABAFAMENTO DOS RUÍDOS NAS ÁREAS DE ALOJAMENTO DOS ANIMAIS, SENDO **OBRIGATÓRIO** O FORNECIMENTO DE PROTETORES AURICULARES[53] PARA OS FUNCIONÁRIOS QUE TRABALHAM EM AMBIENTES RUIDOSOS OU BARULHENTOS.

A exposição a ruídos excessivos (p. ex., latidos, fechamento brusco das portas de gaiolas, compressores ou outros equipamentos) pode levar à perda irreversível da audição; esse risco é frequentemente subestimado. Os níveis sonoros em alguns abrigos de animais regularmente excedem 100 db (Sales, 1997), gerando um problema de saúde e bem-estar tanto para os animais como para os funcionários (Relatórios n. 2006-0212-3035 e 2007-0068-3042 do NIOSH). Nas áreas de alojamento dos animais, *devem* ser utilizados materiais de abafamento ou redução dos ruídos, embora seja **obrigatório** o fornecimento de protetores auriculares para os funcionários que trabalham em ambientes ruidosos ou barulhentos (ver a seção sobre Instalações para obter mais informações sobre o Controle dos Níveis de Ruídos).

Equipamentos de proteção pessoal (como luvas, aventais/jalecos, óculos de proteção, máscaras, etc.) **devem** ser fornecidos pelo empregador para proteger os funcionários da exposição a agentes químicos e biológicos (Equipamentos de Proteção Pessoal, listados pela OSHA). Tais equipamentos **devem** estar disponíveis em vários tamanhos para se ajustar a todos os funcionários, incluindo aqueles com

[53] *N. de T.: Equipamentos de proteção auditiva.*

preocupações especiais, como alergias ao látex. A seleção de equipamentos de proteção pessoal adequados será específica ao local e à tarefa (*CDC Guidance for the Selection and Use of Personal Protective Equipment (PPE) in Healthcare Settings*[54], 2004); portanto, é recomendável uma análise de risco como parte de um programa de saúde e segurança. Os empregados e voluntários *devem* usar luvas e trocá-las com frequência durante os procedimentos de limpeza e desinfecção, especialmente ao remover resíduos/detritos dos animais. Ao lidar com agentes de limpeza ou desinfecção, *deve-se* usar alguma proteção para os olhos (Relatório n. 2007-0068-3042 do NIOSH).

A lavagem frequente das mãos *deve* ser fortemente incentivada, sobretudo após a manipulação dos animais ou depois da retirada dos equipamentos de proteção pessoal. As mãos também *devem* ser lavadas antes de comer, fumar ou tocar nos olhos ou nas mucosas (p. ex., antes da aplicação de lentes de contato). O ideal é que as estações[55] ou pias para a lavagem das mãos *devam* ser de fácil acesso a todos os visitantes, funcionários e voluntários, pois essa medida de higiene é a melhor forma de proteger pessoas e animais nos abrigos contra a possível transmissão de doenças (CDC, 2010).

O tabagismo não *deve* ser permitido em abrigos de animais por conta do perigo de incêndio, bem como por causa dos riscos à saúde de seres humanos e animais associados à inalação passiva da fumaça de cigarro (Rief, 1998; Roza, 2007).

1. ZOONOSES

As doenças zoonóticas são definidas como aquelas que podem ser transmitidas dos animais para o homem. Embora todas as pessoas corram o risco de contrair infecções por agentes zoonóticos, os indivíduos imunocomprometidos apresentam um risco maior. Muitas pessoas talvez não tenham consciência de seu estado imunológico comprometido. A imunidade pode estar debilitada por fatores como idade, doenças, gravidez ou tratamento médico.

As recomendações de vigilância e controle de doenças infecciosas para prevenir a transmissão de doenças entre os animais, abordadas na seção sobre Saúde Geral e Bem-Estar Físico, também ajudarão na prevenção de transmissão de doenças para os seres humanos. Informações confiáveis sobre doenças zoonóticas específicas podem ser encontradas em vários websites (CDC, 2009; ISU Center for Food Security and Public Health Zoonoses Resources[56], 2010; Seattle and King County Zoonotic Disease Program[57], 2010). Os abrigos *devem* fornecer informações e treinamentos periódicos aos funcionários e voluntários sobre o reconhecimento de condições potencialmente zoonóticas e os meios de proteger outros indivíduos da exposição. O treinamento também *deve* identificar para quem se *devem* relatar as preocupações e como reagir em casos de suspeita ou confirmação de doenças zoonóticas. O ideal é que um plano de controle de infecções para o abrigo *deva* abordar as preocupações zoonóticas e seja disponibilizado por escrito a todos os funcionários e voluntários: foi publicado um plano modelo para hospitais veterinários (NASPHV, 2008a). Para algumas doenças (p. ex., raiva, antraz, tularemia e brucelose), é necessária a notificação para autoridades governamentais de saúde humana ou animal. É responsabilidade de cada abrigo saber quais doenças de animais são notificáveis. Uma lista dessas doenças pode ser obtida do veterinário oficial do estado; já as informações sobre doenças veterinárias de interesse à saúde pública podem ser adquiridas junto ao veterinário oficial de saúde pública ou do epidemiologista do estado.

O público não *deve* ter acesso não supervisionado a áreas onde os animais estão isolados por problemas zoonóticos; o acesso dos funcionários a essas áreas *deve* ser limitado. Os recintos de animais com suspeita de doença zoonótica **devem** ser claramente identificados para indicar o problema e tomar as precauções necessárias. Os abrigos *de-*

[54] *N. de T.: Guia do CDC para a seleção e o uso de equipamentos de proteção pessoal em ambientes que prestam cuidados de saúde.*
[55] *N. de T.: Ou postos/locais/pontos.*
[56] *N. de T.: Serviço de Informação sobre Zoonoses do Centro de Segurança Alimentar e Saúde Pública da Universidade do Estado de Iowa (ISU, Iowa State University).*
[57] *N. de T.: Programa de Doenças Zoonóticas de Seattle e do Condado de King.*

vem instituir protocolos satisfatórios de medicina preventiva, como vermifugação profilática e controle de ectoparasitas para diminuir o potencial de exposição a patógenos zoonóticos (CAPC, 2008). Alimentos e bebidas não *devem* ser consumidos por seres humanos em áreas onde os animais estão alojados; também não *deve* ser incentivado o uso de itens que podem ser trazidos pelo público, como copos antivazamento[58], chupetas, brinquedos de dentição[59] e mamadeiras (NASPHV, 2009). Para reduzir ainda mais o risco de transmissão de doenças zoonóticas, os animais não *devem* ter acesso a áreas onde os alimentos para os seres humanos são preparados ou consumidos (NASPHV, 2009).

As informações sobre doenças zoonóticas *devem* ser disponibilizadas às pessoas que visitam o abrigo, adotam os animais ou prestam serviços de acolhimento. Como o estado imunológico de uma pessoa é uma informação médica privilegiada[60], essa pergunta não *deve* ser feita; para comunicar o maior risco de doenças zoonóticas a pessoas imunocomprometidas, pode-se lançar mão de comunicações visuais e folhetos informativos. Esses folhetos *devem* sugerir que os indivíduos imunocomprometidos abordem a seleção de animais de estimação com profissionais de saúde antes da adoção. Em caso de dúvidas, a equipe do abrigo *deverá* orientar as pessoas a consultarem as diretrizes publicadas ou encaminhá-las ao seu médico (CDC, 2009; PAWS, 2006).

2. LESÕES RELACIONADAS COM OS ANIMAIS

Milhares de pessoas são mordidas, arranhadas ou feridas de alguma outra forma por animais de companhia a cada ano. Embora as estimativas sejam amplamente variáveis, os pesquisadores são unânimes na constatação de que as ocorrências de mordidas são subestimadas e as mordidas de animais representam uma ameaça significativa à saúde pública (Patronek, 2009). Embora haja menos relatos de mordidas por gatos do que por cães, uma porcentagem muito maior de mordidas por gatos vem a ser infectada em comparação com aquelas causadas por cães (Garcia, 1997). As infecções de mordidas e arranhões podem se tornar muito graves, ainda que o trauma aos tecidos pareça mínimo, e podem até ser fatais. É impossível prever que tipo de lesão causará infecções graves. Portanto, todas as pessoas feridas por algum animal *devem* buscar por orientação médica.

A raiva é uma doença fatal presente em todos os estados dos Estados Unidos (exceto no Havaí), além de ser prevalente em muitas partes do mundo. A equipe do abrigo **deve** ser capaz de identificar as possíveis exposições ao vírus da raiva e entender os regulamentos que se aplicam à notificação e ao tratamento de mordidas em seres humanos e animais. Para identificar as possíveis exposições ao vírus da raiva, todas as pessoas que apresentam um animal **devem** ser questionadas se esse animal mordeu alguém nos últimos 10 dias ou teve algum contato recente com animais selvagens. Todos os animais que chegam ao abrigo *devem* ser examinados quanto à presença de feridas causadas por mordeduras; os animais que potencialmente foram expostos ao vírus da raiva *devem* ser tratados de acordo com o *NASPHV Rabies Compendium* (Compêndio da Prevenção e Controle da Raiva Animal do NASPHV[61]) e com a orientação de autoridades sanitárias estaduais e locais (NASPHV, 2008b).

É INACEITÁVEL ALOJAR OS ANIMAIS EM ABRIGOS QUE EXIJAM A REMOÇÃO DOS CÃES COM O USO DE LAÇOS DE CAPTURA (TAMBÉM CONHECIDOS COMO CAMBÃO) OU DOS GATOS COM O USO DE REDES OU PINÇAS PARA A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA E CUIDADO DIÁRIOS; PARA ESSES ANIMAIS, **DEVE-SE** FORNECER UM ALOJAMENTO ALTERNATIVO.

DEVE SER REALIZADA UMA INVESTIGAÇÃO COMPLETA E MINUCIOSA DE CADA CASO, ANTES DE SE CONSIDERAR O REALOJAMENTO DE UM ANIMAL COM HISTÓRICO DE MORDIDAS OU COMPORTAMENTO AMEAÇADOR.

Em virtude do maior risco de exposição, as pessoas que habitualmente lidam com ani-

[58] *N. de T.: Em uma tradução literal, spill-proof cups significam copos à prova de derramamento de líquidos ou copos antigotejamento. Para visualizar um copo desse tipo, acesse: https://www.amazon.com/Re-Play-Count-Spill-Proof-Yellow/dp/B007HZBNXY*

[59] *N. de T.: Ou seja, brinquedos para crianças morderem.*

[60] *N. de T.: O mesmo que informação confidencial, ou seja, seu sigilo é protegido por lei.*

[61] *N. de T.: Do inglês The National Association of State Public Health Veterinarians, Associação Nacional dos Veterinários do Estado em Saúde Pública dos Estados Unidos.*

mais de companhia ou vida selvagem *devem* receber vacinas pré-exposição contra a raiva, em conformidade com as recomendações do *Advisory Committee on Immunization Practices*[62] (CDC, 2008). Para ajudar a controlar a raiva animal na comunidade, os abrigos de animais *devem* proceder à vacinação antirrábica antes da adoção, sempre que possível, ou exigir que os animais adotados recebam essa vacina após a adoção (NASPHV, 2008b).

Para evitar mordidas ou outras lesões associadas a animais, todos os funcionários e voluntários *devem* receber o devido treinamento em habilidades básicas para a manipulação de animais, incluindo a identificação de comportamentos potencialmente perigosos. Políticas claras **devem** ser desenvolvidas e aplicadas no que diz respeito ao manejo de animais com problemas comportamentais. As gaiolas de animais conhecidos como agressivos ou potencialmente perigosos **devem** ter uma clara identificação com aviso ou advertência de cautela. Esses animais *devem* ser alojados de tal modo que a equipe do abrigo consiga prestar os cuidados necessários com segurança, sem ter de removê-los do recinto primário (p. ex., cercados/viveiros separados por portas tipo guilhotina e com acessos bilaterais, caixas para gatos ferais). É inaceitável alojar os animais em abrigos que exijam a remoção dos cães com o uso de laços de captura (também conhecidos como cambão) ou dos gatos com o uso de redes ou pinças para a realização da limpeza e cuidado diários; para esses animais, **deve-se** fornecer um alojamento alternativo (como gaiolas com acessos bilaterais ou caixas para gatos ferais). *Deve-se* impedir que o público tenha contato com animais potencialmente perigosos. Também *deve* ser restrito o acesso a áreas onde os animais perigosos em potencial são mantidos; um membro da equipe do abrigo *deve* acompanhar os visitantes quando o acesso for necessário.

Os animais considerados perigosos não *devem* ser realojados em uma casa. **Deve** ser realizada uma investigação completa e minuciosa de cada caso antes de se considerar o realojamento de um animal com histórico de mordidas ou comportamento ameaçador. Aqueles com comportamento questionável *devem* ser cuidadosamente avaliados por pessoas com formação e experiência em comportamento animal. Todas as preocupações relativas ao comportamento dos animais *devem* ser documentadas e discutidas com os possíveis tutores antes da adoção; também se *devem* fornecer recomendações quanto ao manejo desses animais.

3. DOENÇAS EMERGENTES E RESISTÊNCIA ANTIMICROBIANA

Foram identificadas doenças emergentes e reemergentes (p. ex., vírus da influenza [gripe] canina e calicivírus felino sistêmico virulento) em abrigos (Crawford, 2005; Hurley, 2004c; Schorr-Evans, 2003). Como quase 75% das doenças infecciosas emergentes que afetam os seres humanos são de origem animal (Taylor, 2001), os abrigos de animais *devem* monitorar os sinais de doença incomum ou grave. A detecção precoce pode desempenhar um papel importante para minimizar o impacto de uma doença emergente sobre a saúde humana e animal. A prestação de cuidados de várias espécies, o alojamento de animais de várias procedências e a introdução frequente de novos animais em uma população podem criar um ambiente favorável para a mutação e propagação de patógenos (Pesavento, 2007). Para diminuir o risco de desenvolvimento de novos patógenos, *devem-se* empregar a separação das espécies, o manejo adequado da população de animais e a implantação de medidas adequadas de higiene.

O desenvolvimento e a disseminação de resistência antimicrobiana constituem uma séria preocupação em abrigos de animais. As bactérias são capazes de desenvolver resistência a determinados medicamentos. Em alguns casos, essa resistência pode ser transmitida a outras bactérias, incluindo aquelas causadoras de infecções tanto em animais como em seres humanos. Um surto de *Salmonella* resistente a múltiplos fármacos[63] em um

[62] *N. de T.: Comitê Consultivo sobre Práticas de Imunização.*

[63] *N. de T.: Também conhecida como Salmonella multirresistente.*

abrigo provocou 49 enfermidades confirmadas em seres humanos, incluindo 10 internações (Hurley, 2004b); a resposta ao surto envolveu o fechamento da instalação por um período de tempo. *Deve-se* salientar também que, apesar de ser um patógeno principalmente humano, o *Staphylococcus aureus* resistente à meticilina pode contaminar ambientes públicos e infectar inúmeras espécies de animais, incluindo cães e gatos (Baptiste, 2005; Weese, 2005a, 2005b). O uso de antibióticos na rotina para prevenir infecções em animais saudáveis é inaceitável e nunca **deve** substituir um bom manejo da saúde animal (AAFP/AAHA 2006) (ver seção sobre Saúde Geral e Bem-Estar Físico para obter mais informações sobre tratamento médico).

O USO DE ANTIBIÓTICOS NA ROTINA PARA PREVENIR INFECÇÕES EM ANIMAIS SAUDÁVEIS É INACEITÁVEL E NUNCA **DEVE** SUBSTITUIR UM BOM MANEJO DA SAÚDE ANIMAL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores esperam que os abrigos e as comunidades avaliem e estudem este documento para garantir que todos os animais de abrigos em todas as partes do mundo recebam os devidos cuidados de forma humanitária, independentemente da missão ou circunstância do abrigo. As *Diretrizes sobre os Padrões de Cuidados em Abrigos de Animais* pretendem ser uma ferramenta positiva para que os abrigos e comunidades possam (a) reavaliar os cuidados com os animais, (b) identificar as áreas que necessitam de melhorias, (c) distribuir os recursos e (d) implementar soluções, a fim de otimizar o bem-estar, minimizar o número de eutanásias e evitar o sofrimento. A Associação de Veterinários de Abrigos terá como funções avaliar o *feedback* sobre essas recomendações e revisar este documento periodicamente à medida que outras informações estiverem disponíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(TODOS OS SITES DA INTERNET FORAM ACESSADOS NO DIA 22 DE OUTUBRO, 2010).

American Animal Hospital Association (AAHA). AAHA canine vaccine guidelines, revisadas em 2006. Disponível em: http://www.aahanet.org/PublicDocuments/VaccineGuidelines06Revised.pdf

American Animal Hospital Association (AAHA). AAHA Standards of Accreditation, 2008. Disponível em: https://secure.aahanet.org/eweb/startpage.aspx?site=accredaaha

American Animal Hospital Association (AAHA), American Association of Feline Practitioners (AAFP). Pain management guidelines for dogs and cats. J Am Anim Hosp Assoc 2007; 43:235–48.

American Association of Equine Practitioners (AAEP). AAEP care guidelines for equine rescue and retirement facilities, 2004. Disponível em: http://www.aaep.org/pdfs/rescue_retirement_guidelines.pdf

American Association of Feline Practitioners (AAFP). The American Association of Feline Practitioners Feline Vaccine Panel Advisory Report. J Am Vet Med Assoc 2009;229:1406–41. Disponível em: http://www.catvets.com/uploads/PDF/2006_Vaccination_Guidelines_JAVMA.pdf

American Association of Feline Practitioners (AAFP) and American Animal Hospital Association (AAHA). Basic guidelines of judicious therapeutic use of antimicrobials, 2006. Disponível em: http://www.aahanet.org/PublicDocuments/AAFP_AAHA_AntimicrobialGuidelines.pdf

American College of Veterinary Anesthesiologists (ACVA). American College of Veterinary Anesthesiologists'position statement on the treatment of pain in animals, 2006. Disponível em: http://www.acva.org/docs/Pain_Treatment

American College of Veterinary Anesthesiologists (ACVA). American College of Veterinary Anesthesiologists'monitoring guidelines update, 2009. Disponível em:http://ww.acva.org/professional/Position/pstn.asp

American Humane Association (AHA). Guide to humane dog training, 2001. American Humane Association: Denver, CO.

American Kennel Club (AKC). American Kennel Club position statement on deficiencies in the care and condition of dogs, 2006. Disponível em: http://www.akc.org/rules/policymanual.cfm?page=7#Deficiencies

American Kennel Club (AKC). American Kennel Club position statement on proper care, 2008. Disponível em: http://www.akc.org/pdfs/canine_legislation/PBLEG2.pdf

American Sanctuary Association (ASA). Sanctuary criteria, 2009. Disponível em: http://www.asaanimalsanctuaries.org/sanctuary_criteria.htm

American Society for the Prevention of Cruelty to Animals (ASPCA). Shelter regulations (Alabama to Mississippi), 2006a. Disponível em: http://www.aspcapro.org/mydocuments/download.php?f=guide_to_shelter_regulations_2006_al_ms.pdf

American Society for the Prevention of Cruelty to Animals (ASPCA). Shelter regulations (Missouri to Wyoming), 2006b. Disponível em: http://www.aspcapro.org/mydocuments/download.php?f=guide_to_shelter_regulations_2006_mo_wy.pdf

American Society for the Prevention of Cruelty to Animals (ASPCA). Resources and related links. State shelter regulations, 2009. Disponível em: http://www.aspcapro.org/shelter-management-resources-and-related-links.php

American Veterinary Medical Association (AVMA). Task Force on Canine Aggression and Human–Canine Interactions. A community approach to dog bite prevention. J Am Vet Med Assoc 2001; 218:1732–50.

American Veterinary Medical Association (AVMA). AVMA companion animal care guidelines, 2008a. Disponível em: http://www.avma.org/issues/policy/companion_animal_care.asp

American Veterinary Medical Association (AVMA). AVMA Policy: Judicious therapeutic use of antimicrobials, atualizado em 2008b. Disponível em: http://www.avma.org/issues/policy/jtua.asp

American Veterinary Medical Association (AVMA). Model veterinary practice act, 2008c. Disponível em: http://www.avma.org/issues/policy/mvpa.asp

American Veterinary Medical Association (AVMA). AVMA Animal Welfare Principles, 2006. Disponível em: http://www.avma.org/issues/policy/animal_welfare/principles.asp

American Veterinary Medical Association (AVMA). AVMA Guidelines on Euthanasia, 2007. Disponível em: http://www.avma.org/resources/euthanasia.pdf

American Veterinary Medical Association (AVMA). AVMA policy statement on dog and cat population control, 2009a. Disponível em: http://www.avma.org/issues/policy/animal_welfare/population_control.asp

American Veterinary Medical Association (AVMA). AVMA policy statement on early-age (prepubertal) spay/neuter of dogs and cats, 2009b. Disponível em: http://www.avma.org/issues/policy/animal_welfare/spay_neuter.asp

American Veterinary Society of Animal Behavior (AVSAB). Position statement: The use of punishment for behavior modification in animals, 2007. Disponível em: http://www.avsabonline.org/avsabonline/images/stories/Position_Statements/Combined_Punishment_Statements.pdf

Animal Legal Defense Fund (ALDF). Free at Last! ALDF Helps Shut Down Nightmare "Shelter". Disponível em: http://www.aldf.org/article.php?id=571

Animal Rescue Association (ARA). Animal rescue association code of ethics. Disponível em: http://www.anraa.org/downloads/COE_v4.2.pdf

Animal Rescue League of Boston, Center for Shelter Dogs. MATCHUP II behavior evaluation. 2010. Disponível em: www.centerforshelterdogs.org

Animal and Plant Health Inspection Service (APHIS). Final Rule: Humane Treatment of Dogs; Tethering. Federal Register 1997a;62:43272–5.

Animal and Plant Health Inspection Service (APHIS). Painful procedures. Policy 11. 1997b. Disponível em: http://www.aphis.usda.gov/animal_welfare/downloads/policy/policy11.pdf

Appel L. Chapter 22: Spay Neuter. In: Miller L, Zawistowski S (eds). Shelter Medicine for Veterinarians and Staff. Ames, IA: Blackwell Publishing, 2004

Appel M, Gillespie JH. Canine Distemper Virus. New York, Vienna: Springer-Verlag,1972.

Association of Pet Dog Trainers (APDT). Code of professional conduct and responsibility, 2003. Disponível em: http://www.apdt.com/about/mission.aspx

Association of Shelter Veterinarians (ASV). Board position statement on euthanasia. Disponível em: http://www.sheltervet.org/displaycommon.cfm?an=14

Association of Shelter Veterinarians (ASV). Board position statement on infectious disease outbreak management. Disponível em: http://www.sheltervet.org/displaycommon.cfm?an=14

Association of Shelter Veterinarians (ASV). Board position statement on veterinary supervision in animal shelters. Disponível em: http://www.sheltervet.org/displaycommon.cfm?an=14

Association of Zoos and Aquariums (AZA). Animal Husbandry and Welfare, 2009. Disponível em: http://www.aza.org/animal–husbandry–and–welfare/

Association of Zoos and Aquariums (AZA). The accreditation standards and related policies, 2010. Disponível em: http://www.aza.org/uploadedFiles/Accreditation/Microsoft%20Word%20–202010%20Accred%20Standards.pdf

Baptiste KE, Williams K, Willams NJ, et al. Methicillinresistant staphylococci in companion animals. Emerg Infect Dis 2005; 11:1942–4. Disponível em: http://www.cdc.gov/ncidod/EID/vol11no12/05–0241.htm

Bayne K. Developing guidelines on the care and use of animals. Ann NY Acad Sci 1998; 862:105–10.

Beerda B, Schilder MBH, BernadinaW, et al. Chronic stress in dogs subjected to social and spatial restriction. I: Behavioural responses. Physiol Behav 1999a;66:233–42.

Beerda B, Schilder MBH, Bernadina W, et al. Chronic stress in dogs subjected to social and spatial restriction. II: Hormonal and immunological responses. Physiol Behav 1999b;66:243–54.

Beerda B, Schilder MBH, Van Hoof JA, et al. Manifestations of acute and chronic stress in dogs. Appl Anim Behav Sci 1997;52:307–19.

Blackwell EJ, Twells C, Seawright A, et al. The relationship between training methods and the occurrence of behavior problems, as reported by owners, in a population of domestic dogs. J Vet Behav 2008; 3:207–17.

Blum D. The Monkey Wars. New York: Oxford University Press, 1994.

Bollen KS, Horowitz J. Behavioral evaluation and demographic information in the assessment of aggressiveness in shelter dogs. Appl Anim Behav Sci 2008; 112:120–35.

Bourgeois H, Elliot D, Marniquet P, et al. Dietary Preferences of Dogs and Cats. Focus Special Edition Royal Canin Paris: Aniwa Publishing, 2004.

Bowman D. Internal parasites. In: Miller L, Hurley K (eds). Infectious Disease Management in Animal Shelters. Ames: Wiley–Blackwell Publishing, 2009; pp 209–222.

Boyce JM, Pittel D. Guidelines for Hand Hygiene in Health-Care Settings. MMWR 2002; 51:1–44. Disponível em: www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/rr5116a1.htm.

Brent L. Life-long well being: Applying animal welfare science to nonhuman primates in sanctuaries. Appl Anim Behav Sci 2007;10:55–61.

Canadian Council on Animal Care (CACC). VI. Social and behavioral requirements of experimental animals, 1993. Disponível em: http://www.ccac.ca/en/CCAC_Programs/Guidelines_Policies/GUIDES/ENGLISH/V1_93/CHAP/CHVI.HT

Canadian Veterinary Medical Association (CVMA). Humane training methods for dogs, 2004. Disponível em: http://canadianveterinarians.net/ShowText.aspx?ResourceID=1506

Canadian Veterinary Medical Association (CVMA). Raw food diets for pets – Canadian Veterinary Medical Association and Public Health Agency of Canada joint position statement, 2006. Disponível em: http://canadianveterinarians.net/ShowText.aspx?ResourceID=554

Canadian Veterinary Medical Association (CVMA). A code of practice for Canadian kennel operations, 2007. Disponível em: http://canadianveterinarians.net/documents/resources/files/93_kennel%20code%20(entire)%20july%202007.pdf

Canadian Veterinary Medical Association (CVMA). A code of practice for Canadian cattery operations, 2009. Disponível em: https://canadianveterinarians.net/Documents/Resources/Files/1316_CatteryCodeEnglishFINAL%20June8'09.pdf

Carlstead K, Brown JL, et al. Behavioral and physiologic correlates of stress in laboratory cats. Appl Anim Behav Sci 1993; 38:143–58.

Cat Fanciers Association (CFA). Cattery standard minimum requirements, 2009. Disponível em: www.cfainc.org/articles/cattery–standard.html

Centers for Disease Control (CDC). CDC Guidance for the selection and use of personal protective equipment (PPE) in healthcare settings, 2004. Disponível em: http://www.cdc.gov/ncidod/dhqp/pdf/ppe/PPEslides6-29-04.pdf

Centers for Disease Control (CDC). Workbook for designing, implementing, and evaluating a sharps injury prevention program, revisado em 2008. Disponível em: http://www.cdc.gov/Sharpssafety/

Centers for Disease Control (CDC). Healthy pets, healthy people, 2009. Disponível em: http://www.cdc.gov/HEALTHYPETS/browse_by_diseases.htm

Centers for Disease Control (CDC). Wash your hands, 2010. Disponível em: http://www.cdc.gov/Features/HandWashing/

Chalifoux A, Dallaire A. Physiologic and behavioral evaluation of CO euthanasia of adult dogs. Am J Vet Res 1983;44:2412–7.

Cherry B, Burns A, Johnson GS, et al. Salmonella typhimurium Outbreak Associated with a Veterinary Clinic. Emerg Infect Dis 2004;10:2249–51.

Christensen E, Scarlett J, Campagna M, et al. Aggressive behavior in adopted dogs that passed a temperament test. Appl Anim Behav Sci 2007; 106:85–95.

Colorado Department of Agriculture (CDA). Pet animal care facilities program, 2009. Disponível em: http://www.colorado.gov/cs/Satellite/Agriculture-Main/CDAG/1167928257214

Companion Animal Parasite Council (CAPC). General guidelines: controlling internal and external parasites in U.S. dogs and cats, 2008. Disponível em: http://www.capcvet.org/recommendations/guidelines.html#

Coppola CL, Enns RM, Grandin T. Noise in the animal shelter environment: building design and the effects of daily noise exposure. J Appl Anim Welf Sci 1997; 9:1–7.

Coppola C, Grandin T, Enns M. Human interaction and cortisol: Can human contact reduce stress for shelter dogs? Physiol Behav 2006; 87:537–41.

Crawford PC, Dubovi EJ, Castleman WL, et al. Transmission of equine influenza virus to dogs. Science 2005; 310:482–5.

Crouse MS, Atwill ER, Laguna M, et al. Soft Surfaces: A factor in feline psychological well-being. Contemp Top Lab Anim Sci 1995;34:94–7.

Crowell-Davis SL. Aggressive dogs: Assessment and treatment considerations. Compend Contin Educ Vet 2008;80:274–80.

Crowell-Davis SL, Barry K, Wolfe R. Social behavior and aggressive problems of cats. Vet Clin NA Small Anim Pract 1997; 27:549–68.

Crowell-Davis SL. Social organization in the cat: a modern understanding. J Feline Med Surg 2004;6:19–28.

Curtis CF. Current trends in the treatment of Sarcoptes, Cheyletiella and Otodectes mite infestations in dogs and cats. Vet Dermatol 2004;5:108–14.

De Monte M, Le Pape G. Behavioral effects of cage enrichment in single caged adult cats. Anim Welf 1997;6:53–66.

Delta Society. Professional Standards for Dog Trainers. Renton, WA: Delta Society, 2001.

Dinnage J, Scarlett JM, Richards JR. Descriptive epidemiology of feline upper respiratory tract disease in an animal shelter. J Feline Med Surg 2009; 11:816–25.

Donham KJ, Cumro D, Reynolds S. Synergistic effects of dust and ammonia on the occupational health of poultry production workers. J Agromed 2002;8:57–76.

Dowling JM. All together now: Group-housing cats. Animal Sheltering 2003; Mar–April 13:13–26.

Dudding H. Sheriff's deputies raid City of Memphis animal shelter. The Commercial Appeal. Oct 27, 2009. Disponível em: http://www.commercialappeal.com/news/2009/oct/27/sheriffs–deputies–raid–city–memphis–animal–shelter/

Dvorak G, Petersen C. Sanitation and Disinfection. Infectious Disease Management in Animal Shelters. L. Miller and K. F. Hurley. Ames, IA: Wiley-Blackwell, 2009; pp 49–60.

Dybdall K, Strasser R, Katz T. Behavioral differences between owner surrender and stray domestic cats after entering an animal shelter. Appl Anim Behav Sci 2007;104:85–94.

Edinboro CH, Ward MP, Glickman LT. A placebo-controlled trial of two intranasal vaccines to prevent tracheobronchitis (kennel cough) in dogs entering a humane shelter. Prev Vet Med 2004;62:89–99.

Eleraky NZ, Potgeiter LND, Kennedy M. Virucidal efficacy of four new disinfectants. J Am Anim Hosp Assoc 2002;38:231–4.

Ellis SLH, Wells DL. The influence of visual stimulation on the behavior of cats housed in a rescue shelter. Appl AnimBehav Sci 2008;113:166–74.

Eterpi M, McDonnell G, Thomas V. Disinfection efficacy against parvoviruses compared with reference viruses. J Hosp Infect 2009; 73:64–70.

European Council. European convention for the protection of vertebrate animals used for experimental and other scientific purposes, 1986. Disponível em: http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/Html/123.htm

Fakkema D. Euthanasia By Injection Training Guide, Englewood, CO: American Humane Association, 2009.

Fischer SM, Quest CM, Dubovi EJ. Response of feral cats to vaccination at the time of neutering. J Am Vet Med Assoc 2007;230:52–8.

Farm Animal Welfare Council. Five Freedoms. 2009. Disponível em: http://www.fawc.org.uk/freedoms.htm.

Federation of Animal Science Societies (FASS). Chapter 2: General guidelines for animal husbandry da primeira edição revisada (Janiero de 1999) of the GUIDE for the care and use of agricultural animals in agricultural research and teaching. Disponível em: http://www.fass.org/docs/agguide/Chapter02.pdf

Finley R, Reid-Smith R, Ribble C, et al. The occurrence and antimicrobial susceptibility of salmonellae isolated from commercially available canine raw food diets in three Canadian cities. Zoonoses Public Health 2008; 55:462–9.

Food and Drug Administration (FDA). Dispensing veterinary prescription drugs, 2009a. Disponível em: http://www.fda.gov/AnimalVeterinary/ResourcesforYou/FDAandtheVeterinarian/ucm077385.htm

Food and Drug Administration (FDA). Extra-label use of FDA approved drugs in animals, 2009b. Disponível em: http://www.fda.gov/AnimalVeterinary/ResourcesforYou/FDAandtheVeterinarian/ucm077390.htm

Fowler M. Zoo and Wild Animal Medicine. Current Therapy 3. Philadelphia, PA: WB Saunders Co., 1993; pp 547–9.

Fowler ME. Restraint and Handling of Wild and Domestic Animals. Ames: Iowa State University Press, 1995.

Fox MW. Environmental factors influencing stereotyped and alleloimimetic behavior in animals. Lab Anim Care 1965;15:363–70.

Garcia VF. Animal bites and Pasturella Infections. Pediatr Rev 1997;18:127–30.

Gaskell RM, Povey RC. Transmission of feline viral rhinotracheitis. Vet Rec 1982; 111:359–62.

Gaskell RM, Wardlesy RC. Feline viral respiratory disease: a review with particular reference to its epizootiology and control . J Sm Anim Pract 1977; 19:1–16.

Gilbert K. Humane Society Cited in Death of Employee. The Times & Free Press, Chattanooga, TN, July 25, 2000. Disponível em: http://www.virginiavotersforanimalwelfare.com/TennesseeCOdeath7-00.htm

Gilman N. Sanitation in the Animal Shelter. In: Miller L, Zawistowski S (eds). Shelter Medicine for Veterinarians and Staff, 1st edn. Ames, IA: Blackwell Publishing, 2004; pp 67–78.

Global Federation of Animal Sanctuaries (GFAS). Helping sanctuaries help animals, 2009. Disponível em: http://sanctuaryfederation.org/

Gourkow N. The emotional life of cats: Cat sense manual, 2001. British Columbia Society for the Prevention of Cruelty to Animals, Vancouver, Canada.

Graham L, Wells DL, Hepper PG. The influence of olfactory stimulation on the behaviour of dogs housed in a rescue shelter. Appl Anim Behav Sci 2005a;91:143–53.

Graham L, Wells DL, Hepper PG. The influence of visual stimulation on the behaviour of dogs housed in a rescue shelter. Anim Welf 2005b;14:143–8.

Grandin T, Johnson C. Animals in Translation. New York, NY: Scribner, 2004.

Griffin B. Wellness. In: Miller L, Hurley KF (eds). Infectious Disease Management in Animal Shelters, Ames, IA: Blackwell, 2009a; pp 17–38.

Griffin B. Scaredy cat or feral cat: Accurate evaluations help shelter staff provide optimum care. Animal Sheltering 2009b; Nov/Dec: 57–61.

Griffin B. Prolific cats: The impact of their fertility on the welfare of the species. Compend Contin Educ Vet 2001;23:1058–69.

Griffin B, Baker HJ. Domestic cats as laboratory animals. In: Fox JG (ed). Laboratory Animal Medicine. San Diego, CA: Harcourt Academic, 2002.

Griffin B, DiGangi BA, Bohling MW. A review of neutering cats. In: August JR (ed). Consultations in Feline Internal Medicine, Volume 6. St Louis, MO: Elsevier Saunders, 2009c; pp 776–92.

Griffin B, Hume KR. Recognition and management of stress in housed cats. In: August JR (ed). Consultation in Feline Internal Medicine, 5th edn. St Louis, MO: Elsevier Saunders, 2006; pp 717–34.

Griffith CA, Steigerwald ES, Buffington T. Effects of a synthetic facial pheromone on behavior of cats. J Am Vet Med Assoc 2000;217:1154–6.

Hansen LT, Berthelsen H. The effects or environmental enrichment on the behavior of caged rabbits. Appl Anim Behav Sci 2000;68:168–78.

Hart BL, Barrett RE. Effects of castration on fighting, roaming, and urine spraying in adult male cats. J Am Vet Med Assoc 1973;163:290–2.

Hart BL, Eckstein RA. The role of gonadal hormones in the occurrence of objectionable behaviours in dogs and cats. Appl Anim Behav Sci 1997;52:331–44.

Haug LI. Tips to improve restraint. Proceedings of the American College of Veterinary Behaviorists and American Veterinary Society of Animal Behavior. Washington, DC, 2007; pp 77–9.

Hawthorne AJ, Loveridge GG, Horrocks LJ. Housing design and husbandry management to minimize transmission of disease in multicat facilities. Waltham Symposium on Feline Infectious Disease 1995; pp 97–107.

Heleski CR, Mertig AG, Zanella AJ. Results of a national survey of US veterinary college faculty regarding attitudes toward farm animal welfare. J Am Vet Med Assoc 2005;226:1538–46.

Hennessy MB, Davis HN, Williams NT, et al. Plasma cortisol levels of dogs at a county animal shelter. Physiol Behav 1997;62:485–90.

Hennessy MB, Voith VL, Hawke JL, et al. Effects of a program of human interaction and alterations in diet composition on activity of the hypothalamic–pituitary–adrenal axis in dogs housed in a public animal shelter. J Am Vet Med Assoc 2002;221:65–71.

Hennessy MB, Williams M, Miller DD, et al. Influence of male and female petters on plasma cortisol and behaviour: can human interaction reduce the stress of dogs in a public animal shelter? Appl Anim Behav Sci 1998;61:63–77.

Hetts S. Evaluating Behavioral Health. HSUS/Animal Care Training, 2000.

Hetts S, Clark JD, Calpin JP, et al. Influence of housing conditions on beagle behaviour. Appl Anim Behav Sci 1992;34:137–55.

Hiby EF, Rooney NJ, Bradshaw JW. Behavioural and physiological responses of dogs entering re-homing kennels. Physiol Behav 2006;89:385–91.

Hickman MA, Reubel GH, Hoffman DE, et al. An epizootic of feline herpesvirus, type 1 in a large specific pathogen-free cat colony and attempts to eradicate the infection by identification and culling of carriers. Lab Anim 1994;28:320–9.

Hoff JC, Rice EW, Schaefer FW. Comparison of animal infectivity and excystation as maesures of Giardia muris cyst inactivation by chlorine. Appl Environ Microbiol 1985;50:1115–7.

Holt DE, Mover MR, et al. Serologic prevalence of antibodies against canine influenza virus (H3N8) in dogs in a metropolitan animal shelter. J Am Vet Med Assoc 2010;237:710–3.

Houpt KA. Companion animal behavior: a review of dog and cat behavior in the field, the laboratory and the clinic. Cornell Vet 1985;75:248–61.

Hubrecht RC. A Comparison of social and environmental enrichment methods for laboratory housed dogs. Appl Anim Behav Sci 1993;37:345–61.

Hubrecht R. Comfortable quarters for dogs in research institutions. In: Reinhardt V, Reinhardt A (eds). Comfortable Quarters for Laboratory Animals, 9th edn. Washington: Animal Welfare Institute, 2002; pp 56–64. Disponível em: http://www.saplonline.org/pubs/cq/dogs.htm

Hubrecht RC, Serpell JA, Poole TB. Correlates of pen size and housing conditions on the behavioral of kenneled dogs. Appl Anim Behav Sci 1992; 34:365–83.

Humane Society of the United States (HSUS). How to Use a Control Pole. Animal Sheltering, Sep/Oct 1996. Disponível em: http://www.animalsheltering.org/resource_library/magazine_articles/sep_oct_1996/asmSO96_howto.pdf

Humane Society of the United States (HSUS). Getting to know you. What agencies need to find out before transferring animals, 2003. Disponível em: http://www.animalsheltering.org/resource_library/magazine_articles/may_jun_2003/getting_to_know_you.html

Humane Society of the United States (HSUS). Animal Services Consultation Program. Las Vegas, NV: The Animal Foundation Lied Animal Shelter, 2007.

Humane Society of the United States (HSUS). The facts about chaining and tethering. 2009a. Disponível em: http://www.humanesociety.org/issues/chaining_tethering/facts/chaining_tethering_facts.html

Humane Society of the United States (HSUS). North Carolina accident highlights concerns about carbon monoxide euthanasia. 2009b. Disponível em: http://www.animalsheltering.org/resource_library/magazine_articles/the_scoop/carbon_monoxide_nc.html

Humane Society of the United States (HSUS). 2010. General staffing recommendations for kennel caretaking. Disponível em: http://www.animalsheltering.org/resource_library/policies_and_guidelines/kennel_caretaking_staffing.html

Hurley KF. Outbreak management In: Miller L, Hurley KF (eds). Infectious Disease Management in Animal Shelters. Ames, Iowa: Wiley–Blackwell, 2009; pp 39–48.

Hurley KF. Implementing a population health plan in an animal shelter. In: Miller L, Zawistowski S (eds). Shelter Medicine for Veterinarians and Staff. Ames, IA: Blackwell Publishing, 2004a; pp 211–34.

Hurley KF. Outbreak of drug resistant Salmonella at an animal shelter. Animal Sheltering 2004b, November/December:10–12.

Hurley KF. Sick to death: The false tension between providing care and saving lives. Animal Sheltering 2008b; May/June:51–60.

Hurley KF, Baldwin CJ. Developing infectious disease policies and procedures in an animal shelter. In: Petersen CA, Dvorak G, Spickler AR (eds). Maddie's Infection Control Manual for Animal Shelters. Des Moines, IA: Center for Food Security and Public Health, Iowa State University, College of Veterinary Medicine, 2008a; pp 66–79.

Hurley KF, Pesavento PA, Pedersen NC, et al. An outbreak of virulent systemic feline calicivirus disease. J Am Vet Med Assoc 2004c;224:241–9.

Hurnik JF. Welfare of farm animals. Appl Anim Behav Sci 1988;20:105–17.

Hutchinson RR. By-products of aversive control. In: Honig WK, Staddon JER (eds). Handbook of Operant Behavior. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1977; pp 415–31.

Institute of Laboratory Animal Research, Commission on Life Sciences, National Research Council (ILAR). Guide for the Care and Use of Laboratory Animals, US Department of Health and Human Service, National Institutes of Health, NIH Publication No. 86–23, 1996.

International Veterinary Academy of Pain Management (IVAPM). Treating pain in companion animals. Disponível em: http://www.vasg.org/ivapm_pet_owner_info_sheet_11_2005.pdf

ISU Centre for Food Security and Public Health Zoonoses Resources. Zoonotic disease resources, 2010. Disponível em: http://www.cfsph.iastate.edu/Zoonoses/zoonotic-disease-resources.php

Jenkins K. Recognizing and reducing stress for shelter animals. Denver, CO: Denver Dumb Friends League, 1997.

Johnson T. The Animal shelter building: design and maintenance of a healthy and efficient facility. In: Miller L, Zawistowski S (eds). Shelter Medicine for Veterinarians and Staff. Ames, IA: Blackwell Publishing, 2004; pp 55–66.

Johnston SD. Questions and answers on the effects of surgically neutering dogs and cats. J Am Vet Med Assoc 1991;198:1206–14.

Kennedy MA, Mellon VS, Caldwell G, et al. Virucidal efficacy of the newer quaternary ammonium compounds. J Am Anim Hosp Assoc 1995;31:254–8.

Kessler MR, Turner DC. Stress and adaptation of cats (Felis silvestris catus) housed singly, in pairs, and in groups in boarding catteries. Anim Welf 1997;6:243–54.

Kessler MR, Turner DC. Socialization and stress in cats (Felis silvestris catus) housed singly and in groups in animal shelters and in groups in animal shelters. Anim Welf 1999a;8:15–26.

Kessler MR, Turner DC. Effects of density and cage size on stress in domestic cats (Felis silvestris catus) housed in animal shelters and boarding catteries. Anim Welf 1999b;8:259–67.

King County Animal Services. Strategic Plan and Operational Master Plan 2009–2011. Disponível em: http://kingcounty.gov/council/issues/animals.aspx

Kohn B. Zoo animal welfare. Rev Sci Tech Off Int Epiz 1994;13:233–45.

Kulpa-Eddy JA, Taylor S, Adams KM. USDA Perspective on Environmental Enrichment for Animals. ILAR J 2005;46:83–94.

Kustritz MV. Determining the optimal age for gonadectomy of dogs and cats. J Am Vet Med Assoc 2007;231:1665–75.

LA Times. One-fourth of new animal hoarding cases involve rescuers, ASPCA expert says. Sept 2, 2010. Disponível em: http://latimesblogs.latimes.com/unleashed/2010/09/one-fourth-of-new-animal-hoardingcases-involve-rescuers-aspca-expert-says.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+Unleashedblog+(L.A.+Unleashed+Blog)

Lago A, McGuirk SM, Bennett TB, et al. Calf respiratory disease and pen microenvironments in naturally ventilated calf barns in winter. J Dairy Sci 2006; 89:4014–25.

Larson L, Newbury S, Shultz RD. Chapter 5: Canine and feline vaccinations and immunology. In: Miller L, Hurley K (eds). Infectious Disease Management in Animal Shelters. Ames, IA: Wiley–Blackwell, 2009; pp 61–82.

Laule GE. Positive reinforcement training and environmental reinforcement: enhancing animal wellbeing. J Am Vet Med Assoc 2003; 223:969–73.

Lawler DF. Prevention and management of infection in kennels. In: Greene CE (ed). Infectious Diseases of the Dog and Cat, 3rd edn. St. Louis: WB Saunders Co, 2006; pp 1046–51.

Ledger RA, Baxter M, McNicholas J. Temperament testing dogs in a rescue shelter: Improving owner–dog compatibility. In: Rutter SM, Rushen J, Randle HD, Eddison JC (eds). Proceedings of the 29th International Congress of the ISAE, Exeter, UK. Wheathampstead, UK: Universities Federation for Animal Welfare, 1995; pp 101–2.

Ledger RA, Baxter MR. The development of a validated test to assess the temperament of dogs in a rescue shelter. In: Mills DS, Heath SE, Harrington LJ (eds). Proceedings of the First International Conference on Veterinary Behavioral Medicine, Birmingham, UK. Wheathampstead, UK: Universities Federation for Animal Welfare, 1997; pp 87–92.

LeJeune JT, Hancock DD. Public health concerns associated with feeding raw meat diets to dogs. J Am Vet Med Assoc 2001;219:1222–5.

Lenz J, Joffe D, Kauffman M, et al. Perceptions, practices, and consequences associated with foodborne pathogens and the feeding of raw meat to dogs. Can Vet J 2009;50:637–43.

Leuscher AU, Medlock RT. The effects of training and environmental alterations on adoption success of shelter dogs. Appl Anim Behav Sci 2009;117:63–8.

Lewis LD, Morris ML, Hand MS. Small Animal Clinical Nutrition III. Topeka, KS: Mark Morris Associates, 1987; pp 1–10.

Levy JK. Feral cat management. In: Miller L, Zawistowski S (eds). Shelter Medicine for Veterinarians and Staff. Ames, IA: Blackwell Publishing, 2004; pp 377–88.

Line SW, Clarke AS, Markowitz H, et al. Responses of female rhesus macaques to an environmental enrichment apparatus. Lab Anim 1990;24:213–20.

Looney AL, Bohling MW, Bushby PA, et al. The Association of Shelter Veterinarians veterinary medical care guidelines for spay/neuter programs. J Am Vet Med Assoc 2008; 233:74–86.

Lord L, Pennell ML, Ingwersen W, et al. In vitro sensitivity of commercial scanners to microchips of various frequencies. J Am Vet Med Assoc 2008;233:1723–8.

Loveridge GG. Provision of environmentally enriched housing for cats. Animal Technology 1994;45:69–87.

Loveridge GG, Horrocks LJ, Hawthorne AJ. Environmentally enriched housing for cats when singly housed. Anim Welf 1995;4:135–41.

Loveridge GG. Environmentally enriched dog housing. Appl Anim Behav Sci 1998;59:101–13.

Lowe SE, Bradshaw JWS. Effects of socialisation on the behaviour of feral kittens. Proceedings of the Third International Congress on Veterinary Behavioural Medicine,Vancouver, 2001.

Maple TL. Strategic collection planning and individual animal welfare. J Am Vet Med Assoc 2003;223:966–8.

Marder A. A comparison of reported canine behavior in pre adoptive and post adoptive homes. Proceedings of the 5th International Veterinary Behavior Conference, Minneapolis, MN, 2005.

Massachusetts Dept of Agriculture (MDAR). Rescue shelters, 2009. Disponível em: http://www.mass.gov/agr/animalhealth/emergency_order.htm

McCobb EC, Patronek GJ, Marder A, et al. Assessment of stress levels among cats in four animal shelters. J Am Vet Med Assoc 2005;226:548–55.

McCune S. Enriching the environment of the laboratory cat. In: Smith CP, Taylor V (eds). Environmental enrichment information resources for laboratory animals: 1965–1995: Birds, cats, dogs, farm animals, ferrets, rabbits, and rodents. AWIC Resource series No 1. Beltsville, MD: USDA with Potters Bar, Herts, UK: Universities Federation for Animal Welfare. (UFAW), 1995a; pp 27–42. Disponível em: http://www.nal.usda.gov/awic/pubs/enrich/labcat.htm

McCune S. The impact of paternity and early socialization on the development of cats' behaviour to people and novel objects. Appl Anim Behav Sci 1995b;45:109–24.

Mckinnon J. Pittsburgh Post-Gazette. Judge orders owner of Tiger Ranch to jail. October 6, 2009. Disponível em: http://www.post-gazette.com/pg/09279/1003352-54.stm

McMillan FD. Development of a mental wellness program for animals. J Am Vet Med Assoc 2002;220:965–72.

McMillan FD. Quality of life in animals. J Am Vet Med Assoc 2000;216:1904–10.

Mench JA. Farm animal welfare in the USA: Farming practices, research, education, regulation, and assurance programs. Appl Anim Behav Sci 2008;113:298–312.

Mertens PA, Unshelm J. Effects of group and individual housing on the behavior of kenneled dogs in animal shelters. Anthrozoos 1996;9:40–51.

Miller EA. Minimum standards for wildlife rehabilitation, 3rd edn. National Wildlife Rehabilitators Association and International Wildlife Rehabilitation Council, 2000. Disponível em: http://theiwrc.org/wp-content/uploads/2010/08/MSWR.pdf

Miller L, Hurley K. Chapter 8: Dog and cat care in the animal shelter. In: Miller L, Zawistowski S (eds). Shelter Medicine for Veterinarians and Staff. Ames, IA: Blackwell Publishing, 2004a

Miller L. Hurley K. (eds). Infectious Disease Management in Animal Shelters. Ames, IA: Blackwell Publishing, 2009.

Miller L, Zawistowski S (eds). Shelter Medicine for Veterinarians and Staff. Ames, IA: Blackwell Publishing, 2004b.

Moriello KA Deboer DJ, Volk LM, Sparkes A, Robinson A. Development of an in vitro, isolated, infected spore testing model for disinfectant testing of Microsporum canis isolates. Vet Dermatol 2004;15:175–80.

Morley PS, Morris SN, Hyatt DR, et al. Evaluation of the efficacy of disinfectant footbaths as used in veterinary hospitals. J Am Vet Med Assoc 2005;226:2053–8.

Morley PS, Strohmeyer RA, Tankson JD, et al. Evaluation of the association between feeding raw meat and Salmonella enterica infections at a Greyhound breeding facility. J Am Vet Med Assoc 2006;228:1524–32.

National Animal Care and Control Association (NACA). Determining Kennel Staffing Needs. 2009a. Disponível em: http://www.nacanet.org/kennelstaffing.html

National Animal Care and Control Association (NACA). Mays D (ed). Training Manual. 2009b. Kansas City, MO: National Animal Care and Control Association.

National Animal Care and Control Association (NACA). National Animal Control Association Guidelines. Disposition of Animals – Euthanasia. 2010 Disponível em: http://www.nacanet.org/guidelines.html#euthanasia

National Association of State Public Health Veterinarians (NASPHV). Zoonotic disease prevention in veterinary personnel. J Am Vet Med Assoc 2008a;233:417–31. Disponível em: http://www.avma.org/services/Compendium_of_Veterinary_Standard_Precautions.pdf

National Association of State Public Health Veterinarians (NASPHV). Compendium of animal rabies prevention and control. MMWR 2008b; 57 / No. RR–2. Disponível em: http://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/rr5702a1.htm

National Association of State Public Health Veterinarians (NASPHV). Compendium of measures to prevent disease associated with animals in public settings. MMWR 2009; 58 / No. RR–5. Disponível em: http://www.cdc.gov/mmwr/pdf/rr/rr5404.pdf

National Federation of Humane Societies (NFHS). Position statement on animal transport protocols. 2010. Disponível em: http://www.humanefederation.org/TransferOverview.cfm

National Institute for Occupational Safety and Health (NIOSH). Latex allergy: A prevention guide. NIOSH Publication No. 98-113. Disponível em: http://www.cdc.gov/niosh/98-113.html

National Institute for Occupational Safety and Health (NIOSH). Preventing allergic reactions to natural rubber latex in the workplace. NIOSH Publication No. 97-135. Disponível em: http://www.cdc.gov/niosh/latexalt.html

National Institute for Occupational Safety and Health (NIOSH). Preventing Occupational Hearing Loss—A Practical Guide. Disponível em: http://www.cdc.gov/niosh/docs/96-110/default.html

National Institute for Occupational Safety and Health (NIOSH). Preventing asthma in animal handlers. NIOSH Publication No. 97-116. Disponível em: http://www.cdc.gov/niosh/pdfs/97-116sum.pdf

National Institute for Occupational Safety and Health (NIOSH). Evaluation of Carbon Monoxide (CO) Exposures during Euthanasia of Animals at the City of Liberal, Kansas, Animal Shelter. NIOSH Health Hazard Evaluation Report. HETA #2004-0123-2939, May 2004. Disponível em: http://www.cdc.gov/niosh/hhe/reports/pdfs/2004-0123-2939.pdf

National Institute for Occupational Safety and Health (NIOSH). Health Hazard Evaluation Report: Louisiana Society for the Prevention of Cruelty to Animals, Algiers, Louisiana. NIOSH Report No. 2007-0068-3042. 2007a. Disponível em: http://www.cdc.gov/niosh/hhe/reports/pdfs/2007-0068-3042.pdf

National Institute for Occupational Safety and Health (NIOSH). Health hazard evaluation report: Kenton County Animal Shelter, Covington, KY. Cincinnati, OH. NIOSH Report No. 2006-0212-3035. 2007b. Disponível em: http://www.cdc.gov/niosh/hhe/reports/pdfs/2006-0212-3035.pdf

Neidhart L, Boyd R. Companion animal adoption study. J Appl Anim Welf Sci 2002;5:175–92.

Neilson J. Thinking outside the box: feline elimination. J Feline Med Surg 2004;6:5–11.

Netto WJ, Planta DJU. Behavioural testing for aggression in the domestic dog. Appl Anim Behav Sci 1997;52:243–63.

New Zealand Ministry of Agriculture. Animal Welfare Advisory Committee. Code of Recommendations and Minimum Standards for the Welfare of Animals in Boarding Establishments, 1993. Disponível em: http://www.biosecurity.govt.nz/animal-welfare/codes/boarding/index.htm

New Zealand Ministry of Agriculture. Animal Welfare Advisory Committee. Code of recommendations and minimum standards for the welfare of dogs,1998. Disponível em: http://www.biosecurity.govt.nz/animalwelfare/codes/dogs

New Zealand Ministry of Agriculture. Animal Welfare Advisory Committee. Companion cats code of welfare, 2007. Disponível em: http://www.biosecurity.govt.nz/animal–welfare/codes/companion–cats

Newbury SP. Animal flow-through and capacity planning. Proceedings of the Western States Veterinary Conference, 2009a.

Newbury SP. Five key population management factors affecting shelter animal health. Proceedings of the Western States Veterinary Conference, 2009b.

Occupational Safety and Health Administration (OSHA). Job Safety and Health. Fact Sheet OSHA 93-01. Disponível em: http://www.osha.gov/pls/oshaweb/owadisp.show_document?p_table=FACT_SHEETS&p_id=140

Occupational Safety and Health Administration (OSHA). Safety and health topics. Waste anesthetic gasses. Dispnível em: http://www.osha.gov/SLTC/wasteanestheticgases/

Occupational Safety and Health Administration (OSHA). Occupational noise exposure 1910.95. Disponível em: http://www.osha.gov/pls/oshaweb/owadisp.show_document?p_table=standards&p_id=9735

Occupational Safety and Health Administration (OSHA). OSHA Assistance for Cleaning Industry. Disponível em: http://www.osha.gov/dcsp/products/topics/cleaningindustry/index.html

Occupational Safety and Health Administration (OSHA). Personal protective equipment. OSHA 3151-12R. Disponível em: http://www.osha.gov/Publications/osha3151.pdf

Ottway DS, Hawkins DM. Cat housing in rescue shelters: a welfare comparison between communal and discreteunit housing. Anim Welf 2003;12:173–89.

Overall KL. Recognizing and managing problem behavior in breeding catteries. In: August JR (ed). Consultations in Feline Internal Medicine, Current Therapy 3. Philadelphia, PA: WB Saunders, 1997.

Overall KL, Dyer D. Enrichment strategies for laboratory animals from the viewpoint of clinical veterinary behavioral medicine; emphasis on cats and dogs. ILAR J 2005;46:202–15.

Patronek GJ, Lacroix C. Developing an ethic for veterinarians and other animal caregivers on abuse, discipline, and restraint. J Am Vet Med Assoc 2001;218:514–7.

Patronek GJ, Slavinsky S. Animal bites: an update. J Am Vet Med Assoc 2009;234:336–45.

Patronek GJ, Sperry E. Quality of life in long term confinement. In: August JR (ed). Consultations in Feline Internal Medicine, Current Therapy 4. Philadelphia, PA: WB Saunders, 2001; pp 621–34.

Paul-Murphy J, Ludders J, Robertson SA, et al. The need for a cross-species approach to the study of pain in animals. J Am Vet Med Assoc 2004;224: 692–7.

Peat D. Toronto Humane Society raided. Toronto Sun. November 27, 2009. Disponível em: http://www.torontosun.com/news/torontoandgta/2009/11/27/11950476.html

Pesavento A, Bannasch MJ, Bachmann R, et al. Fatal Streptococcus canis infections in intensively housed shelter cats. Vet Pathol 2007;44:218–21.

Pet Care Services Association (PCSA). Standards and practices for pet care services providers, 2009. Disponível em: http://www.petcareservices.org/files/comm_id_46/STANDARDS_&_PRACTICES.pdf

Pet Industry for Joint Industry Council (PIJAC). Animal care guidelines for the retail pet industry, 2009. Disponível em: http://www.pijac.org/_documents/guide_finalco.pdf

Peterson CA, Dvorak G, Spickler AR (eds). Maddie's Infection Control Manual for Animal Shelters. Ames, IA: Iowa State University; Center for Food Security and Public Health; 2008.

Petersen CA, Dvorak G, Steneroden K. Introduction to infection control for animal shelters. In: Petersen CA, Dvorak G, Spickler AR (eds). Maddie's Infection Control Manual for Animal Shelters. Ames. IA: Iowa State University, Center for Food Security and Public Health, 2008; pp 4–14.

Pets Are Wonderful Support (PAWS). Safe pet guidelines: A comprehensive guide for immunocompromised animal guardians, 2006, Disponível em http://www.pawssf.org/Document.Doc?id=14

PetSmart Charities. Rescue Waggin'. 2006. Disponível em: http://www.humanestrategies.org/html/rescue_waggin_.html

Phillips K. Dog bite law, 2009. Disponível em: http://www.dogbitelaw.com/

Povey RC, Johnson RH. Observations on the epidemiology and control of viral respiratory disease in cats. J Sm Anim Pract 1970;11:485–94.

Quesenberry K, Quesenberry P, Carpenter JW. Ferrets, Rabbits and Rodents. 2nd edn. Philadelphia, PA: Elsevier Science, 2003.

Reeve CL, Spitzmuller C, Rogelberg SG, et al. Employee reactions and adjustment to euthanasia related work: identifying turning points through retrospective narratives. J Appl Anim Welf Sci 2004;7:1–25.

Reif JS, Bruns C, Lower KS. Cancer of the nasal cavity and paranasal sinuses and exposure to environmental tobacco smoke in pet dogs. Am J Epidemiol 1998;147:488–92.

Reisner IR, Houpt KA, Erb HN, et al. Friendliness to humans and defensive aggression in cats: the influence of handling and paternity. Physiol Behav 1994; 55:1119–24.

Rhoades R. Euthanasia Training Manual. Washington, DC: Humane Society Press, 2002.

Robertson SA. What is pain? J Am Vet Med Assoc 2002;221:202–5.

Rochlitz I. Recommendations for the housing of cats in the home, in catteries and animal shelters, in laboratories and in veterinary surgeries. J Feline Med Surg 1999;1:181–91.

Rochlitz I. Comfortable quarters for cats in research institutions. In: Reinhardt V, Reinhardt A (eds). Comfortable Quarters for Laboratory Animals, 9th edn. Washington, DC: Animal Welfare Institute, 2002. Disponível em: http://www.awionline.org/www.awionline.org/pubs/cq02/Cq–cats.html

Rochlitz I. Housing and welfare: shelters and catteries In: Rochlitz I (ed). The Welfare of Cats. Cambridge, MA: Springer, 2005; pp 177–205.

Rochlitz I, Podberscek AL, Broom DM. Welfare of cats in a quarantine cattery. Vet Rec 1998;143:35–9.

Rogelberg SG, DiGiacomo N, Reeve CL, et al. What shelters can do about euthanasia-related stress: an examination of recommendations from those on the front line. J Appl Anim Welf Sci 2007;10:331–47.

Roza MR, Viegas CAA. The dog as a passive smoker: effects of exposure t environmental smoke on domestic dogs. Nic Tobacco Res 2007;9:1171–6.

Rylander R. Endotoxin and occupational airway disease. Curr Opin Allergy Clin Immunol 2006; 6:62–6.

Rylander R. Endotoxin in the air: Good or bad for you? Clin Pulm Med 2007;14:140–7.

Sales GD, Hubrecht R, Peyvandi A, et al. Noise in dog kenneling: Is barking a welfare problem for dogs? Appl Anim Behav Sci 1997;52:321–9.

Schipper LL, Vinke CM, Schilder MBH, et al. The effect of feeding enrichment toys on the behaviour of kenneled dogs (Canis familiaris). Appl Anim Behav Sci 2008;114:182–95.

Schorr-Evans EM, Poland A, Johnson WE, et al. An epizootic of highly virulent feline calicivirus in a hospital setting in New England. J Feline Med Surg 2003;5:217–26.

Scientists Center for Animal Welfare (SCAW). Gonder JC, Smeby RR, Wolfe TL (eds). Performance standards and animal welfare: definition, application, and assessment, Parts I & II. Greenbelt, MD: Scientists' Center for Animal Welfare, 2001.

Scott FW. Virucidal disinfectants and feline viruses. Am J Vet Res 1980; 41:410–14.

Seattle and King County. Zoonotic Disease Program, 2010. Disponível em: http://www.kingcounty.gov/healthservices/health/ehs/zoonotics.aspx

Segurson SA, Serpell JA, Hart BL. Evaluation of a behavior assessment for use in characterization of behavioral problems of dogs relinquished to animal shelters. J Am Vet Med Assoc 2005; 227:1755–61.

Shepherdson DJ, Carlstead K, Mellen JD, et al. The influence of food presentation on the behavior of small cats in confined environments. Zoo Biol 1993; 12:203–16.

Siegford JM, Walshaw SO. Validation of a temperament test for domestic cats. Anthrozoos 2003;16:332–51.

Sinclair L. Euthanasia. In: Miller L, Zawistowski S (Eds). Shelter Medicine for Veterinarians and Staff. Ames, IA: Wiley–Blackwell, 2004

Slater MR. Understanding and controlling of feral cats in practice. In: August JR (ed). Consultations in Feline Internal Medicine, 4th edn. Philadelphia, PA: W.B. Saunders, 2001; pp 561–70.

Smith M. Sanitation and disease control. In: Shelter environment operational guide. Denver, CO: American Humane Association, 2005

Spreng M. Possible health effects of noise induced cortisol increase. Noise Health 2000;2:59–63.

Stephen J, Ledger R. Relinquishing dog owners' ability to predict behavioural problems in shelter dogs post adoption. Appl Anim Behav Sci 2007;107:88–99.

Stephen JM, Ledger RA. An audit of behavioral indicators of poor welfare in kenneled dogs in the UK. J Appl Anim Welf Sci 2005; 8:79–95.

Sternberg S. Successful Dog Adoption. Indianapolis, IN: Wiley Publishing, 2003.

Taylor LH, Latham SM, Woolhouse ME. Risk factors for human disease emergence. Philos Trans R Soc Lond B Biol Sci 2001; 356:983–9.

Thorn J, Templeton K, et al. Conditioning shelter dogs to sit. J Appl Anim Welf Sci 2006;9:25–39.

Tod E, Brander D, Waran N. Efficacy of dog appeasing hormone in reducing stress and fear-related behaviors in shelter dogs. Appl Anim Behav Sci 2005;93:295–308.

Tuber DS, Miller DD, Caris KA, et al. Dogs in animal shelters: problems, suggestions and needed expertise. Psychological Science 1999; 10:379–86.

Tuber DS, Sander S, Hennessy MB, et al. Behavioral and glucocorticoid responses of adult domestic dogs (Canis familiaris) to companionship and social separation. J Comp Psychol 1996;110:103–8.

University of California (UC Davis). Koret Shelter Medicine Program, 2009. Disponível em: http://www.sheltermedicine.com/

Urban JE, Broce A. Flies and their bacterial loads in greyhound dog kennels in Kansas. Curr Microbiol 1998;36:164–70.

US Code Title 49, Chapter 805. Disponível em: http://uscode.house.gov/download/pls/49C805.txt

USDA/APHIS. Animal Welfare Regulations [Code of Federal Regulations] [Title 9, Volume 1] [Revisado desde 1 de janeiro de 2008] From the U.S. Government Printing Office via GPO Access [CITE: 9CFR3.5] Sec. 3.5 Mobile or traveling housing facilities. Disponível em: www.aphis.usda.gov/animal_welfare/downloads/awr/awr.pdf

USDA/APHIS. Section 3.90. Care in transit. Disponível em: www.aphis.usda.gov/animal_welfare/downloads/awr/awr.pdf

Van der borg JAM, Netto WJ, Planta DJU. Behavioural testing of dogs in animal shelters to predict problem behavior. Appl Anim Behav Sci 1991; 32:237–51.

Veissier I, Butterworth A, Bock B, et al. European approaches to ensure good animal welfare. Appl Anim Behav Sci 2008;113:279–97.

Virginia Department of Agriculture and Consumer Services, Office of the State Veterinarian. Disponível em: http://www.virginia.gov/vdacs_ar/cgi–bin/Vdacs_search.cgi

Vogt AH, Rodan I, Brown M. AAFP–AAHA Feline Life Stage Guidelines, 2010; p 81. Disponível em: http://www.aahanet.org/PublicDocuments/FelineLifeStageGuidelines.pdf

Wardley RC, Povey RC. Aerosol transmission of feline caliciviruses. An assessment of its epidemiological importance. Br Vet J 1977;133:504–8.

WBZN News. Tenth Life sanctuary for unwanted pets, 2009. Disponível em: http://www.abc-7.com/Global/story.asp?S=11471395

Weese JS, Faires M, Rousseau J, et al. Cluster of methicillin-resistant Staphylococcus aureus colonization in a small animal intensive care unit. J Am Vet Med Assoc 2005a;231:1361–4.

Weese JS, Rousseau J, Traub-Dargatz JL, et al. Community-associated methicillin-resistant Staphylococcus aureus in horses and humans who work with horses. J Am Vet Med Assoc 2005b;226:580–3.

Weese JS, Peregrine AS, Armstrong J. Occupational health and safety in small animal veterinary practice: Part II – Parasitic zoonotic diseases. Can Vet J 2002;43:799–802.

Wells D. A note on the influence of visual conspecific contact on the behavior of sheltered dogs. Appl Anim Behav Sci 1998;60:83–8.

Wells D. A review of environmental enrichment for kenneled dogs Canis familiaris. Appl Anim Behav Sci 2004a;85:307–17.

Wells DL. The influence of toys on the behavior and welfare of kenneled dogs. Anim Welf 2004b;13:367–73.

Wells DL, Graham L, Hepper PG. The influence of auditory stimulation on the behaviour of dogs housed in a rescue shelter. Anim Welf 2002;11:385–93.

Wells D, Hepper P. The influence of environmental change on the behaviour of sheltered dogs. Appl Anim Behav Sci 2000;68:151–62.

Wemelsfelder F. Animal boredom: Understanding the tedium of confined lives, In: McMillan FD (ed). Mental Health and Wellbeing in Animals. Ames, IA: Blackwell Publishing, 2005; pp 79–91.

Wielebnowski N. Stress and distress: evaluating their impact for the well-being of zoo animals. J Am Vet Med Assoc 2003;223:973–7.

Wojciechowska JI, Hewson CJ. Quality of life assessment in pet dogs. J Am Vet Med Assoc 2005;226:722–8.

GLOSSÁRIO DE TERMOS

Analgésico – medicamento para tratar ou aliviar a dor.

Animal Welfare Act (Lei de Bem-Estar dos Animais) – sancionada em 1966. É a única lei federal nos Estados Unidos que regula o tratamento de animais em pesquisas, exposições, exibições, transportes e por comerciantes e/ou revendedores. Não abrange abrigos.

Antimicrobiano – uma substância que mata ou inibe o crescimento de patógenos, como bactérias, fungos ou protozoários, além de destruir agentes virais.

Bioativo – qualquer coisa que exerça um efeito sobre o tecido vivo.

Ritmo circadiano – um ciclo de 24 horas nos processos vitais dos animais, frequentemente usado em referência a ciclos de luz e escuridão (claro-escuro).

Coorte – um conjunto de pessoas ou animais que partilham um evento (acontecimento) dentro do mesmo período de tempo.

Despovoamento – reduzir significativamente o número de animais no abrigo através da eutanásia.

Desinfecção – um processo que matará a maioria dos patógenos em uma determinada área. Em abrigos, um desinfetante é geralmente uma substância ou produto químico.

Endotoxina – substâncias liberadas por certas bactérias ou parte delas, as quais podem ter efeitos tóxicos sobre as pessoas ou os animais.

Enriquecimento – um processo para atender às necessidades comportamentais dos animais através da melhoria dos cuidados relativos ao ambiente e ao comportamento (p. ex., brinquedos, poleiros, camas, esconderijos, etc.).

Eutanásia – o ato de provocar a morte de um animal, utilizando técnicas humanitárias. Para os propósitos deste documento, a eutanásia humanitária é realizada com injeção intravenosa ou intraperitoneal de uma solução de pentobarbital sódico.

Fômite – um objeto que pode vir a ser contaminado e transmitir patógenos de um animal para o outro (p. ex., mãos, roupas, equipamentos).

Alojamento em grupo – colocação de muitos animais em um recinto primário.

Período de incubação – o período de tempo desde o momento em que um animal é infectado pela primeira vez com um patógeno até o aparecimento dos sinais clínicos de doença.

Dose infecciosa – o número de patógenos necessários para causar infecção e doença.

Entrada – o momento de admissão de animais no abrigo.

Intracardíaco (IC) – administrado diretamente no coração.

Intramuscular (IM) – administrado no músculo.

Intraperitoneal (IP) – administrado na cavidade peritoneal ou no abdômen.

Intravenosa (IV) – administrado em uma veia.

Inventário – número de animais sob os cuidados de um abrigo; censo.

Isolamento – uma área fisicamente separada do abrigo, usada para abrigar e tratar animais doentes.

Tempo de estadia ou permanência no abrigo – período de tempo em que um animal está sob os cuidados de um abrigo, desde a entrada até a saída.

Longo prazo – ver a seção sobre "Como usar o presente documento".

Castração – remoção dos testículos em machos; remoção dos ovários em fêmeas (pode ou não incluir a remoção do útero).

Uso de medicamentos sem prescrição médica ou de venda livre – uso de um medicamento fora da indicação do rótulo do fabricante.

OSHA – Occupational Safety and Health Administration (Administração de Segurança e Saúde Ocupacional[64] dos Estados Unidos); a agência federal norte-americana encarregada da aplicação de legislação em matéria de segurança e saúde.

Patógeno – um agente biológico que pode causar doenças ou distúrbios em um animal.

Recinto primário – uma área restrita destinada ao confinamento de um animal, como gaiola, cercado/viveiro, canil, baia/barraca ou curral. Na maioria das situações de alojamento em abrigo, o recinto primário é o local onde o animal come, dorme e passa a maior parte de seu tempo.

Quarentena – uma área separada do abrigo, usada para observar os animais por um período de tempo específico, a fim de verificar se eles ficam doentes.

Mistura aleatória – ajuntamento aleatório de animais provenientes de diferentes grupos.

Realojar – adotar ou colocar um animal em um ambiente doméstico privado.

Rondas/visitas médicas – um processo de caminhar pelo abrigo para observar e monitorar visualmente as necessidades, o estado clínico, a saúde e o bem-estar de cada animal.

Higienização – procedimentos de limpeza e desinfecção não só para remover a sujeira, mas também para controlar e destruir os patógenos no ambiente.

Socialização – um processo de familiarização de animais com uma variedade de estímulos, incluindo o contato direto entre animais e seres humanos durante o período crítico de desenvolvimento inicial daqueles; também pode se referir a animais de qualquer idade que passam um tempo uns com os outros.

Esterilização – destruição de todos os patógenos com o uso de calor ou produtos químicos. Neste documento, o termo também é empregado no contexto de esterilização cirúrgica (p. ex., castração).

Comportamentos estereotipados – comportamentos repetitivos exibidos no recinto primário, em geral indicativos de estresse, como andar em círculo, saltos/pulos no ar, andar compassado.

Fator estressante – qualquer fator gerador de estresse.

Subcutâneo (SC) – administrado sob a pele.

Vigilância – monitoramento de uma população de animais para detectar alterações em sua saúde, comportamento e bem-estar.

Amarração – uso de cordas, correntes ou outro dispositivo para prender os animais em um lugar fixo, a fim de restringir ou limitar o seu movimento.

Profissional de veterinária – veterinário, técnico veterinário ou estudante de medicina veterinária.

Supervisão veterinária – um veterinário supervisiona a execução de tarefas designadas e fornece orientações a respeito; pode ou não envolver a participação diária ou a presença do veterinário no local.

Zoonótica – qualquer doença infecciosa que pode ser transmitida dos animais para os seres humanos.

[64] N. de T.: Agência do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos.

PremieRpet®
ALIMENTOS DE ALTA QUALIDADE

ORGULHOSAMENTE
BRASILEIRA

INSTITUTO
PremieRpet

premierpet
premierpet
premierpet
0800 55 6666 • *2ª a 6ª das 8h30 às 17h30*

universopremier
www.premierpet.com.br
sac@premierpet.com.br